

15ª Entrevista: 16.07.1986

I.F. - Almirante, nós gostaríamos hoje de começar com o senhor nos contando o seu trabalho como comandante do navio-transporte *Barroso Pereira*, que foi de 57 a 59, não foi isso?

A.A. - É, foi.

I.F. - Especialmente esse seu trabalho como comandante desse navio e a parte de transporte de tropas para a faixa de Gaza. Foi uma decisão bastante importante, tomada naquele período, e o senhor parece que participou bastante disso.

A.A. - Eu transportei para a faixa de Gaza... Transporte uma tropa e trouxe a outra. Felizmente tudo correu muito bem. E aí, chegando lá na faixa de Gaza, quando voltei, eu cheguei à conclusão de que... Eu, por examinar aquela situação lá do...

P.R. - Oriente Médio?

A.A. - ... existente entre o Egito e Israel, aquela situação estava numa posição que o pessoal de Israel... O dia que tirasse a faixa de Gaza, tirasse aquela turma internacional que estava ali, apesar das bravatas dos egípcios, quando arrebentasse o negócio, era coisa de um mês, ia parar egípcio lá na África do Sul. Porque os israelitas estavam completamente preparados para agüentar a situação. E os egípcios, a não ser que contassem com um apoio russo muito grande, eles não teriam condições de agüentar isso. Eu imaginei que seria um mês - foi uma semana, não é? A guerra durou uma semana.

I.F. - Aquela Guerra de Sete Dias, não é?

A.A. - Aquela Guerra de Sete Dias. Porque com a convivência que eu tive lá, com a tropa que estava lá, nossa, e as observações que eu tinha feito, o relacionamento etc., a idéia que eu tinha do poderio de Israel e a desorganização, a desordem que havia no Egito... Eles não tinham infra-estrutura, a não ser de bravata, para dizer que eles queriam que tirasse aquela gente porque eles iam surrar Israel. Mas o que a gente via, quem conviveu ali por um tempo - por curto que fosse, como eu convivi lá uns 15 dias a 20 dias -, eram favas contadas: o Egito não tinha infra-estrutura para agüentar aquilo. Entretanto, eles hostilizavam o pessoal internacional que ia...

I.F. - Os egípcios?

A.A. - Os egípcios... que iam se fixar lá, a tropa que vinha, a tropa que ia. Havia até uma situação muito gozada, porque o navio, por exemplo, que chegava lá... Há sempre um tratamento oficial, uma recepção oficial. Um navio que chega - mesmo que seja operativamente... De representação, já é praticamente previsível uma forma de acolhida mais afetuosa. Mas quando é operativa, há também uma recepção de boas-vindas etc. E os egípcios procuravam ignorar a entrada daquele navio com a tropa e a volta de outra. Ficava até uma situação inamistosa. Mas eu, graças a Deus, eu contornei bem a situação. Porque eu levava até muita coisa do Brasil: café, levava fruta, levava discos. E aquela turma que fazia o policiamento do cais. Primeira coisa que eu fiz para estabelecer relações com o pessoal, primeira coisa que o meu imediato fazia, era ir

oferecendo coisas a eles, recordações do Brasil. De modo que aquela gente ficou muito acessível às nossas necessidades e a prover coisas que nós necessitávamos, e agiram com muito boa vontade. E não tive nenhum incidente na cidade, não tive problemas de guarnição, de malquerença com elementos da guarnição. Não tive um problema policial, não tive nada. Fiquei lá uns 15 ou 20 dias - entre 15 ou 20 dias, não me lembro bem - e não houve... A guarnição ia, desembarcava, ia se divertir lá em terra e tudo, e não houve qualquer...

I.F. - O senhor passou 15 dias lá?

A.A. - 15 dias, é.

I.F. - Agora, uma coisa: o senhor já era comandante do navio-transporte *Barroso*, ou o senhor foi mandado exatamente só para esse transporte?

A.A. - Não, não. Eu servia em Santos quando eu recebi um telefonema do diretor de pessoal, que era o almirante Hugo Pontes.

I.F. - Hugo Pontes?

A.A. - Hugo de Moraes Pontes. E ele me telefonou dizendo: "Olha, o ministro quer lhe nomear para comandar o transporte de tropa *Barroso Pereira*, e você está sempre em Santos, queria saber se você aceita." Eu digo: "Gostosamente." Embora a comissão de Santos fosse muito boa para mim. Era uma comissão muito agradável etc., mas comandar um navio é sempre um privilégio maior. Então aceitei. Então vim realmente para ser comandante do navio. Agora, ocorreu que no exército do meu comando, houve essa tarefa de transportar os soldados.

I.F. - Quer dizer, depois do senhor estar no comando do navio?

A.A. - Depois de eu estar no comando. Até no comando, por uma coincidência, quando parei em Recife, recebi o general...

I.F. - Cordeiro.

A.A. - Cordeiro de Farias.

I.F. - É, eu lembro quando passaram lá. Foi em 57, não foi?

A.A. - Foi em 57, se não me engano.

I.F. - Agora, o senhor participou das decisões de mandar tropa, soube como é que foi?

A.A. - Ah, não. Essa decisão não. Não participei dessa decisão. E nem tinha por que participar porque eu era capitão-de-mar-e-guerra. Eu, pessoalmente, achava que era de toda conveniência em vez de tropa do Exército, fosse fuzileiro naval. Porque fuzileiro naval é uma tropa profissional, já feita para atender a esse relacionamento internacional, de segurança, representando externamente o Brasil. De modo que eu achava que devia ser fuzileiro naval. Mas o presidente da República... Quem era...?

I.F./P.R. - Era Juscelino.

A.A. - Era o Juscelino?

I.F. - Era.

A.A. - Resolveu - por influência, não sei se do Gabinete Militar dele, ou influência do ministro da Guerra - designar aquela tropa que foi... O Exército teve que modificar toda uma série de disposições sobre o serviço militar, teve que modificar, para aquela tropa permanecer e continuar, para ir para lá.

I.F. - Exato. Porque o serviço militar é um período passageiro.

A.A. - Tem um período passageiro. E o fuzileiro naval é uma tropa profissional que pode ocorrer em toda situação. Como houve também em São Domingos, naquela crise lá da América Central. Quem devia ir era o fuzileiro naval. Então, como consolação, dividiam a tropa em uma parte do Exército e outra parte de fuzileiros navais.

I.F. - Isso para Gaza.

A.A. - Não, para São Domingos.

I.F. - E para Gaza foi só o Exército.

A.A. - Para Gaza foi só o Exército.

I.F. - E quem é que tem a última palavra nessa decisão?

A.A. - Nessa decisão, eu acho que quem tem a última palavra deve ser um ajuste entre os dois ministros militares. Creio que deve ser. O presidente da República deve botar em consideração, deve haver um entendimento, não é?

I.F. - Agora, uma coisa que eu não entendo: se a Marinha tem essa tropa muito mais profissional, deve ser um esforço muito maior para o Exército preparar a sua tropa para mandar. Por que essa decisão de mandar o Exército, o Exército fazer questão disso?

A.A. - Eu acho que é uma... Acho que a questão é mais política do que técnica. É a impressão que eu tenho.

I.F. - Porque deve ser muito mais trabalhoso para o Ministério do Exército preparar uma tropa, do que a Marinha pegar uma tropa preparada e mandar.

A.A. - Mas é que no nosso país... Não sei se nos outros é a mesma coisa. Nos outros países as Forças Armadas - eu sinto isso -, elas têm, cada uma tem a sua política. E censuro a Marinha por ter uma política muito obscura; nós não temos assim uma política, dentro da nação, de chamar aos interesses da Marinha uma porção de coisas que lhe dizem respeito. O Exército, não; o Exército é muito mais absorvente. A Aeronáutica se segue, e a Marinha... disso. Nós não temos uma política dentro da nação. Desde a Revolta da Armada que a Marinha se recolheu á sua fragilidade, á sua fraqueza, e não adota um procedimento, digamos, de reivindicação de coisas.

Eu, por exemplo, eu vi com muita tristeza... Nós tínhamos, por exemplo, na faixa de fronteira, um serviço de policiamento dos fuzileiros navais. No tempo do Geisel, não sei por que, resolveram acabar com aquela proteção, fiscalização na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul. Acabaram com a tropa dos fuzileiros navais. Eu, quando ministro, ainda estive lá visitando aquilo, provendo os recursos que eles necessitavam de uma série de coisas que estavam sendo carentes daquilo. E vi com estupefação que tinham extinto os fuzileiros navais, não por serem prejudiciais, não - não sei qual foi a [opinião].¹ O ministro da Marinha era o Ênio. Me admirei porque que ele não reclamou isso. Mas, enfim, aceitou pacificamente e foram retirados os fuzileiros navais e aquilo passou a ser do domínio dos civis, dos elementos de polícia civil - que anteriormente já tinha e tinha havido uma série de inconvenientes há muitos anos atrás, de corrupção, de tudo isso. Então eu disse: "Olha, a Marinha sai, vem os civis, depois vai o Exército."

I.F. - E não deu outra.

A.A. - Ah, não sabe?

A.A. - Estou esperando, não é? [risos] Mas o que acontece é isso: a Marinha renuncia a uma porção de coisas que eu lamento. Por exemplo, um outro caso interessante...

I.F. - Só interrompendo um minutinho: nessa questão de fronteira interna, a Marinha é encarregada de Ladário e Uruguaiana, não é isso?

A.A. - Como?

I.F. - Nessa questão de fronteira interna, está na mão da Marinha a fronteira em Ladário e em Uruguaiana, só.

A.A. - Tinha Uruguaiana, aquela zona de São Borja...

I.F. - Mas agora eu acho que é só Uruguaiana e Ledário, não é isso?

A.A. - Agora, se tem... Nem sei se tem Ledário, não sei. Mas aquela zona sul toda, que tinha fuzileiros navais - que eu estive visitando as instalações lá etc. -, aquilo estava entregue aos fuzileiros navais e nós renunciávamos a isso. Porque a Marinha tem que prestar serviço. Num país como o nosso, pobre etc., em que as Forças Armadas pesam, tem que prestar serviços que são muito mais baratos, muito mais compensadores à União, porque já tem a tropa preparada para isso, etc. para prestar mais serviços que não sejam eminentemente os da guerra. Nós não temos condições para dizer: "Nós só cuidamos da guerra, o resto e com vocês." - Que é com o elemento civil. Por isso eu acho que a Marinha não tem uma política, eu acho isso. O Exército tem...

V.A. - O senhor ia falar de outro exemplo que mostrava como a Marinha havia renunciado.

A.A. - Ah, é. O Exército tem uma conta...

V.A. - Outro exemplo.

¹ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

A.A. - E tem um caso muito curioso, foi do... Qual foi o caso... Ah, bom: o Estado-Maior das Forças Armadas. O Estado-Maior das Forças Armadas foi organizado e tinha o grupamento do Exército que devia ocupar determinados postos, tinha o grupamento da Marinha etc. O Ministério da Marinha não mandava gente para lotar o Estado-Maior das Forças Armadas. Não dava a mínima importância àquilo. Eu disse: "Mas, meu Deus, como é que nós temos os lugares no Estado-Maior das Forças Armadas e não lotamos com essa gente. Então o Exército bota os dele. Porque não pode funcionar..."

I.F. - Tem espaço, ele ocupa.

A.A. - Quando nós acordamos, despertamos desse sono, o Estado-Maior já estava com uma organização praticamente ao modo do que interessava ao Exército.

V.A. - Quando foi isso?

A.A. - Isso não me lembro quando foi. Mas eu sei que quando nós despertamos, resolvemos ocupar realmente o Estado-Maior das Forças Armadas...

I.F. - Já estava ocupado.

A.A. - ... já era tarde. Porque nós renunciámos. A Marinha tem sido sempre iniciadora, é a criadora; depois desaparece. Por exemplo: um problema curioso é o problema da educação física no Brasil. Não havia educação física no Brasil que merecesse esse nome. Isso surgiu, essa racionalização da educação física, isso surgiu na Marinha. Começou com a Liga de Esporte da Marinha. A Liga de Esporte da Marinha começou a orientar todo o pessoal militar na realização de esportes, de se dedicar a esportes etc., desenvolvimento do corpo. E nós tínhamos um professor de esgrima, que foi meu professor na Escola Naval, que era um grande professor, o [Giovani Hábita]². Ele tinha o curso da academia lá, de educação física italiana. Ele veio para ser professor de ginástica na Marinha e professor de esgrima na Escola Naval. E ele não entendia como é que se fazia educação física no Brasil sem ter diploma. Como é que se era instrutor de educação física sem ter diploma. Ele dizia: "Mas meu Deus, o sujeito, para ser médico precisa de diploma, para ser engenheiro, precisa de diploma, para ser não sei o quê, dentista, precisa de diploma, para ser advogado, precisa diploma. E para cuidar da juventude brasileira, da formação, não precisa o indivíduo ser categorizado oficialmente, ter um diploma de professor de educação física? Isto é um crime. Isto nós vamos estragar a juventude brasileira sobrecarregando o físico de uma série de meninos, de meninas etc., sobrecarregando numa prática de determinados exercícios cuja complexão não permite. O professor de educação física tem que conhecer anatomia profundamente, e isso é aquilo etc."

V.A. - O senhor se lembra quando ele veio para o Brasil?

A.A. - Ele veio para o Brasil... Eu entrei para a Escola em 23. Ele deve ter vindo um ano antes, de 22, na época do centenário. Mas ele, então, depois de muito tempo, conseguiu, com o auxílio em parte até de alguns arquiducos - que era o Jair de Albuquerque e outros -, conseguiu fazer a Escola de Educação Física na Marinha. Passou a funcionar sob a direção do maestro - porque nós chamávamos de maestro Giovani Hábita -, sob a orientação dele, a escola, a pequenina Escola de Educação Física na ilha das Enxadas,

² Grafia sujeita à confirmação.

para preparar o que nós chamávamos de monitores - que eram sargentos selecionados com capacidade de fazer aquele curso de Educação Física, para depois, então, eles serem os instrutores. E aí começou a Marinha a ter, em todos os navios, o monitor para orientar toda a educação física dentro de cada navio, de cada escola, tudo isso. Essa situação gerou um aspecto muito interessante. É que, com essa instrução, a Marinha competia fora, principalmente em natação, com os clubes de natação. E a Marinha começou a absorver os campeonatos. Daí é que surgiu o Fredrico Vilar e Benevenuto etc., fazendo os melhores tempos das competições. Surgiu a Maria Lente, civil que não era da... mas, enfim, começaram a aprender como é que a Marinha fazia, que tinha o curso etc. Depois então, posteriormente, já com esse conceito, com essa concepção, essa filosofia de que não se podia, que era um crime, preparar fisicamente um adolescente etc., sem ter um professor que tivesse as credenciais oficiais para ser, foi que então foi criada a Escola Nacional de Educação Física, de que veio depois a educação física do Exército, tudo isso. E hoje, a educação física no Brasil é toda ministrada através de gente que oficialmente é credenciada para poder ensinar, para poder acompanhar o desenvolvimento de um atleta, tudo isso. Mas não havia, não. O negócio era completamente empírico.

I.F. - E a Marinha continua forte nisso, ou...?

A.A. - A Marinha depois passou... Quando veio a Revolução de 30, por aí etc., depois, a Marinha sofreu um abalo muito grande. Então houve uma série de alterações e resolveram oficializar completamente a educação física, e então extinguiram a... Como é que eu já disse a...

I.F. - A Escola de Educação Física da Marinha.

A.A. - Extinguiram... A Escola de Educação Física da Marinha, não sei se extinguiram. Mas, enfim, a Liga de Esporte da Marinha acabou. Então passou a ser criado, na diretoria de pessoal, um departamento de esportes que é quem orienta tudo isso. Agora, depois eu saí, não tenho mais idéia disso. Mas sempre existem os instrutores dentro da Marinha, formados na...

V.A. - O senhor falou que depois da Revolução de 30 a Marinha sofreu alguns abalos.

A.A. - É.

V.A. - A que o senhor atribui esses abalos depois da Revolução de 30?

A.A. - É, porque a revolução sempre provoca uma certa subversão, não é? Então tem sempre uma porção de idéias novas, uns rompantes, sem entender as razões daquelas coisas que precediam. Por exemplo: eu acho que a Marinha em matéria de estado-maior caiu muito quando veio a Revolução. Porque o arcabouço que tinha de estado-maior era de oficiais da primeira qualidade, e essa gente toda foi se afastando ou foi sendo afastada, porque era tido como elemento do tempo do Washington Luís etc., simpático ao governo anterior, e essa alteração foi abalando os alicerces da Marinha numa série de aspectos. Inclusive o estado-maior tinha influência muito grande, até na parte esportiva. Isso tudo foi se diluindo, vieram surgindo valores novos, com idéias novas, e essa perturbação depois... A acomodação leva tempo para se fazer.

I.F. - Mas voltando, aqui, à nossa faixa de Gaza: o senhor foi transportando a primeira tropa que foi para lá?

A.A. - Não, não.

I.F. - Ah, não?

A.A. - Eu tenho a impressão que foi a segunda ou a terceira.

I.F. - Porque era um período de seis meses cada vez, não é isso?

A.A. - É um período de seis meses. Eu peguei um transporte de tropa, e levava uma tropa e trazia outra.

I.F. - Trazia a que já tinha estado lá.

A.A. - Trazia a outra. Foi uma tarefa muito agradável porque nós nos demos muito bem com a tropa do Exército, se deu muito bem na vida de bordo e de regresso também, o ambiente era o mais cordial possível dentro do navio. E até me lembro do coronel que comandava a tropa quando nós fomos para lá. Não me lembro o sobrenome dele, mas era uma figura muito simpática, muito agradável. Era o coronel Rui. Não me lembro o sobrenome dele. Depois nunca mais tive notícia dele. E ele então me dizia que ele tinha as Forças Armadas em casa. Porque ele tinha uma filha casada com um oficial do Exército, uma com um aviador, e outra com um oficial de Marinha. De modo que ele tinha as Forças Armadas em casa. E tem umas passagens muito engraçadas até, porque ele tinha um apetite devorador. [risos] Ele se alimentava em excesso e a tenentada percebeu que ele era um bom garfo. Então tem uma passagem do Equador, foi uma brincadeira que nós fizemos com ele. Na passagem do Equador, quem nunca passou pelo Equador, tem que ser batizado. Então o Netuno baixa, sobe, vem à superfície, e então ele dá uma pena para cada um daqueles camaradas que nunca foram batizados, que nunca passaram o Equador.

V.A. - Uma pena?

A.A. - É, uma penitência.

V.A. - Ah, uma penitência.

A.A. - Então foi curioso porque, para a penitência do coronel Rui foi o seguinte: ele sentou-se numa mesa muito bem posta, uma mesinha muito bem posta, sentou-se de um lado. De outro lado, sentou-se um marinheiro. Então chegou o taifeiro e serviu um frango. Quando ele serviu o frango, o marinheiro pegou o frango, puxou para ele e comeu. Comeu o frango e disse: "O senhor assiste." [risos] Essa foi...

I.F. - Isso é que é castigo, hein? [risos]

V.A. - O senhor também foi batizado?

A.A. - Não, eu já tinha sido batizado.

I.F. - Já tinha passado.

V.A. - Não, antes.

A.A. - Eu já era batizado.

V.A. - Como é que foi?

I.F. - O primeiro batismo?

V.A. - O seu batismo?

A.A. - Ah, o primeiro batismo foi uma bagunça a bordo do *Minas Gerais*, porque quando nós fomos ao [inaudível] São Paulo, não passamos a faixa do Equador. Então houve um batismo na borda; fui batizado com ducha d'água.

I.F. - Quando foram aonde?

A.A. - Ao rochedo de São Pedro e São Paulo. Nós fomos além do equador [inaudível], depois voltamos.

I.F. - Agora me conte uma coisa: essa tropa que o senhor transportou era uma tropa bem preparada fisicamente e profissionalmente?

A.A. - Era, e tinha que ser, não é? Porque nós já estávamos com... O Exército já tinha experiência disso, devia ter feito uma seleção bem grande.

I.F. - É, porque uma das críticas que a gente vê muito é exatamente o preparo da tropa para a Segunda Guerra Mundial.

A.A. - Ah, bom.

I.F. - Parece que foi uma coisa muito difícil, muito complicada.

A.A. - Devia ter sido, devia ter sido.

I.F. - Embora os brasileiros tenham se saído bem, foi uma coisa muito complicada, muito difícil.

A.A. - Falta de prática.

I.F. - Exato. Agora, essa tropa que foi para Gaza...

A.A. - Essa tropa, eu tenho a impressão que era bem selecionada. Dentro do quadro dos rapazes que estavam prestando serviço militar, eles pegaram aqueles que tinham melhores condições físicas. Quando voltei, a tropa também muito boa. Houve só um problema, mas que não era do... Era o menino, o sorteado, que teve uma crise de apendicite aguda. E nós estávamos em Marseile. Foi curioso porque nós estávamos em Marseile e o navio ia suspender às 18 horas. Quando o navio estava todo preparado, chega o médico - aliás, os dois médicos, porque a tropa tinha um médico - e me

comunicaram que tinha um soldado com uma crise de apendicite aguda que tinha que ser operado de urgência. Eu conversei com o comandante da tropa, e então eu perguntei: "Mas escuta aqui: a crise é aguda, o navio tem sala de operações e tem os médicos que aqui estão. Agora, eu pergunto o seguinte... O rapaz pode ser operado a bordo, vocês podem operar, podemos operar. Agora, eu pergunto: para a segurança do sorteado, qual é a opinião dos senhores?"

Nós devemos desembarcar o sorteado para ser operado em terra, ou ser operado aqui?" Aí os médicos disseram: "Não, a nossa sugestão é que seja operado em terra, tem muito mais segurança, tem muito mais conforto e recurso." O homem não era meu, o soldado era do comandante da tropa. E eu fui e disse a ele: "Olha, a decisão é um tanto sua. Eu sou o comandante do navio mas eu estou transportando a tropa. Agora, os médicos dizem isso. O quê que o senhor acha disso?" Ele ficou assim meio intimidado para decidir. Aí eu disse: "Eu sugiro que ele seja desembarcado." Aí ele disse: "Eu também sugiro. Mas como vamos desembarcar?" Aí eu digo: "Isso é problema meu; isso eu resolvo." Então ele desembarca?" "Está, estamos todos de acordo que ele desembarca." Eu aí disse: "Mas eu também acho o seguinte: que ele não deve desembarcar só. Já imaginou o drama de um homem que vai ser operado numa terra estrangeira sem ter um companheiro para conversar com ele, para fazer assistência a ele para tudo que ele necessitar? De modo que eu sugiro que vá um outro soldado, um soldado que tenha uma certa desenvoltura, uma certa iniciativa para acompanhá-lo nessa conjuntura." Então ficou resolvido que ele desembarcaria com um soldado e iria ser atribuída a ele uma importância em dólares para ele atender a uma série de dificuldades, de despesas. E ele, quando viesse ao Brasil, ele prestaria contas daquilo. O intendente orientava ele de todos os compromissos que ele tinha que ter das despesas, tudo isso, dava por escrito tudo que ele tinha que fazer, e ele ficava tomando conta do soldado.

Eu tinha um relacionamento muito bom em Marseile, como em todos os portos. Porque eu estabelecia relacionamento muito grande com aqueles oficiais quando chegava, tudo isso. Então eu peguei um oficial e mandei... Eu já estava com um carro às ordens, do comandante da prefeitura de Marseile, porque já tinham posto um carro à minha disposição. Eu peguei, mandei o oficial falar com o comandante do Distrito Naval que eu tinha um homem para baixar com uma crise de apendicite, se eles recebiam, que era operação de urgência. Eles prontamente mandaram uma ambulância para receber o soldado. Entreguei o soldado a eles, foi entregue lá à Marinha francesa, e aí eu suspendi tranquilamente. Viemos embora.

Quando estávamos no mar, eram duas horas da madrugada, eu estava no passadiço, aí chegou um marinheiro com uma mensagem lá do hospital de Marseile que o marinheiro³ tinha sido operado e estava passando bem. Aí toquei, agradei à comunicação e fui embora. Quando estava quase chegando em Recife, recebi outra comunicação, que o marinheiro⁴ já podia viajar e queria saber se o soldado era mandado para Recife ou para o Rio. Aí eu combinei com o comandante da tropa que fosse mandado para o Rio. O que é que vinha fazer, convalescente...? Mas eles perguntaram. Disse: "Que mande para o Rio à disposição do Ministério da Guerra." E telegrafamos para o Ministério da Guerra dando as instruções etc. E assim o soldado chegou lá e foi recebido e não houve confusão, não houve dificuldade nenhuma. Não tive problema nenhum. Esse foi o único caso de saúde que...

I.F. - Porque eu me lembro que mais ou menos em julho e agosto de 57 apareceu aqui no Brasil aquela crise de gripe asiática.

³ O entrevistado certamente quis dizer "soldado", ao invés de "marinheiro".

⁴ Idem

A.A. - Sim, sim.

I.F. - Que foi uma epidemia razoavelmente forte. E que nesta época mais ou menos passou por Recife o navio transportando uma tropa que vinha de Gaza e que teve que ficar ao largo por causa dessa gripe asiática. O senhor não estava nesse navio, não é?

A.A. - Não, não. Não tivemos restrição nenhuma.

I.F. - Isso foi mais ou menos em julho ou agosto de 57. Eu me lembro bem disso.

A.A. - Eu não tenho a minha...

I.F. - Devia ser então a primeira tropa, o senhor não devia estar lá.

A.A. - Não, o estado de saúde era perfeito a bordo...

I.F. - Porque eu lembro disso porque o meu pai, inclusive, faleceu em agosto de 57, em consequência da gripe asiática.

A.A. - Da asiática.

I.F. - E eu lembro bem, porque eu morava em Recife nessa ocasião e passou por lá o navio e que só os comandantes desembarcaram - comandante, imediato, é que desembarcaram. A tropa toda...

[FINAL DA FITA 25-B]

I.F. - ... a tropa toda ficou ao largo...

A.A. - Não, nós não tivemos esse problema em absoluto, e até me lembro de um fato. Estava contando o caso do apetite do coronel Rui.

I.F. - O senhor foi para lá em que época, mais ou menos? O senhor lembra bem?

A.A. - Eu não tenho idéia assim, não. A minha caderneta está com a Celina, que dá todo o histórico etc.

I.F. - É, o senhor falou.

A.A. - Mas não tenho idéia dessa...

I.F. - Em que ano foi.

A.A. - ... dessa época, de aportar em Recife. Mas me lembro que não houve restrição alguma e até houve esse caso curioso. Nós íamos para terra, e é normal, quando a gente chega num porto qualquer, a gente geralmente janta, faz a refeição em terra, para mudar aquela comida de bordo. E eu, com meu imediato e uns oficiais, resolvemos sair e íamos comer um negócio de uns franguinhos ao molho pardo e uma fritada de siri, porque

tinha um restaurantezinho na margem da..., à beira-mar que chamavam Buraco da Otília.

I.F. - Da Otília.

A.A. - Conheceu isso?

I.F. - Em Olinda.

A.A. - É. E então nós convidamos o coronel Rui. Disse: "Ah, infelizmente eu não posso, porque eu estou com um convite do comandante da Região para jantar com ele etc." Mas como nós pretendíamos esticar a permanência lá e tudo: "Ora, coronel, quando acabar o jantar, o senhor vem. Nós estamos lá batendo papo, conversando e bebendo lá no Buraco da Otília. De modo que o senhor, quando acabar lá aquela parte oficial, o senhor vem embora e se encontra conosco." E chegamos lá; ele foi lá, jantou etc., e quando chegou a horas tantas, chegou o coronel. E o coronel já tinha jantado, mas ele não resistiu e comeu o franco de molho pardo e a fritada de camarão. [risos]

I.F. - Era famoso esse restaurante. O comandante da Região nessa ocasião era o Machado Lopes?

A.A. - Eu não me lembro dele, se era o Machado Lopes, não.

I.F. - Eu me lembro que ele serviu em Recife, mas não me lembro a época.

A.A. - Quem substituiu o... Deve ter sido o substituto do general Cordeiro de Farias.

I.F. - Não, porque o Cordeiro era o comandante da Zona Militar do Norte.

A.A. - Ah, eu não sabia como era dividido.

I.F. - É, porque antigamente não era IV Exército, era Zona Militar do Norte. O Cordeiro era comandante da Zona Militar quando foi para o governo. Eu não me lembro quem substituiu, não.

A.A. - Também não sei quem convidou o coronel Rui. Mas a guarnição saiu tranqüila, foi licenciada tranqüilamente etc. Não houve nenhum problema. Aliás, as guarnições de Marinha, até uma certa época, o desembarque em Recife era complicadíssimo. Tinha que estabelecer um entendimento com a polícia de Recife, porque no dia em que saíam os marinheiros, a polícia de Recife não saía. Porque havia sempre briga entre os marinheiros e a polícia de Recife. [risos] Depois essa coisa acabou durante a guerra, porque Recife, Natal foram ocupados praticamente por tropas de Marinha, de Exército, aquela coisa toda do preparo para apoio daquelas bases. Aquela tropa funcionava toda fardada e acabou essa coisa. Mas havia muita briga de soldado com Marinheiro.

I.F. - Agora, o senhor fez só um transporte. Depois desse transporte do *Barroso*, o senhor foi servir aonde?

A.A. Eu continuei no comando do navio. Depois ainda fiz umas... Depois do transporte... Não: depois do transporte, eu cheguei no Rio e aí o meu navio precisava

fazer um reparo numa hélice que tinha dado uma batida em Dacar - tinha batido lá numa peça qualquer da beira do cais. Tinha batido, e ele precisava fazer um exame no eixo, para verificar se tinha perturbado o alinhamento do eixo. E logo depois... O navio entrou no dique e um mês depois, talvez, eu fui promovido a oficial-general e aí me puseram de lá para fora.

I.F. Foi aí que o senhor foi ser subchefe de informações e operações do Estado-Maior?

A.A. - Aí eu fui promovido a oficial-general, fiquei esperando a nomeação da nova comissão e aí fui nomeado para uma das chefias do Estado-Maior.

I.F. - A chefia de informações?

A.A. - Fui...

I.F. - Qual era o papel específico disso?

A.A. - É a parte de informações; para a preparação de um plano de operações, a gente tem que ter as informações sobre o inimigo etc. Então é um serviço que alerta sobre tudo o que o Estado-Maior precisa para desenvolver o plano. É o que tem a parte de espionagem, de contra-espionagem etc. É a segunda subchefia. Fui primeiro para essa; depois fiquei acumulando com a subchefia de operações. Depois, outra vez, acumulei com organização. Aí houve uma série de situações muito curiosas quando eu estava lá no Estado-Maior. Porque eu fui para o Estado-Maior contra a vontade do chefe do Estado-Maior.

I.F. - Como é isso?

A.A. - Isso é o seguinte.

I.F. - Nunca ouvi falar nisso.

A.A. - Nunca ouviu, pois é. Eu fui contra a vontade do chefe do Estado-Maior.

V.A. - Quem era o chefe do Estado-Maior?

A.A. - O chefe do Estado-Maior era o almirante Jorge da Silva Leite. E eu creio que eu fui mandado para lá pelo ministro da Marinha, para sair centelha entre a minha pessoa e o chefe do Estado-Maior, porque o chefe do Estado-Maior não me tolerava. Nós havíamos tido uma discussão, uma briga, através de ofício. Eu, capitão-de-mar-e-guerra, e o chefe do Estado-Maior, almirante-de-esquadra. Troca de ofício quando o navio havia chegado do Egito por questão de negócio de material que eu havia comprado para a cantina do navio, que ele achou exagerado. Então começou a haver uma série de ofícios, uma troca de ofícios, e o negócio estava violento. Violento dentro da educação etc., mas até com um pouco de ironia da minha parte - eu sempre fui meio atrevido. [risos] Eu sei que a horas tantas - isso eu soube depois - ele deu um murro na mesa e disse: "Só prendendo". Mas ele não tinha como me prender. Porque uma das coisas... Eu até disse a ele assim... Ele se mostrava um profundo conhecedor de assuntos da cantina. Eu disse assim: "Eu confesso que de cantina não entendo nada. Mas o meu tenente encarregado da cantina é um *expert* nisso". E joguei o conhecimento dele para o lado do

segundo-tenente, e não para um escalão superior. E ele não gostou nada disso. Mas eu podia dizer que não entendia, não é? Ele, chefe do Estado-Maior, tinha descido lá das alturas para entender de cantina. E não me tolerava.

Mas o ministro da Marinha também não me tolerava. Então, eu tenho sido promovido mesmo contra a vontade dele, ele achou que eu indo para lá, ia ver sair estrelas e eu ia levar a pior com o almirante Jorge Leite. E eu cheguei lá no Estado-Maior, me apresentei, fiquei na subchefia de informações. E o tempo foi passando e acabei acumulando as subchefias de organização e informações, depois peguei operações - quando faltava um almirante, eu substituía o outro. E o tempo foi passando. Eu cheguei lá, me apresentei e havia até o seguinte: o almoço, as refeições no Estado-Maior, só quem tinha direito à refeição era o chefe do Estado-Maior. Mas o chefe do Estado-Maior convidava os subchefes a participarem da refeição com ele.

V.A. - Só um instantinho, para ver se eu entendi direito: tem o chefe do Estado-Maior, e tem as subchefias...

A.A. - Com contra-almirante. Ele era almirante-de-esquadra.

V.A. - Essa seção de informações, não tem um chefe da seção de informações?

A.A. - Tem. Era um almirante-de-esquadra, que era eu.

V.A. - Então o senhor foi para ser chefe da...

A.A. - Chefe da seção de informações.

V.A. - Não foi subchefe, não.

I.F. - Subchefe do Estado-Maior. Chefe da seção de informações.

A.A. - Porque ainda havia o vice-chefe do Estado-Maior e os chefes das seções. Era um almirante-de-esquadra, um vice-almirante, depois os contra-almirantes com as quatro subchefias. E então eu, o primeiro dia que eu cheguei lá etc., e que tinha...

V.A. - O senhor estava falando dos almoços.

A.A. - ... tinha chegado a hora do almoço, vieram me convidar para almoçar. Eu digo: "Eu não vou almoçar, não. Eu não vou almoçar porque esse almoço não me compete." [Se eu não estava]⁵ de pé atrás. "Porque eu não tenho direito a esse almoço." "Não, mas ele convidou." "Não, mas eu não aceito. Eu vou comer em terra." E eu fazia as minhas refeições em terra. E fiquei assim até deixar o Estado-Maior.

Mas houve uma série de incidentes lá curiosos. Incidentes tais que um dia o almirante Jorge Leite me chamou... Eu conto isso porque é interessante; eu acho que eu não teria coragem de fazer isso. Me chamou e disse: "Nolasco, senta aqui." E eu disse: "Pronto, almirante, o que o senhor deseja?" Ele disse: "Eu lhe chamei para lhe pedir desculpas." e me bateu na perna. "Eu lhe chamei para lhe pedir desculpas." "Por que, almirante?" "Eu sempre sério: "Por que, almirante?" "Porque eu queria dizer que você é o meu melhor auxiliar que tenho aqui. Só tenho pena até que você não seja vice-almirante, porque eu pediria você como vice-chefe do Estado-Maior." "Mas o quê que há?" "Eu vou lhe

⁵ Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

contar. Quando você foi designado para servir aqui eu fiquei revoltado e fui ao ministro da Marinha para dizer que eu não lhe queria aqui. Eu cheguei, falei com o ministro, disse que eu não tinha sido consultado etc., que eu não fazia gosto na sua presença aqui. Ele foi e me disse: "Bom, você vai ao chefe do gabinete, pede a ele para resolver o assunto, para anular..."

V.A. - Para anular?

A.A. - É. Aí ele foi. O chefe do gabinete era o Hélio Garnier Sampaio. Disse: "Eu fui lá conversar com o Hélio Sampaio e ele me disse: 'Almirante, o senhor está pedindo um absurdo. Esse oficial é assim...'" Fez as melhores ausências a meu respeito: oficial disso, é aquilo, aquilo outro. Dourou a pílula como podia. E ele então cedeu, me recebeu com prevenção. Mas uma série de circunstâncias ocorreram na minha estada lá, que ele acabou achando que eu era um batuta lá no Estado-Maior e veio me pedir desculpas. Eu acho que se eu tivesse feito um troço desses, eu não tinha a humildade de chegar e fazer isso. E ficou um grande amigo meu. Quando eu saí do Estado-Maior, ele fez um elogio desse tamanho. E... aliás, aí vêm as picuinhas. Ele não elogiava ninguém. Eu saí para dirigir a SUNAMAM, a Comissão de Marinha Mercante. E elogio do chefe do Estado-Maior vai para o Ministério, para o ministro, então sai para ser publicado em boletim. O ministro da Marinha não deixou publicar o registro.

I.F. - Sim, porque o tiro dele saiu pela culatra, não é? Quando ele pretendia colocar o senhor em maus lençóis, o senhor saiu-se muito bem.

A.A. - Até ser preso possivelmente, não é?

I.F. - É. Agora me conte uma coisa: essa seção de informações deve ser uma seção de muita confiança...

A.A. - Em que sentido?

I.F. - Quer dizer, o chefe do Estado-Maior tem que ter muita confiança nessa pessoa que vai dar informações.

A.A. - Todos os oficiais de Estado-Maior só devem ir para o Estado-Maior com o beneplácito do chefe do Estado-Maior...

I.F. - É, porque é um cargo de extrema confiança.

A.A. - É um cargo de confiança, que, digamos assim, mereça a consideração do chefe de Estado-Maior. Se eu não merecia, não tinha ministro, não tinha por que... Era até uma descortesia para o chefe do Estado-Maior nomear.

I.F. - Exato.

A.A. - Mas a questão é que eu fui nomeado assim à revelia, e gerou essa situação curiosa, porque...

I.F. - Agora, essa parte de informações que o senhor fazia lá, era só em questão de operações imaginárias em relação ao estado de guerra ou eram informações em relação a governo, tudo isso?

A.A. - Não. As informações sobre os inimigos. Inimigos, de uma forma geral, estrangeiros, das nações estrangeiras. Por que o Estado-Maior temos seus adidos, que fazem uma espionagem oficial. Então, eles vão colhendo informações que têm dos países e o Estado-Maior vai catalogando aquilo, vai arrumando, vai fichando tudo aquilo que é de informações. Se a gente quer desenvolver uma operação, ou um estudo qualquer sobre um problema, uma ação contra a Argentina etc., tem lá no fichário tudo o que existe sobre a Argentina para desencadear uma operação - ou de ataque ou coisa que o valha. Esse é que é o serviço. É de informações sobre o inimigo; não tem nada com informações internas.

I.F. - Nada interno.

A.A. - Nada, nada.

I.F. - E quem abastece esse fichário?

A.A. - Quem abastece? São os adidos navais.

I.F. - Os adidos navais. Quer dizer, então, essa sua escolha tem alguma coisa a ver com a sua experiência já como adido naval na Argentina e na Espanha?

A.A. - Não tem; só tem... A única relação existe pelo fato de eu ser um oficial já com curso de Escola de Guerra Naval. Não tem correlação. Pode acontecer que, na oportunidade, queiram se valer do arquivo mental que a gente tem para tirar certas dúvidas etc. Mas não tem correlação nenhuma.

I.F. - Não tem ligação nenhuma com isso. E quem era encarregado, naquela época, das informações internas?

A.A. - As informações internas, contra a minha vontade quando ministro e quando estava no Estado-Maior, era o Cenimar.

I.F. - Cenimar. Quer dizer, só em relação à Marinha?

A.A. - Em relação... Dadas pela Marinha.

I.F. - Pela Marinha.

A.A. - Dadas pela Marinha sobre a situação interna.

I.F. - Por que contra a sua vontade?

A.A. - Porque eu achava que o Estado-Maior da Armada não tinha nada a ver com informações internas. O regulamento do Estado-Maior não cogita disso. E quando eu fui ministro eu sugeri a criação do Serviço Nacional de Informações. Porque eu achava que eu não tinha que estar dando informações sobre a parte interna. E eu estava dando porque tinha o Cenimar, e o Exército tinha o dele etc. E eu disse: "Nada disso pertence à Marinha ditar. Isso é assunto que deve ser aqui do - aponte para o ministro da Justiça - isso deve ser assunto ligado ao Ministério da Justiça. Ele é que deve ter um serviço."

I.F. - Quer dizer que o senhor vê então o papel das Forças Armadas muito mais ligado aos problemas exteriores do que interiores?

A.A. - Externo. Eminentemente externo no meu ponto de vista. E isso eu disse numa sessão secreta quando pedi a saída do embaixador de Cuba - um reconhecimento de que eu discordo hoje, porque não temos razão...

I.F. - É, até outro dia nós comentamos isso: nós ainda não comentamos o que o senhor pensa do atual reconhecimento das relações com Cuba.

A.A. - Eu acho completamente fora de propósito. Acho que nós já temos tantos problemas e ainda vamos criar outros com o reconhecimento de Cuba. Cuba é um exportador de revoluções, de subversão, a ponto da própria tropa dele agir em todos lugares. O governo é um governo eminentemente democrata. Que ele tenha relações com os países que adotam o regime totalitário, está muito bem. Mas que eles resolvam estabelecer com um país que é pregador do regime ditatorial, como é Cuba, um satélite da Rússia... Por que é que nós vamos restabelecer...? Interesses comerciais? Não vejo razão de estudar isso. Não sei se foi um estudo de Estado-Maior para ver as conveniências e inconveniências do reatamento de relações. Mas eu acho que os contras tem muito predomínio sobre os a favor. Não vejo necessidade. E ainda criamos mais uma arestazinha com os Estados Unidos. Porque os Estados Unidos positivamente estão com aquele dedo no olho deles, que é Cuba, não é? E possivelmente até uma guerra futuramente pode eclodir em função de Cuba: entre os Estados Unidos e a Rússia. Porque imagina que Cuba resolva se democratizar e pegue uma insurreição lá dentro. A Rússia vai deixar? Se os Estados Unidos vão assistir à intervenção russa em Cuba? Porque aí então será o predomínio total da Rússia dentro de Cuba.

I.F. - E ali colado aos Estados Unidos, não é?

A.A. - Está ali. É navegação de 200 milhas, 300 milhas.

V.A. - O senhor falou dessa sessão secreta. Qual foi essa sessão secreta?

A.A. - Foi uma sessão... Porque a reunião do Conselho de Ministros, havia uma série de reuniões que eram secretas. E essa então eu pedi a classificação de sessão secreta, e foi classificada como sessão secreta, porque eu queria denunciar a ação do embaixador de Cuba. E mostrei os prospectos, as coisas que o embaixador de Cuba estava disseminando em vários locais do Brasil, completamente subversivos etc., e sugeri que se pedisse a retirada do embaixador de Cuba porque estava categorizada a influência do embaixador em assuntos estranhos à sua situação. Nosso ministro do Exterior era o San Tiago Dantas, um dos grandes talentos, não é? E era um homem muito conciliador e muito aparador de arestas. E ele achou que não era oportuna a medida etc. Mas eu sugeri isso.

V.A. - E o senhor obteve essas informações através do Cenimar?

A.A. - Do Cenimar. E até aconteceu o seguinte, o pior foi o seguinte: é que essa sessão secreta vazou e essa informação vazou. E eu fui assediado por repórteres querendo saber o que tinha havido e dando idéias do problema que eu tinha levantado contra a ação do

embaixador de Cuba. Bom, a sessão tinha um gravador, a fita secreta e os ministros de Estado. Agora, é o caso: alguém tinha falado. E eu falei com o dr. Tancredo: "Dr. Tancredo, uma sessão secreta, e eu estou sendo pressionado pelos repórteres querendo saber o que se passou etc." Uma semana depois o dr. Tancredo disse: "Olha, Nolasco, infelizmente eu já tenho informações de quem tenha dado essas informações para o Estado de São Paulo." - aquele jornal de São Paulo. E me deu o nome, que eu não posso dizer porque o dr. Tancredo não me autorizou. Ele já faleceu. Mas foi um ministro.

I.F. - Só podia ser, não é? E o senhor não pode dizer quem é.

A.A. - Não posso dizer quem é. [risos]

P.R. - Quem era, que ele está dizendo?

I.F. - É um ministro, mas ele não pode dizer quem é, porque o dr. Tancredo não autorizou a dizer.

A.A. - Mas o dr. Tancredo me deu o nome. A informação foi vazada por...

I.F. - E como é que o dr. Tancredo soube?

A.A. - Ah, isso eu não perguntei, não.

V.A. - El tem o seu Cenimar, não é? [risos]

I.F. - É, essas sessões secretas são brabas.

P.R. - Em que consistia essa interferência de Cuba nos negócios internos do Brasil? Era propaganda...

A.A. - Propaganda subversiva.

P.R. - Panfletos, essas coisas?

A.A. - Panfletos etc. Contra o governo...

P.R. - Contra o governo brasileiro?

A.A. - Contra o governo brasileiro etc.

I.F. - Na época do Jango?

A.A. - Na época de Jango também. Pregando greves e o diabo. Uma série de coisas, eu não me lembro mais detalhes. Tinha uns papeluchos distribuídos, recolhidos pelo Cenimar no meio proletário.

I.F. - Plínio, você tinha mais alguma questão para fazer sobre essa questão da subchefia de informações, de operações?

P.R. - Agora o problema é o seguinte: é a respeito da crise de 61, Quando se deu o problema da renúncia do Jânio Quadros...

P.R. - Hein? Quando se deu a... O que é Verena?

V.A. - Tem algumas coisas sobre o governo Jânio.

P.R. - ... durante o governo Jânio? Ah, nós já tínhamos anotado. Ah, realmente. O senhor está informado de que na época do governo do Jânio Quadros, o senhor era da subchefia do Estado-Maior da Armada, que o Jânio tinha preparado um plano de operações para anexar as Guianas?

A.A. - Isso é secreto também. [risos]

I.F. - Mas vazou, vazou.

A.A. - Eu tenho notícias... Eu fiquei apavorado. Porque o que houve foi o seguinte. Já passam vinte anos. O Jânio Quadros tinha chamado os ministros militares pedindo que preparassem um plano para a invasão da Guiana, Guiana Francesa - acho que era a Guiana Francesa. Os ministros puseram a mão na cabeça. O negócio era secreto. E o Jânio renunciou e eu chego no gabinete para conversar com o meu colega como ministro, que era o Heck, e encontro o seguinte quadro: o Heck exaltadíssimo, com a pistola aqui na cintura - ele era um tipo altamente explosivo - e achando que ele ia ter de reagir dentro do Ministério, tudo isso. E eu chego para conversar com ele, para acalmar, para ver que a coisa não estava assim a esse ponto etc., e encontro o Roberto Marinho, jornalista, junto à mesa dele. E ele com as ordens, com os secretos de Jânio Quadros justamente orientando sobre a necessidade de fazer esse estudo para a invasão da Guiana.

V.A. - O Roberto Marinho estava...

A.A. - Estava presente. Tinha ido lá conversar com o almirante Heck. Eu pequei aquilo e disse: "Mas, Heck, você está examinando a gravidade disso? Você está divulgando? Isso é passível de crime. Isso é um documento classificado, isso é um documento secreto! Guarda isso." E o Roberto Marinho lá. "Guarda isso, não declara isso, não expõe essas coisas. Porque isso é passível de crime. Nós todos temos que zelar para evitar que vaze qualquer informação desse teor. Essa é a classificação maior que pode ter um documento no Brasil, é um documento secreto. Nós não podemos divulgar isso." E ele guardou. Mas ele queria dar ao Roberto Marinho para publicar.

I.F. - Mas como é que foi essa questão? Porque essa política externa no governo Jânio foi um tanto complicada, não é?

A.A. - Era, era. A gente não sabe se ele era presidente da República ou ministro do Exterior, não é? Ele resolvia as coisas. E depois, naturalmente, o ministro do Exterior ia saber. Creio que era mais ou menos isso. Ele decidia para depois examinar a situação, em vez de fazer o inverso: a gente primeiro examina o negócio, para depois decidir.

I.F. - E parece que tinha um jogo meio complicado, não é? Porque tanto ele namorava os Estados Unidos como ele condecorava o Che Guevara, condecorava o Gagarin...

A.A. - É, completamente desconcertante, ninguém sabia o que... Ele ia ao sabor dos ventos.

I.F. - E qual era o interesse dele nisso? O senhor tem uma idéia disso?

A.A. - Ah, eu não sei. Os ministros militares talvez saibam. Eu não...

I.F. - E nunca conversaram com o senhor...

A.A. - Não, não. Eu sei disso em conversa com o meu colega Heck, que é uma situação meio difícil. Quer dizer, eu tenho impressão que eles não nutriam o menor respeito por ele, não acreditavam em nada que o presidente da República fazia. Então é uma situação constrangedora, porque a gente ser ministro de um governo... Ele é o chefe do governo, então a gente tem que estar de acordo com as providências do chefe do governo. Se não está, a gente vai embora. E ali o que eu sentia é que não havia uma ajustagem entre os ministros e o presidente da República. Porque eles não tinham, não sei... Porque eles tinham que discordar frontalmente, dizer: "Não, não aceito isso." Ou: "Não estou de acordo com isso, o meu ponto de vista é esse. Se o senhor não concorda, eu sou demais aqui, eu vou me embora." Uma coisa qualquer dessa. Eu tive muita discussão com o João Goulart, várias discussões. Mas ele concordava comigo no fim. Porque eu não tinha pedido para ser ministro. Nenhum de nós pede para ser. Então a gente vai enquanto as coisas estão conjugadas perfeitamente. Se não estão, a gente vai embora.

I.F. - Mas se eles não tinham entrosamento e concordavam em ficar é porque eles tinham alguma missão, ou consideravam alguma [inaudível] permanecer no governo.

A.A. - Eu não sei se por acaso, eles temiam que eles saindo viessem os outros para fazer mais barato. Também não sei.

I.F. - É, porque eles não iam concordar em ficar num governo só levando desvantagem.

A.A. - Eu acho que talvez fosse por causa de confiança que o presidente da República estava inspirando.

I.F. - Eles estavam então achando que eles tinham a missão de segurar...

A.A. - De segurar... Agora, chegou ao fato daquela renúncia, não é? E os ministros, se pensavam assim, já deviam estar preparados para projetar um movimento posterior. E não aconteceu isso. Aconteceu que quando o Jânio Quadros renunciou, os ministros ficaram praticamente sem saber o que fazer.

I.F. - Eles sabiam que não queriam o Jango.

A.A. - A única coisa que sabiam... E a sucessão, como é que ia ser feita?

I.F. - Agora o senhor acha que esses ministros tinham mais medo do Jânio no governo e ali ficavam, permaneciam, ou eles permaneciam com medo do Jango assumir o poder?

A.A. - O Jânio não podia assumir o poder sem os ministros militares. Disso eu não teria medo, porque ainda hoje... A não ser uma luta civil, [inaudível] que não havia naquela época... Sem o apoio militar é muito difícil, em qualquer dessas nações sul-americanas, na atual conjuntura, ainda é difícil sem o apoio militar.

I.F. - Quem não assumiria sem o apoio militar? Não entendi.

A.A. - O Jânio, Jânio Quadros.

I.F. - Eu não entendi.

[FINAL DA FITA 26-A]

I.F. - Eles permaneciam no governo...

A.A. - Com medo do Jango, pode ser.

I.F. - ... com medo de uma renúncia do Jânio...

A.A. - E a substituição do João Goulart.

I.F. - Porque já pensavam na hipótese do Jânio renunciar?

A.A. - Não, ninguém pensava. Isso foi sempre de... Essas renúncias do Jânio hoje já são esperadas, não é? Até do PTB ele já renunciou etc. Mas anteriormente, não; só tinha havido o caso da UDN, mas ele ainda merecia crédito nessa conjuntura. Então eles foram apanhados de surpresa com a renúncia...

I.F. - Então eles não permaneciam com medo do Jango?

A.A. - Não, não. Acho que não era medo do Jango.

I.F. - Não. Tem alguma coisa aí que não ficou bem clara. Se eles não se davam bem com o Jânio...

A.A. - É, não se davam bem com o Jânio.

I.F. - Era um controle que eles queriam então manter no governo?

A.A. - Talvez manter o governo até vir melhor situação.

P.R. - Enfim, eles queriam tutelar o Jânio.

A.A. - Possivelmente, não é? Possivelmente. Mas não tinham autoridade para tutelar o Jânio. O Jânio era ingovernável. Não havia quem dobrasse o Jânio - é a impressão que eu tenho. Ele estava cheio de vento: 40 milhões, 41 milhões de votos a favor dele, não foi?

P.R. - Não, ele teve quase seis milhões.

A.A. - Quase seis milhões de votos. De modo que ele estava com um respaldo popular muito grande. Então a sucessão dele... Aí é possível, todas as hipóteses a gente deve admitir, e ver quais são as mais louváveis ou não. Mas podia ser que os ministros estivessem pensando que o mal maior viria com a posse do João Goulart, pode ser.

P.R. - O senhor estava na subchefia do Estado-Maior?

A.A. - Eu estava na subchefia do Estado-Maior.

P.R. - Quando houve a renúncia?

A.A. - Quando houve a renúncia.

P.R. - Como é que foi recebida a renúncia na Marinha?

A.A. - Com surpresa. Na Marinha foi recebida com surpresa. Todo mundo, o Congresso foi surpreendido, todo mundo. Eu estava até com um passeio muito bom para fazer, era um dia feriado, era Dia do Soldado.

I.F. - É.

A.A. - Eu estava com uma excursão muito boa para fazer, e aí me telefonou um colega: "Sabe o negócio...? O Jânio pediu demissão, o Jânio se exonerou etc." Eu disse: "Mas como?" "Está um bafafá tremendo com a renúncia dele." Aí eu fui para o Estado-Maior, telefonar para o Estado-Maior, para ver como é que estava lá aquela coisa, para tomar providências do Estado-Maior para prontidão de..., as medidas de manutenção da ordem.

P.R. - A Marinha de um modo geral tomou posição contrária à posse do Jango, não é?

A.A. - Não. Eu posso dizer que não pelo seguinte... [pausa]⁶

I.F. - O senhor disse que a Marinha não era contra.

A.A. - A Marinha não se manifestou contra - eu posso dizer pelo menos o primeiro escalão da Marinha. Porque houve o seguinte: os ministros militares não queriam a posse do João Goulart. Muito bem. Eu aconselhei o Heck a reunir os almirantes sediados no Rio. Muito bem. Eu aconselhei o Heck a reunir os almirantes sediados no Rio, para saber o ponto de vista dos almirantes que estavam lá. O Heck foi, reuniu os almirantes numa sala do Conselho do Almirantado, para botar em discussão o assunto. Aí ele começou a tomar os votos: os que eram favoráveis à posse do João Goulart e os que eram contra. E, por uma orientação errada... A gente, quando pede voto, pede sempre do mais moderno; ele pediu do mais antigo. Eu reclamei: "Vossa Excelência está pedindo a manifestação do oficial mais antigo, quando deve ser do mais moderno." Ele não deu importância e pediu o voto do mais antigo, porque ele contava que o voto do mais antigo fosse contra a posse do João Goulart. Porque era um oficial que ele tinha promovido a almirante-de-esquadra por merecimento, recentemente. Ele pediu o voto desse almirante, que era o Paraguassú de Sá. Paraguassú de Sá disse que era favorável à posse do João Goulart. E assim foi pedindo. Alguns almirantes foram votando contra,

⁶ Breve suspensão da gravação.

mas a maioria... Era claro que a maioria era a favor da posse do João Goulart. O voto do Lúcio Meira foi dado até por escrito - ele já tinha levado um voto por escrito - ele dizia que era prematuro barrar a posse do vice-presidente pela presunção de que ele ia fazer um mau governo, um governo ruim, ou isso, ou aquilo. Que cabia esperar que ele assumisse o governo, para depois, então, de acordo com os desmandos que possivelmente podiam acontecer, ou que alguém temia, se verificaram... Então aí caberia o afastamento daquele presidente da República. Mas que na época era prematuro tomar uma decisão dessas contra os princípios de sucessão democrática etc.

E por aí foi. Eu votei pela posse do João Goulart e uma série deles- eu não me lembro, mas o Conselho do Almirantado deve ter essas atas gravadas com os votos nominais de quem votou a favor. Mas a maioria foi grande. O Heck se conformou na reunião, se retirou e aí foi para Brasília. Aí foi para Brasília e a coisa continuou fervendo. Nós tínhamos mandado uma tropa de fuzileiros navais lá para Santa Catarina, diante de idéias da possibilidade do Rio Grande se levantar etc. - que era comandada pelo comandante do distrito lá, que era o Luís Clóvis de Oliveira. E a crise ficou manifesta. O João Goulart não vinha, estava na China, estava para vir... Estava aquela crise e o chefe do Estado-Maior era o almirante Rongel. E eu cheguei para o almirante Rongel e disse a ele: "Almirante, a situação está nesse pé e a Marinha não diz nada. O ministro da Marinha está lá em Brasília; ele está tomando providências e fazendo declarações contra a posse do dr. João Goulart, mas ele já sabe que a maioria dos chefes de Marinha está a favor da posse do presidente João Goulart. E eu acho que a Marinha deve dizer qualquer coisa." Ele disse: "Eu também acho. E o que é que eu devo fazer?" Eu digo: "Eu acho que o senhor deve reunir os almirantes novamente e dizer que a sua idéia é manifestar publicamente o pensamento da Marinha, que é pela posse do presidente João Goulart. Ele disse: "Manda reunir os almirantes." Foram reunidos os oficiais-generais todos, ela chegou na presidência da mesa e declarou o que estava inquietando a ele e que ele queria se manifestar publicamente a respeito da posição da Marinha favorável à posse do vice-presidente João Goulart. Quando ele acabou, os almirantes que estavam bateram palmas e aprovaram, pode-se dizer, por aclamação. Ele saiu dali e mandou redigir uma nota à imprensa declarando que, em virtude da situação, do que estava ocorrendo etc; a Marinha declarava que era favorável à posse do vice-presidente João Goulart etc. E mandou entregar aos elementos de imprensa que estavam no Ministério. Mandou entregar aquilo e bateu o telefone para Brasília para dizer ao almirante Sílvio Heck que ele não manifestasse o pensamento da Marinha contra a posse do vice-presidente porque a Marinha, na totalidade praticamente de seus chefes, já tinha manifestado. ("Ah, mas é uma insubordinação ao ministro da Marinha!" Mas era.) E que a Marinha estava favorável à posse do vice-presidente. Quem atendeu o telefone... O Heck, que era o ministro, disse que não podia atender o telefone. O chefe do gabinete era o almirante Lobo. Recebeu a comunicação do chefe do Estado-Maior e foi comunicar ao ministro, que era o Heck. Voltou, e o Lobo disse para o almirante Rongel que o ministro não havia entendido bem o que ele tinha mandado dizer. O almirante Rongel... Eu estava perto. O almirante Rongel disse: "É para dizer a ele que a Marinha se manifestou publicamente de acordo com a posse do presidente João Goulart." E aí desligou o telefone. As notas foram publicadas na imprensa com o conhecimento do ministro etc., e a coisa ficou nesse pé. Foi a primeira Força Armada que se manifestou pela posse do presidente João Goulart.

Aí vem uma situação interessante - há uns momentos curiosos. Já tinha passado uma meia hora, uma hora, estávamos no Estado-Maior, aí chega...

V.A. - Meia hora do telefonema?

A.A. - Do telefonema. E da nota, da distribuição da nota. Aí chega o almirante Cordeiro de Farias.

I.F. - Almirante, não; general.

A.A. - O general Cordeiro de Farias. Chega o general Cordeiro de Farias, foi recebido pelo almirante Rongel... Eu estava sempre em tudo, isso é que é gozado... Aí sentaram-se o almirante Rongel, o Cordeiro de Farias e eu. Aí o Cordeiro de Farias faz um preâmbulo da situação, daqueles troços todos, e começa a manifestar... A idéia, que eu creio, do Cordeiro de Farias era fazer um movimento militar contra a posse do...

I.F. - Do Jango.

A.A. - Do Jango. E ele começou a esboçar a coisa. Ele era inteligente e viu... Ele tinha uma sagacidade tremenda: "Querida ver como é que está a Marinha, qual a situação da Marinha..." Aí o almirante Rongel puxou do bolso do uniforme e disse: "A Marinha já fez isso." E entregou a nota. "Essa nota já foi dada à imprensa." Era o pensamento pela posse do vice-presidente da República. Aí o Cordeiro de Farias: "Tá, tá bem, então não temos nada mais a conversar etc." Se levantou, pediu licença e foi embora. Mas ele tinha vindo possivelmente para articular um movimento militar contra a posse. E a coisa se desenrolou da forma que os ministros depois chegaram àquele acordo de que seria mudada a Constituição para que o João Goulart fosse empossado, e aparadas as asas dele com o regime parlamentarista. Mas se não fosse isso, era capaz de ter eclodido mesmo um movimento - que não seria declarado pelos ministros, seria declarado pela manifestação da coletividade militar. E aí o Jango não assumia mesmo e virava a mesa e estava virada. Mas eu creio que foi esse movimento, do Cordeiro de Farias aparecer... Não se pode dizer o que estava na cabeça dele, mas o que eu senti foi isso: é que ele queria coordenar um movimento da Aeronáutica, do Exército e da Marinha...

I.F. - É porque ele era o chefe do EMFA, não é?

A.A. - Ele tinha influência.

I.F. - Não, ele era chefe do EMFA.

A.A. - Não me lembro se ele era.

I.F. - Era, no governo do Jânio.

A.A. - Então não ficava a situação difícil dos ministros terem virado a mesa. Tenho a impressão de que estivesse na cabeça dele aquilo. A coisa estava não se decide, não se decide... Então, a decisão da Marinha se antecipou e foi o que praticamente deu posse ao João Goulart.

I.F. - Agora, o senhor disse ainda há pouco que o senhor aconselhou o ministro da Marinha a fazer a reunião com o almirantado.

A.A. - Foi.

I.F. - Essa sua ligação com ele era pelas suas relações pessoais, ou era a função que o senhor tinha pelo fato de estar no EMA?

A.A. - As duas coisas. Porque eu tinha responsabilidade... E era amigo.

I.F. - Como almirante, como amigo e como chefe.

A.A. - E amigo. Eu achava que eu tinha que aconselhar a ele, porque o gabinete dele era meio explosivo.

I.F. - Sim, mas eu digo o senhor o procurou...

A.A. - Procurei como amigo...

I.F. - Como amigo, e não como função específica.

A.A. - Como função. Evidentemente a minha função me levava a aconselhá-lo e a achar que ele devia fazer aquilo. Porque eu estava estranhando que ele decidisse sem consultar a sua assessoria maior, que era o primeiro escalão. Para ele ter uma idéia da autoridade que ele estava tendo, e não ficar pensando que todo mundo ia muçulmanamente aceitar as decisões dele. Podia haver uma rebelião dentro da Marinha.

I.F. - E dentro das outras forças - o Exército e a Aeronáutica -, como é que o senhor soube dos acontecimentos?

A.A. - Como?

I.F. - O Exército e a Aeronáutica, como reagiram a isso? À renúncia.

A.A. - A renúncia. Eu não sei...

I.F. - O senhor não acompanhou.

A.A. - Eu não acompanhei.

I.F. - Quer dizer, esse movimento, que o senhor saiba, foi só dos almirantes. Se os brigadeiros e os generais fizeram...

A.A. - Como funcionou no Exército e na Aeronáutica, como a coisa funcionou, eu não sei. Porque eu estava completamente ali dentro, de regime de prontidão, ligado aos problemas dentro da Marinha. E um problema sério, porque eu estava querendo evitar que saísse tiro lá no Sul. Porque o meu colega de Marinha, que estava lá no comando do Distrito, queria quase que descer a tropa de fuzileiros navais para...

I.F. - Naquela ocasião o comando do Distrito era em...

A.A. - Comando do Distrito era em Santa Catarina.

I.F. - Santa Catarina.

A.A. - Era Luís Clóvis de Oliveira. E ele reclamando, queria autoridade para desencadear o movimento. E eu dizendo para o almirante Rongel: "Almirante, no dia em que sair um tiro lá é a guerra civil aqui dentro. Nós vamos brigar contra as forças do Rio Grande do Sul, você já imaginou o que pode ser? Nós temos que acalmar esse almirante lá embaixo para ele não se exaltar e não se exceder. Nós estamos sabendo aqui como estão transcorrendo as coisas. Ele está querendo fazer a guerra. Se sair tiro lá embaixo, vamos ter a guerra civil." Aí, ação gera reação. E aí éramos nós contra o Exército, uma fração do Exército, que era o general...

P.R. - Machado Lopes.

A.A. - Machado Lopes, era uma parte do Exército. Então como é que ia reger o resto do Exército? E nós querendo procurar briga quando tínhamos que apaziguar os ânimos. E então eu freava o movimento dentro do Estado-Maior e o almirante Rongel, dizendo a ele que esperasse, que esperasse Mas a coisa lá..., eu estava com receio que saísse um tiro lá embaixo.

I.F. - O senhor teve contato com os almirantes. E os oficiais mais...?

A.A. - Mais jovens, mais modernos?

I.F. - É, como estavam reagindo?

A.A. - Eu não sei como é que estavam. Eu acredito que parte dos oficiais mais jovens também, os escalões superiores ainda, fossem a favor da posse do João Goulart. Embora fizessem restrições a ele.

I.F. - E quem era o grupo, além do almirante Sílvio Heck... Quem mais dava apoio a ele? Porquê que não ia falar sozinho...

A.A. - Ah, dava apoio a ele, acredito que podia dar, o Rademaker; podia dar... Quem mais...?

P.R. - Hélio Garnier Sampaio.

A.A. - O Hélio Garnier Sampaio não sei. Mas o Adalberto Nunes me lembro que votou contra, votou com o Heck. E os outros eu não recordo assim.

I.F. - Porque ele tinha que ter o respaldo de alguém, não é?

P.R. - O chefe do Estado-Maior era Ari dos Santos Rongel?

A.A. - Ari dos Santos Rongel. Era o oficial foi encarregado da nossa turma no tempo em que nós éramos...

I.F. - Almirante, eu vou pedir para o senhor terminar hoje mais cedo... Pode desligar.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

16ª Entrevista: 23.07.1986

I.F. - Ministro, eu gostaria de perguntar ao senhor sobre as eleições de 1960, em que os candidatos foram Lott e Jango, Jânio com Newton Campos, e Ademar de Barros sem vice. Em quem o senhor votou?

A.A. - Eu votei no general Lott.

I.F. - E para vice?

A.A. - Para vice eu não sei, eu não lembro qual era a chapa...

I.F. - Era Lott, com o Jango para vice; tinha o Jânio... E acabou sendo eleito o famoso Jan-Jan.

A.A. - Foi, Jan-Jan.

I.F. - Exatamente. Quer dizer que o senhor votou no Lott?

A.A. - É, votei no Lott. Até fiz uns versinhos, numa ocasião, sobre essa situação. Me lembro que começava assim... Apreciação sobre o Lott: " Com Lott será uma espada de ponta e [inaudível] afiada; com Jânio tem vassourada na casa desarrumada; com Ademar, o Saara..." E o último era "marajoara." [risos]

I.F. - Foi o senhor quem fez isso?

A.A. - É.

I.F. - Está ótima! [risos]

A.A. - Eu não me lembro agora, eu vou trazer toda.

I.F. - Ah, está muito bom. e acabou saindo o Jan-Jan.

A.A. - Saiu o Jan-Jan.

I.F. - Mas os militares não aceitavam muito o Jan-Jan, não é?

A.A. - Não, os militares de um modo geral nunca toleraram o Jango: O Jango estava muito... Havia uma campanha muito grande contra o Jango, não é? Muitos anos de desonestidade, de negócio do... Tinha lá...

I.F. - A Carta Brandí?

A.A. - Não, não foi bem a Carta Brandí. Foi aquele negócio...

P.R. - *Manifesto dos coronéis?*

A.A. - ... de um instituto do...

P.R. - Do Pinho?

A.A. - Do Pinho, uma série de coisas. De modo que isso era o que ficava muito na... que a filtragem mandava para as Forças Armadas. De modo que muita gente não gostava dele. Até a crise, não é? da posse dele. Foi manifesta, mais ou menos, a má vontade dos ministros etc. para que ela assumisse a presidência da República.

I.F. - De modo que o senhor já votou no João Goulart.

A.A. - Eu já votei no João Goulart.

I.F. - E o que o senhor acha dessa questão do voto do presidente e do vice-presidente ser vinculado?

A.A. - Acho uma necessidade. E a prática dos outros países ensina isso, não é? A chapa tem que ser única; esse negócio de disparatar, não é uma consciência partidária que nós temos - a formação de partidos tudo isso... Ela leva a gente à sensação de que tudo deve ser de uma mesma panela, e não de panelas diferentes - tempero daqui, a batata de lá, o arroz não sei de onde... De modo que eu acho uma necessidade, inclusive, para a estabilidade. Porque o problema da sucessão, digamos, da substituição do presidente por um elemento de um outro partido, gera uma série de dificuldades, por mais que sejam feitos os arranjos. Porque a prosperidade separa, não é? A adversidade une. Isso é que a gente constata de um modo geral.

V.A. - A diversidade ou a adversidade?

A.A. - Adversidade. Esse a é importante. [risos] É como vírgula, às vezes, não é?

V.A. - É.

A.A. - Há um caso até de um telegrama em que faltou uma vírgula. Foi uma crise na Bahia [inaudível]. O telegrama era assim: "Não, tenha prudência." [risos]

I.F. - "Não tenha prudência."

A.A. - "Não tenha prudência. É muito importante." [risos]

Eu tenho idéia... Foi no caso do Seabra, aquele J. J. Seabra, que era governador. E tinha uma questão de intervenção de uma força militar qualquer, e veio a consulta para o Rio de Janeiro. O chefe militar então disse: "Não, tenha prudência." - tinha pedido licença para atirar, para reagir. Então faltou a vírgula, foi o diabo.

I.F. - É. Mas enfim, vamos voltar aqui à renúncia do Jânio. Quer dizer, então houve essa vitória da chapa Jan-Jan.

A.A. - Jan-Jan, exato.

I.F. - Quer dizer, o presidente escolhido, de um partido e o vice...

A.A. - E o vice-presidente de outro.

I.F. - De outro partido. O que vai culminar com a crise da renúncia do Jânio, e embora o Jango tenha sido eleito com grande maioria, não foi bem aceito por parte...

A.A. - Não foi bem-aceito pela corrente militar, digamos assim, que é sempre... A corrente militar é sempre hostilizada, mas permanentemente cortejada, não é? Estou vendo agora: agora já estão querendo que os militares de reserva possam dizer o que quiserem, se manifestar sobre política etc. Nem bem os militares se recolheram ao quartel, já estão querendo que os militares se manifestem... Um militar que acaba de sair do serviço ativo, um general é transferido para a reserva hoje, e amanhã ele já tem direito de chegar e esbravejar e se manifestar contra a situação política... Ele ainda tem raízes no serviço ativo! Isso é um exemplo para mostrar o absurdo que é isso do militar se manter com direito de se manifestar politicamente. Mas quando chega a idade da reforma, enfim, já tem um afastamento muito grande, a penetração delas no serviço ativo é mínima. Mas na reserva é muito importante que o militar não se manifeste, se nós, num país emergente apenas, queremos manter uma certa tranqüilidade, um certo sossego quanto às manifestações militares.

I.F. - Mas voltando ao nosso amigo Jânio: o que o senhor está achando da volta dele para a política? Porque, pelo que eu entendi, o senhor foi contra a eleição, tanto que não votou nele...

A.A. - Não votei nele.

I.F. - Agora ele foi eleito prefeito de São Paulo...

A.A. - Foi eleito prefeito de São Paulo e... Quer saber o que eu estou achando, não é?

I.F. - É, o que o senhor está achando da situação?

A.A. - Eu estou estranhando um pouco a posição do Jânio Quadros. Eu acho que a idade mudou muito o Jânio Quadros, e eu pensei que ele ia ter uma atuação mais pronunciada na prefeitura. Porque eu acho que o erro do Jânio foi se superestimar; ele não podia ter passado de governador de São Paulo. O Brasil é muito diferente de São Paulo; o Brasil é uma colcha de retalhos, e São Paulo é um estado, quase que uma nação – pela sua forma, por sua arrecadação, tudo isso por seu poderio. E ele estava crente, parece... Apesar dele ser um homem bastante inteligente e muito preparado - eu o considero assim -, ele pensava que ia governar o Brasil como se fosse São Paulo. Ele estava completamente dentro só daquela zona de São Paulo. Então ele ficou decepcionado com o que encontrou, não é? Agora, eu, por exemplo, fiquei surpreso porque eu esperava que ele ainda tivesse aquele fogo sagrado, aquela vontade de comandar, de dirigir a prefeitura de São Paulo, como ele demonstrou antes. Mas não, ele está muito retraído e dizendo só coisas inconvenientes. Antigamente ele dizia muita inconveniência, mas dizia coisas plausíveis etc. Agora não: está muito parado, muito recolhido. De modo que eu pensei que ele ia ter o mesmo dinamismo; não tem: ele está estático.

I.F. - Mas essa eleição dele com a vitória grande que ele teve, como o senhor viu isso? O paulistano... reagindo como?

A.A. - Não sei. Bom, reagindo porque a administração desgasta, não é? Geralmente desgasta, porque os administradores têm que tomar certas medidas que desagradam.

Então no Estado de São Paulo, na prefeitura de São Paulo especialmente na cidade de São Paulo, a administração anterior não estava agradando, e não havia confiança na situação. Então houve essa manifestação, digamos, quase que de protesto, e o único feito que havia, de derrubar a administração anterior, [inaudível] era votar no Jânio Quadros.

I.F. - E agora para governador, o que o senhor acha que vai acontecer lá?

A.A. - Eu não estou... Acho que se pode dizer que eu não estou achando nada, acho que está um saco de gatos.[risos] Como aqui também, no Rio, está ficando, não é? Todo mundo quer ser... As situações, geralmente, no Brasil, a prefeitura, os estados... as condições todas falidas, mas todo mundo sabe que já está falido e quer ser, para depois dizer que pegou uma porcaria e que não pode administrar. [risos] Todo mundo tem uma porção de remédios, acha que o negócio está nas piores condições. Chega, assume, diz que está horrível o negócio, que está difícilimo... Mas, então, por que se propôs? A gente quando se propõe a fazer alguma coisa é porque, eu imagino, pensa que sabe fazer, não é? "Você não sabe?" "Não, não sei." Eu vi muito isso nos Estados Unidos. O americano diz que não sabe com a maior tranquilidade. Ele diz: "Não, não sei. Isso não é meu, , isso não..." Nós temos mania de entender tudo, não é? [risos]

Aliás, todos nós pensamos sempre: "Se eu fosse presidente da República... ", não é? Porque faria isso, faria aquilo. E me lembro até da história dos dois carregadores. Não sei se conhecem?

I.F. - Não.

A.A. - Dois carregadores discutindo se fossem presidentes da República. Então um apresentou o trabalho dele... Carregador de carrinho na mão, disse: "Se eu fosse presidente da República eu ia acordar lá pelas tantas, ia fazer isso, ia comer uma boa feijoada, não sei mais o que." E disse assim: "E, olha, o primeiro carro eu só ia fazer lá pras quatro horas da tarde." [risos] De modo que... nesses termos nós estamos cheios de presidente da República. E a nação é uma só, não é?

I.F. - É, é um problema.

A.A. - Eu não sei se leu aquele livro do Veríssimo, *Senhor Embaixador*, não sei... Nós nos aproximamos muito, em uma porção de coisas, da república do Sacramento. Apesar de a gente ter obrigação de manter o otimismo, mas tem muita coisinha da República do Sacramento. [risos]

I.F. - Então vamos voltar à crise da renúncia, de que nós começamos a falar na última entrevista. O senhor nos disse que quando houve a crise da renúncia, o senhor procurou o almirante Sílvio Heck para conversar sobre a situação da Marinha.

A.A. - Sim, procurei. Aliás, eu fui como amigo e...

I.F. - Isso é que eu queria que ficasse bem claro: o senhor foi muito mais como amigo do que...

A.A. - Como amigo, do que pela função dele ministro, porque eu aí me recolheria à insignificância e acharia que ele teria outros elementos para se valer. De modo que,

como colega, amigo, com uma amizade fraternal - porque até juntos estudamos lá na casa dele -, tudo isso, eu achei que eu devia dar o meu palpitezinho. E por isso é que eu conversei com ele.

I.F. - O senhor foi como amigo e como brasileiro, vamos dizer assim.

I.F. - E outra coisa que eu gostaria de perguntar, que não ficou bem clara: o senhor, quando foi para essa subchefia no EMA, estava lá o almirante Jorge da Silva Leite.

A.A. - Jorge da Silva Leite.

I.F. - Quando foi que ele foi substituído pelo almirante Ari dos Santos Rongel?

A.A. - Ele foi substituído quando... Não, espera aí, aí há um engano. Quando o almirante Sílvio Heck era ministro, já o almirante Jorge Leite não era mais chefe do Estado-Maior...

[FINAL DA FITA 26-B]

A.A. - Não era mais chefe do Estado-Maior. Eu servi no Estado-Maior durante a administração do almirante Heck e antes, na administração do Jorge do Passo Matoso Maia.

I.F. - Quer dizer, quando houve a mudança de governo, mudou o ministro da Marinha...

A.A. - É.

I.F. - ... e mudou a chefia do Estado-Maior.

A.A. - Mudou a chefia do Estado-Maior. Porque também houve o seguinte: durante a administração do almirante Matoso Maia, eu já servia com o almirante Jorge Leite e, nessa fase, houve um problema no Ministério da Viação e eu deixei a subchefia do Estado-Maior para servir na SUNAMAM hoje na Comissão de Marinha Mercante. Depois, quando o almirante Heck assumiu, eu estava agregado... Porque eu tinha passado lá a administração da SUNAMAM... Naturalmente o Juscelino tinha sido exonerado, tinha assumido o Jânio Quadros. E eu então depois fiquei adido esperando comissão. Aí o almirante Heck me nomeou, novamente eu voltei à subchefia do Estado-Maior.

I.F. - Para a mesma diretoria, tudo igual.

A.A. - Mesma diretoria, na mesma... Agora, o chefe do Estado-Maior já era então outro, já era o almirante Rongel. Quer dizer, o almirante Rongel substituiu o almirante Jorge da Silva Leite.

I.F. - E com esse almirante Rongel o senhor se dava bem?

A.A. - Muito bem, me dei muito bem. Porque o almirante Rongel é o seguinte: ele foi meu instrutor de... Eu era guarda-marinha, ele era capitão-tenente embarcado a bordo do cruzador *Bahia* e ele acumulava também a função de instrutor da parte que cabia de

navegação, noções de astronomia etc. Eram os dois, ele e o almirante Alves Câmara. De modo que o nosso relacionamento era muito grande, desde esse tempo, do tempo em que eu era guarda-marinha. Agora, com o almirante Jorge Leite é que eu nunca tinha sido [inaudível] com ele.

I.F. - É, isso o senhor contou. Agora, então, vamos para a crise propriamente dita.. O senhor já tinha começado a falar na última entrevista que os almirantes se reuniram e disseram ao ministro Sílvio Heck que eram a favor da posse do vice-presidente João Goulart.

A.A. - Exatamente. Ele tomou a opinião, a votação de todos os almirantes que compareceram ao Conselho do Almirantado. E a maioria foi a favor da posse do vice-presidente.

I.F. - Agora, tanto o ministro Sílvio Heck quanto os outros dois ministros militares não aceitaram esta opinião. Eles ficaram contra...

A.A. - Os outros eu não sei, porque o almirante Sílvio Heck ouviu a opinião dos almirantes e foi para Brasília. E continuou a trabalhar, pelo menos, porque [inaudível] continuaram trabalhando tentando impedir a posse do vice-presidente.

I.F. - E aí vai culminar com a crise grande no Rio Grande do Sul.

A.A. - O estado do Rio Grande, cujo governador era o Brizola, então começou o preparo do Rio Grande para aí, de qualquer jeito, dar posse ao vice-presidente.

I.F. - E como vocês viram - os militares, os almirantes, todos - essa crise gerada pelo governo do Rio Grande do Sul? O Exército do Sul, quer dizer, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina...

A.A. - Bom, nós víamos... Eu, no Estado-Maior, a sensação que eu tinha, via com apreensão... Da eventualidade da eclosão de um movimento entre irmãos, digamos assim. Porque o governo estava constituído e fosse lá quem fosse o presidente, que era o Mazzilli, a tendência seria reagir e manter o que estava determinado pela Constituição. Mas por outro lado os ministros militares não queriam. Agora, não se sabe quem é que ia aderir ao movimento dos ministros e quem ia ficar com o fim de legalidade do governo e posse do João Goulart. Mas isso sempre causa apreensão no meio militar.

I.F. - É, porque ali estive na bica de uma crise muito violenta, não estive?

A.A. - Esteve, estava na eminência de uma guerra civil talvez. Isso é que me deixava preocupado lá no Estado-Maior, para impedir que o nosso comandante do Distrito lá de Santa Catarina tomasse uma atitude.

I.F. - O comandante do Distrito era o Luís Clóvis de Oliveira, não era?

A.A. - Luís Clóvis de Oliveira. Tomasse uma atitude de autoridade, mais violenta, menos tranqüila.

I.F. - E o senhor tinha acesso, então, como subchefe do EMA tinha mais contato com ele?

A.A. - Tinha. Eu estava recebendo todas as comunicações, porque passavam por mim. Evidentemente o chefe do Estado-Maior era quem dirigia tudo. Mas tudo passava por mim. Eu via a ansiedade do comandante do Distrito lá, de agir com mais energia. Ele estava achando que nós devíamos ser mais enérgicos, quando o caso não era de energia, era o caso de acomodação das coisas.

I.F. - Mas acomodar como?

A.A. - Acomodar esperando que houvesse uma, digamos assim, que a iniciativa forte partisse do Rio Grande. Então a nossa atitude, embora não seja pregada numa luta armada defensiva, mas num caso desse era uma questão meio política também. Mais a política do que outra coisa. Porque se fosse uma ação eminentemente militar entre dois elementos que estavam em confronto, a situação, digamos assim, os ensinamentos ensinam uma coisa. Mas ali era um político militar, um movimento dentro do próprio país, da própria nação.

I.F. - Porque parece que o ministro Heck organizou uma tropa que mandou para o Sul. O senhor soube disso, não soube?

A.A. - Esse envio da tropa... A tropa que foi a dos fuzileiros navais, que foi dirigida pelo Estado-Maior, devia ter sido por iniciativa dele. Então essa tropa foi para fazer frente ao movimento, à sublevação do estado Rio Grande, mas não caracterizado totalmente. Porque precisava que o Rio Grande se despejasse para o Norte do país para caracterizar uma invasão, digamos assim, uma intromissão militar no resto do país. Mas até a coisa se resolver, não houve essa atitude, houve a guerra psicológica. O estado do Rio Grande do Sul dirigido pelo Brizola, dizia que o III Exército... Era o III Exército, do Machado Lopes, não é?

I.F. - É.

A.A. - O Machado Lopes aderiu também para defender a posse do João Goulart. Agora, essa defesa dava a impressão de que eles iam marchar para o Norte do país. Aí então, nessa eventualidade é que naturalmente, como medida preventiva, o ministro da Marinha, que era o Heck, tinha determinado que a tropa fosse para lá para se antecipar ao movimento, à marcha do Rio Grande do Sul até o Norte.

I.F. - Mas aí é que eu estou fazendo um pouco de confusão.

A.A. - Sim.

I.F. - O III Exército com o Machado Lopes...

A.A. - Machado Lopes.

I.F. - ... e o governador Brizola estavam a favor da legalidade.

A.A. - Legalidade.

I.F. - A posse do vice-presidente João Goulart.

A.A. - João Goulart.

I.F. - O qual tinha apoio do almirantado.

A.A. - Tinha o apoio do almirantado. Da maioria, não é?

I.F. - Da maioria. Então, essa força que foi mandada para o Sul, que o senhor disse que foi também mandado um apoio dos fuzileiros, com o apoio...

A.A. - Com ordem do ministro da Marinha.

I.F. - Com ordem do ministro da Marinha... Era contra a legalidade?

A.A. - Era contra a, digamos assim, era contra a insurreição do governador de...

I.F. - Então era considerada a legalidade uma insurreição.

A.A. - A insurreição era considerada uma ilegalidade...

I.F. - Isso é que eu queria saber. E esses almirantes, no momento em que acompanharam o ministro Silvío Heck a aceitar a posse do Jango, aprovaram também essa remessa dos fuzileiros para lá?

A.A. - Não, não aprovaram bem; ignoraram, desconhecaram. Porque cada um estava trabalhando no seu setor administrativo e não estava tomando conhecimento dos passos da ordem do ministro da Marinha que tinha determinado essa tropa ir para lá, porque isso não era publicado. Era uma movimentação de tropas, mas não foi feita uma proclamação do ministro da Marinha declarando que, a atender isso... ele tinha mandado a tropa para lá.

V.A. - Mas o senhor sabia?

A.A. - Eu sabia.

V.A. - Como é que o senhor sabia?

A.A. - Eu sabia porque eu servia no Estado-Maior.

V.A. - Então os elementos do Estado-Maior não ignoravam.

A.A. - Não, nós não ignorávamos.

V.A. - E como é que aceitaram?

A.A. - Como uma medida preventiva para o que desse e viesse. Mas não se sabia qual ia ser a atitude, não tinha se definido a atitude no Rio Grande do Sul.

I.F. - É, porque naquela mesma ocasião foi organizado aqui no Rio um outro comando do III Exército, cujo comando foi dado ao Cordeiro. Porque, na realidade, o comando oficial do III Exército estava com o general Machado Lopes.

A.A. - Machado Lopes.

I.F. - Que ficou na legalidade, que era considerada pelos ministros militares ilegal. Então foi nomeado paralelamente um novo comandante do III Exército...

A.A. - Ah, isso eu não sabia.

I.F. -... Que foi o Cordeiro de Farias. Quer dizer, eles ignoraram o comandante Machado Lopes do III Exército, que estava em suas funções, e nomearam aqui no Rio o Cordeiro de Farias como comandante do III Exército...

A.A. - Quer dizer, a duplicidade de comando.

I.F. - Duplicidade. Com ordens, se fosse o caso, de seguir para o sul para combater a rebelião do Rio Grande do Sul. E paralelo foi essa tropa da Marinha...

A.A. - Da Marinha lá para Santa Catarina.

I.F. - Para Santa Catarina. Quer dizer que...

A.A. - Esses detalhe, por exemplo, eu não sabia - que o Exército também havia tomado uma providência... O ministro Odílio Denis havia tomado uma providência de mandar tropa...

I.F. - Exatamente. Ele ignorou o general Machado Lopes e organizou um...

A.A. - Mas, quer dizer, a tropa do Exército ficou mesmo no Rio, não chegou a se movimentar...?

I.F. - Não, não chegou a ir. Estava tudo preparado para caso de necessidade, tudo organizado já.

A.A. - A da Marinha é que se adiantou e...

I.F. - Inclusive, há uma troca de telegramas entre o Cordeiro e o general Machado Lopes, onde o Cordeiro diz ao general Machado Lopes que se houvesse uma luta fratricida, ele, Machado Lopes, seria o culpado, porque estava...

A.A. - Estava apoiando lá...

I.F. - Apoiando o movimento do Brizola.

A.A. - O movimento do Brizola.

V.A. - O que talvez não tenha ficado claro é essa questão da legalidade ser uma insurreição. Eu acho que...

I.F. - O que eu acho que confunde um pouco é que...

A.A. - É o conceito de legalidade.

I.F. - Conceito de legalidade.

V.A. - Porque é uma legalidade que acabou sendo a insurreição.

A.A. - O conceito de legalidade era duplo. Cada um tinha o seu conceito de legalidade. [risos] Lá o Rio Grande do Sul achava que a legalidade, como eu achava, era que, quem tinha sido eleito devia assumir. E os outros achavam que era uma ilegalidade assumir o governo um homem que não estava indicado, não estava preparado. Os argumentos eram fracos, mas eram apresentados. Então havia discussão, havia os antagonismos.

I.F. - O que me deixa ainda um pouco confusa é essa questão do ministro Sílvio Heck sozinho conseguir mandar uma tropa e tudo isso. Eu acho que...

A.A. - Não, ele não foi sozinho, O princípio - geralmente há esse conceito: manda quem pode, obedece quem deve.

I.F. - Exato.

A.A. - Então ele mandou e quem devia ser em outros anos... O normal é obedecer. Por que vai perguntar: "Por que está mandando, por que fez isso, por que eu vou para tal lugar?..." Ninguém pergunta isso.

I.F. - Mesmo num momento de crise, como essa?

A.A. - O momento de crise é muito relativo, depende da posição em que a pessoa está e em que vê a crise; cada um vê de um jeito. Vê se a crise é maior, ou menor, se é imediata, se é...

I.F. - Mas o que eu digo é o seguinte: em 64 nós tivemos um exemplo de uma tropa que saiu daqui em direção a Minas e que mudou de posição.

A.A. - Mudou de posição.

I.F. - Essa tropa que foi mandada para o sul pelo Sílvio Heck, se não estivesse apoiando as idéias do Sílvio Heck, podia ter mudado de posição no meio do caminho.

A.A. - Podia. É uma hipótese perfeitamente estudável e aceitável. Podia mudar de posição.

I.F. - Exatamente. Eles podiam embarcar dizendo para o ministro que iam para uma posição, e mudar no meio do caminho.

A.A. - Podiam, no desenrolar dos acontecimentos ele ia saber se havia mudado de posição ou não.

I.F. - Então, no fundo, a tropa estava dando apoio ao ministro Sílvio Heck, porque nenhum mudou de posição.

A.A. - Até o dia em que o Estado-Maior se manifestou com o telefonema - de que eu participei - ao ministro Sílvio Heck que estava em Brasília, todos estavam apoiando a atitude dele. Até o dia em que se disse que ele não tomasse mais outra providência nesse sentido porque a Marinha não ia aceitar - que eu já disse na entrevista anterior, não sei se lembram.

I.F. - Mas que acabou aceitando.

A.A. - Como?

I.F. - Mas que acabou aceitando.

A.A. - Ele renunciou, houve a renúncia dele. Eles saíram.

I.F. - Não estou entendendo.

A.A. - Até o dia em que o chefe do Estado-Maior comunicou a ele que ele não tomasse providências, que não devia tomar mais providências contra a posse do João Goulart, até esse dia nós estávamos aceitando. Depois dessa declaração é que nós então... o chefe do Estado-Maior comunicou à imprensa que a Marinha tinha se manifestado pela posse do presidente João Goulart.

P.R. - Então, quer dizer, a força tarefa que foi para o sul foi anterior à tomada de decisão do Conselho do almirantado?

A.A. - Foi bem anterior. Foi bem anterior.

I.F. - Isso é que não estava claro para mim. Nisso é que eu estava confusa.

A.A. - Não foram simultâneas, foram sucessivas. Primeiro o envio da tropa etc., depois, houve a reunião dos almirantes, que o Heck ficou sabendo que a maioria não era favorável ao ponto de vista dele de que o vice-presidente não devia assumir. Mas ele silenciou e foi para Brasília. Naturalmente ele achou que depois o pessoal seria compelido a aceitar por um fato consumado ou coisa que o valha. Não sei o que poderia acontecer. Poderia haver a guerra civil, poderia haver qualquer coisa desse tipo. Mas depois então, ele lá em Brasília, a situação foi se agravando cada vez mais. Aí é que eu pedi ao almirante Rongel que reunisse seus almirantes para saber se nós tínhamos que nos manifestar..., mesmo contra a vontade do ministro da Marinha. Houve talvez uma certa insurreição, pode ser até caracterizado assim. Então o almirante convocou os almirantes e declarou que o ponto de vista dele era esse etc. E o que os almirantes achavam. Aí os almirantes bateram palmas e concordaram. Então saiu a nota na imprensa pela manhã do dia que eu não me lembro qual é.

I.F. - Sei. Aí então é que começaram as negociações pelo parlamentarismo?

A.A. - Aí não sei. É possível que tivesse havido as negociações para o parlamentarismo. Mas então o almirante Rongel telefonou para o almirante Heck e declarou que ele não

estava autorizado, não devia tomar providências contra a posse do presidente João Goulart confiando na atitude da Marinha, porque a Marinha já tinha se pronunciado assim.

I.F. - É, porque era um risco, não é?

A.A. - Mas foram sucessivas essas notícias que eu estou dando, e não simultâneas.

V.A. - A primeira conversa do almirante Rongel com o Sílvio Heck antes do envio da tropa teve que teor?

A.A. - Não. Não Houve essa conversa aí. Houve ordem do almirante Heck para mandar uma tropa para Santa Catarina como prevenção para qualquer movimento do Rio Grande.

V.A. - Quer dizer que não houve nada antes?

A.A. - Não. Depois então veio a reunião dos almirantes, que eu sugeri ao Sílvio Heck que reunisse os almirantes para saber a opinião dos seus chefes. Porque ele estava tomando as decisões dele certo de que a opinião dos almirantes ia se submeter ao ponto de vista dele. E eu sentia que não estava. Então aí ele tomou os votos e viu...

I.F. - Quer dizer que então, pelo que eu estou percebendo, na Marinha houve uma sublevação.

A.A. - Bom, sob esse ponto de vista houve.

I.F. - Quer dizer, não aceitaram as ordens do ministro cegamente.

A.A. - Nós nos manifestamos contra o ponto de vista do ministro, se ele fosse contra a posse do vice-presidente.

I.F. - E como é que foi aceita no Estado-Maior a sugestão do parlamentarismo?

A.A. - Foi aceita como uma solução para resolver o impasse.

I.F. - Estava todo mundo pedindo uma solução, então.

A.A. - Uma solução. E essa solução foi aceita. Porque os ministros também transigiram. Os ministros que estavam lá trabalhando transigiram em aceitar a posse do vice-presidente com uma nova forma de governo, com um regime *soi-disant* parlamentarista, porque de parlamentarismo não tinha tudo. Era um parlamentarismo, digamos assim, verde e amarelo; não era um parlamentarismo com as cores do arco-íris, não é?

P.R. - O senhor quando assumiu o Ministério da Marinha logo em seguida, tirou o comando do almirante Luís Clóvis de Oliveira, ou ele pediu demissão?

A.A. - Não, ele não pediu demissão. Aí houve uma passagem muito interessante. Eu assumi o Ministério da Marinha e a minha preocupação era apagar os rancores, os

desentendimentos etc. E a minha preocupação era dar comissão a todos os oficiais. Evidentemente eu tinha que tirar o almirante Luís Clóvis lá de...

I.F. - Florianópolis.

A.A. - Lá de Florianópolis, do comando do Distrito. Mas eu não tirei como uma punição. Eu tirei como uma mudança de função. Então exonerei o almirante Luís Clóvis de Oliveira de lá do Distrito e nomeei um almirante, que era Muller de Campos, para assumir o Distrito em substituição ao almirante Luís Clóvis, porque eu achava que o Muller era um homem com capacidade, com habilidade para contornar aquele estado meio cheio de arestas, que tinha sido criado na época.

E então o Luís Clóvis veio para o Rio e eu o nomeei para comandante da força de transporte. Para não deixá-lo sem comissão porque eu não queria deixar. Eu queria apagar, passar o apagador naquilo tudo e não queria saber quem era conta ou a favor. Aí tive uma discussão com o presidente João Goulart. Porque ele: "Mas esse homem, esse oficial quis prender o Brochado da Rocha lá no..." Eu disse: "Mas, presidente, eu tenho que aparar as arestas, o oficial se incompatibilizou nesse posto. Eu tirei ele do posto, mandei para um outro. Nós temos que esquecer isso tudo." E ele acabou concordando comigo e eu nomeei o almirante Luís Clóvis para o comando da força de transporte. E dei comissão a todos os almirantes, inclusive alguns que estavam sem comissão. Porque o almirante Sílvio Heck, quando assumiu, alijou alguns almirantes de funções, as quais eles estavam em condições de assumir. Tinha almirantes adidos, sem função. Eu procurei dar a todos uma função e dei. Porque eu não fui para apurar se era a favor ou contra. Eu queria era pacificar a Marinha, tentar pelo menos. E acho que consegui. Graças a Deus, consegui. Consegui botar a bordo do *Minas* todos os almirantes para receber o João Goulart. A dose era um pouco pesada, mas eu botei. [risos]

I.F. - O que não aconteceu no Exército - no Exército ficou muita sem comissão.

A.A. - Ah, eu não deixei, não.

I.F. - Inclusive o Cordeiro ficou em casa sem comissão.

A.A. - Eu deixei e disse, discutindo com o presidente João Goulart: "Presidente, eu não venho trazer problemas para o senhor; eu venho trazer soluções. O dia em que eu tiver que trazer problema, eu, ministro da Marinha, para o presidente da República, eu não sou mais ministro." - disse a ele.

I.F. - O ministro Sílvio Heck já estava reformado?

A.A. - Já, já estava. Ele tinha sido transferido... Ele se transferiu para a reserva...

I.F. - Então este problema o senhor não teve. [risos] De ter que dar uma comissão para o ministro Sílvio Heck.

A.A. - Não, não tive. Eu dei foi punição. [riso] Prendi meu colega e amigo três vezes.

I.F. - É, o senhor contou. Mas o Exército deixou muita gente sem comissão.

A.A. - Ah, eu não deixei, não.

I.F. - Inclusive o Cordeiro ficou muito tempo em casa. E aí teve tempo bastante para preparar a Revolução de 64. [risos] Mas enfim, voltando aqui. Agora, nós tínhamos conversado, não é, Plínio? de entrar um pouquinho no governo João Goulart e no seu período como ministro do parlamentarismo. O senhor naturalmente teve contato, contato mais íntimo com o primeiro-ministro Tancredo Neves...

A.A. - Ah, tive.

I.F. - Com o ministro San Tiago Dantas... E nós gostaríamos que o senhor fizesse, se fosse possível, um perfil do primeiro-ministro Tancredo Neves e do San Tiago Dantas, que infelizmente já faleceram e nós não podemos ter opinião deles.

A.A. - Bom, o Tancredo Neves era uma criatura doce, inteligente, altamente inteligente, um grande conhecedor dos problemas do Brasil, um grande conciliador e completamente dedicado à sua condição de político, que ele havia escolhido já há muito tempo. Essa é a impressão, o retrato que eu tenho assim, um *flash*, do dr. Tancredo Neves. Mas Muito habilidoso, muito tranqüilo, muito pronto a ouvir...

I.F. - É a escolha dele para primeiro-ministro teve o dedo também do seu anjo da guarda, o almirante Ernâni do Amaral Peixoto?

A.A. - Acredito, sim. Acredito porque o Amaral tinha muito trânsito naquela posição dele de presidente do partido etc. E ele tinha muita simpatia, muita admiração pelo dr. Tancredo. Desde o tempo do presidente Vargas, que o dr. Tancredo foi ministro da Justiça do presidente Vargas, esteve com ele até a hora da morte, tudo isso. De modo que o dr. Tancredo tinha um crédito muito grande no conceito do Ernâni Amaral. De modo que até acredito que ele tivesse tido uma certa influência na designação do dr. Tancredo para aquela posição. E acho que muito inteligentemente indicado, porque acho que era o homem mais bem indicado para exercer aquela função naquele parlamentarismo difícil - porque era um parlamentarismo complicado como eu já... Era um parlamentarismo verde e amarelo, é um parlamentarismo feito mais ou menos, talvez, para atender um pouco aos anseios do Juscelino. Porque o Juscelino não podia ver com bons olhos o parlamentarismo, o prosseguimento de um parlamentarismo. O Juscelino queria ser presidente da República novamente, aspirava. E o parlamentarismo não dá ao presidente da República as condições de direção, de executivo, que ele ambicionava, porque no governo dele, como presidente da República, ele foi altamente executivo; não é? Ele resolvia praticamente... Tudo o que ele desejava fazer, ele resolvia e, depois, então, os outros elementos se acomodavam à vontade dele. Essa era a sensação que eu tinha. Agora, ele não queria se limitar a ser um presidente de um regime parlamentarista, que reina... É como a rainha da Inglaterra: reina mas não governa. De modo que eu acredito que esse parlamentarismo saiu assim meio castrado por causa da influência do Juscelino.

I.F. - Eu li qualquer coisa - não sei se é verdadeiro, ou não - de que existia inclusive um compromisso do primeiro-ministro Tancredo Neves de não fortalecer muito o parlamentarismo, pelo contrário: de enfraquecer e tentar uma volta ao presidencialismo para facilitar a volta de Juscelino.

A.A. - Isso eu não sei. Enfraquecer o parlamentarismo...

I.F. - Não tem um comentário nesse gênero, Plínio?

P.R. - É. Eu acho um pouco difícil que isso seja verdade, porque nessa época as relações do Tancredo com o Juscelino não eram muito boas.

I.F. - Mas existe esse boato, não existe?

P.R. - Existe.

A.A. - Eu também custo a acreditar ... Que deixasse correr o parlamentarismo..., mas enfraquecer, eu creio que não. E houve até o seguinte... Eu considero também um cochilo grande na época o fato de não se ter cogitado daquela obediência à desincompatibilização...No regime parlamentarista eu creio que não há isso.

P.R. - Não há.

A.A. - Dos parlamentares se desincompatibilizarem para exercer uma função. Eu não sei. E o que aconteceu foi o seguinte: quando foi de repente acordaram e viram que todo gabinete tinha que se desincompatibilizar de acordo com a Constituição, para se candidatar aos cargos eletivos. Então, o gabinete não caiu por uma desconfiança, por uma circunstância toda de votos do parlamento etc. Ele caiu porque os parlamentares resolveram renunciar, inclusive o dr. Tancredo. Então houve uma renúncia coletiva do gabinete, motivada pelo fato da necessidade da desincompatibilização da...

I.F. - Da nova eleição.

A.A. - Para a nova eleição.

I.F. - Agora, o dr. Tancredo também teve um papel muito importante na conversa que foi ter com o presidente João Goulart no Uruguai, para convencê-lo do parlamentarismo, o senhor acompanhou isso?

A.A. - Não, não acompanhei.

I.F. - Parece que foram ele e o Hugo Faria ao Uruguai para conversar com o Jango e convencê-lo. Porque parece que foi contra a vontade do Brizola.

A.A. - Bom, devia ser. Devia ser porque o ideal era o exercício do presidente a plenos pulmões. Quer dizer, ele ser realmente o Executivo. e isso era uma espécie de... Mesmo quando mais não fosse, pelo menos moralmente. Estava se vendo que aquilo era uma coisa com carta marcada, não é? O regime parlamentarista tinha sido implantado justamente para aparar as asas do João Goulart. Então ele não podia aceitar muito tranqüilamente aquela postura. Quer dizer, ele cedeu no sentido de evitar um mal maior, evitar uma crise mais aguda, e tudo isso. Então ele transigiu na condição de voltar, de ser empossado, num regime que era...

[FINAL DA FITA 27-A]

A.A. ... que existia, que era um regime... Passou a ser um regime em que o presidente não governaria. Mas ele naturalmente transigiu para evitar um mal maior. Agora, então fizeram esse parlamentarismo completamente confuso, em que o presidente da República tinha voz ativa. E possivelmente muito ao sabor do Juscelino, que era para acabar com o parlamentarismo o mais cedo possível. E como acabou antes de terminar o mandato do João Goulart. Se continuasse... Se não caísse aquele gabinete, eu acredito que o presidente João Goulart teria emplacado os anos que lhe restavam de governo - porque faltava um ano, para encerrar o período dele, faltava um ano, parece.

I.F. - Não.

P.R. - Não, mais.

I.F. - Mais. Foi em 62 que caiu o gabinete e ele ficaria até 65.

P.R. - Até 66; em 65 seriam as eleições.

A.A. - Mas eu acho que a queda daquele gabinete foi o início da queda de João Goulart.

I.F. - Agora, nessa questão da posse do João Goulart, o senhor teve notícia também de um movimento feito na Argentina...? Porque o avião do presidente João Goulart pousou na Argentina.

A.A. - Acho que sim.

I.F. - E depois foi para Montevidéu.

A.A. - Montevidéu.

I.F. - Parece que as Forças Armadas da Argentina não facilitaram muito a estada dele por lá e ele teve que embarcar para o Uruguai. O senhor soube disso?

A.A. - Não, não tenho notícia disso, não.

I.F. - E, decidido o parlamentarismo, o presidente João Goulart viajou de Porto Alegre para Brasília.

A.A. - Para Brasília...

I.F. - E existe aí notícia de uma tal de "Operação mosquito". O que o senhor pode nos contar sobre isso?

A.A. - A "Operação mosquito" era da FAB, não é?

I.F. - É.

A.A. - Para tentar interceptar o avião. Bom, eu recebi com tranqüilidade, porque eu achei que era difícil a FAB fazer isso. Porque o problema aéreo é um problema a três dimensões. Interceptar um avião naquela altura dos acontecimentos, com os aviões que nós tínhamos, localizar, pilotar etc., para interceptar como? Abatendo o avião? Mas

abater o avião ia morrer gente que... Não era o João Goulart só, eram outras pessoas que não tinham nada com a história. Então eu achava muito difícil a solução daquele problema da interceptação no ar. Agora, só mesmo o pessoal da Força Aérea é que pode dizer. Eu achava difícil. Eu, conhecendo a solução do problema a duas dimensões no mar... Esse problema a três dimensões, de posicionamento de uma aeronave que vem... A gente não sabe direito em que ponto do espaço essa aeronave vai estar, com as velocidades que não são aquelas que a gente quer dar para chegar ao encontro... Achava a solução de um problema difícil. Pode ser que pensassem nisso, chegaram a pensar. Mas a execução, eu achava muito difícil.

I.F. - E foi tomada alguma medida para impedir isso?

A.A. - Que eu saiba, não sei de nada que fosse tomado, medida nesse sentido. Creio que nem chegou a se realizar. Mas o projeto podia ter havido, não é?

I.F. - É o negócio ali estava meio complicado. Mas enfim...

A.A. - Quando chega a três dimensões, a coisa... A duas dimensões, no plano, já é...

I.F. - Mas os boatos correram.

A.A. - O boato correu. Mas a três dimensões é um problema difícil de equacionar.

I.F. - Mas, enfim, vamos agora para o governo Jango e os seus afazeres como ministro. O senhor nos falou por alto do primeiro-ministro Tancredo. E o San Tiago Dantas?

A.A. - Eu tinha uma admiração muito grande por ele.

I.F. - Engraçado é que todos dizem isso.

A.A. - É. Altamente inteligente, altamente preparado. Uma facilidade de expressão, de se manifestar, invejável. Ele tinha um discurso para todo preço. Conforme a necessidade, ele soltava aquela palavra, aquela cabeça prodigiosa, aquilo ia desenvolvendo como um computador. Eu achava admirável, profundamente admirável. Uma coisa que eu tenho admiração, por exemplo, da capacidade dele: eu creio que o problema da criação do estado da Guanabara quase foi todo bolado por ele.

I.F. - Ah, é?

A.A. - É. Porque foi tudo arquitetado, a solução, a apresentação da solução, foi toda dele. De modo que eu tenho uma admiração muito grande. Embora eu discordasse, digamos assim, não concordasse muito com o liberalismo dele; os problemas de relacionamento com Cuba, tudo isso. Mas ele era admirável na conceituação que ele tinha das coisas, a amplitude que ele dava...

I.F. - Porque ele teve uma atuação bem importante nessa ocasião, não é?

A.A. - Ah, teve. E tenho a impressão... Ele não chegou a primeiro-ministro por medo do Brizola ou do João Goulart. Porque ele foi cortado.

I.F. - É.

A.A. - Mas aquilo eu acho que foi trabalho também do João Goulart, do Brizola etc., para ele não assumir a posição de primeiro-ministro. O João Goulart indicou o nome dele, mas não escorou suficientemente.

I.F. - Mas medo por quê?

A.A. - Porque se viesse o San Tiago Dantas, o parlamentarismo não caía. Essa é a minha impressão.

I.F. - Um pouco de medo da inteligência e do preparo dele.

A.A. - Do preparo dele, da capacidade de convencer, da excelência da situação dele no parlamentarismo. Ele sendo primeiro-ministro, ele, San Tiago Dantas, não ia querer cair no parlamentarismo. Isso é o que imagino. Ele ia manter o parlamentarismo contra a vontade do João Goulart e do Brizola, que queriam voltar ao presidencialismo. Mas ele, como primeiro-ministro, contribuiria de todas as formas para manter o parlamentarismo.

I.F. - O senhor acha que ele seria um melhor primeiro-ministro do que foi o dr. Tancredo?

A.A. - Eu não... É difícil comparar porque eram circunstâncias diferentes. As circunstâncias em que um exerceu e o outro eram diferentes. Mas eu acho que, pelo menos se equiparar ao dr. Tancredo, ele se equipararia. Talvez comparando em termos absolutos, não relativos, ele poderia ter uma administração muito mais feliz que a do dr. Tancredo. Porque a nossa, do dr. Tancredo, era uma fase completamente inicial, experimental. Não se tinha prática nenhuma do exercício do parlamentarismo no Brasil. Então tinha que estar adaptando as coisas. E com o San Tiago Dantas já tinha amadurecido, já tinha sido ministro do Exterior no primeiro governo, tudo isso. Ele já sabia onde ele ia pisar. E o dr. Tancredo não: saiu do zero para oitenta.

I.F. - No auge de uma crise.

A.A. - É, no auge de uma crise. A posição dele era mais de aplinar a situação do que administrar propriamente. Evidentemente tinha que administrar. Mas ele tinha que aplinar a coisa para poder administrar. Foi como quando assumi o Ministério, que eu disse ao Amaral... Porquê que ele queria um ministro. Disse: "Amaral, não se pode pensar em termos de administração. Tem que se pensar em escolher uma pessoa que possa resolver esse problema de momento. Administração vem depois. Não se pode pensar nesses termos puramente, friamente, de administrar. De modo que eu acho que qualquer oficial-general você pode designar, pode apontar, porque tem que se desincumbir disso. Não se pode pensar 'o melhor administrador é fulano, é sicrano.' não dá." E assim o regime parlamentarista que nós iniciamos era resolver... Era um governo de coalizão, não é? Era UDN, era o partido católico do Montoro, tinha PSD, estava tudo misturado ali.

P.R. - O senhor não acha que a derrubada do San Tiago partiu de um erro de indicação? Porque não houve articulação no Congresso, e além do mais, o presidente da República fez uma indicação de um candidato que não era do partido majoritário. Isso contraria as

práticas do regime parlamentarista, cuja indicação tem que contar com a maioria da Câmara.

A.A. - É mas a questão é que o nome do San Tiago dentro da Câmara... A consciência partidária, digamos que não existe muito no Brasil, naquela época muito menos. Então a consciência partidária, eu acredito que o San Tiago tinha poderes, tinha recursos de personalidade etc., para fazer com que os deputados, os elementos do parlamento, mesmo de outro partido, apoiassem a posição dele.

P.R. - Ah, sim. Porque o Amaral Peixoto conta, por exemplo, nas memórias dele, que ele, como presidente do PSD, que era o partido majoritário, não foi consultado.

A.A. - Então por que foi indicado logo o San Tiago Dantas? Porque havia a idéia de não apoiá-lo. E de quem partiu isso? Do João Goulart?

P.R. - Partiu do João Goulart. Mas o Amaral fala que inclusive o San Tiago sabia disso.

A.A. - Para queimar o San Tiago Dantas. Porque a figura de maior projeção que se apresentava na época e que podia continuar o parlamentarismo era o San Tiago Dantas. Eu tenho a impressão de que ele como primeiro-ministro, o parlamentarismo não acabaria.

V.A. - O senhor disse agora há pouco que a queda do gabinete Tancredo foi o início da queda do João Goulart. Por quê?

A.A. - Porque eu acho... Porque aí começou o regime de insegurança. Primeiro, a escolha do primeiro-ministro: demorou parece, quase um mês. Foi apontado o San Tiago Dantas; San Tiago Dantas foi rejeitado. Depois foi...

P.R. - Auro Moura Andrade.

A.A. - Auro Moura Andrade.

P.R. - Que renunciou.

A.A. - Renunciou. E por aí foi... Depois veio o Brochado da Rocha, que morreu, não é?

P.R. - É.

A.A. - Depois veio o...

P.R. - O Hermes Lima.

A.A. - O Hermes Lima, que aí conseguiu se manter. Mas é um período grande de crise. Depois veio logo o problema do...

I.F. - Plebiscito.

A.A. - Do plebiscito, do vote "sim", para derrubar logo o parlamentarismo. Quer dizer, havia um trabalho grande de desacreditar o regime parlamentarista.

I.F. - E cada vez que muda o primeiro-ministro, muda todo o Ministério.

A.A. - Cai o Ministério todo.

P.R. - Agora, o senhor durante o tempo em que foi ministro, conviveu com outros colegas de ministério, que hoje, por exemplo, continuam como figuras de projeção na vida política brasileira. Por exemplo, Ulisses Guimarães...

A.A. - Ulisses.

P.R. - ... era ministro da Indústria e Comércio, e o Franco Montoro era ministro do Trabalho.

A.A. - Montoro era ministro do Trabalho.

P.R. - O senhor podia dar o perfil dos dois, mais ou menos?

A.A. - É difícil porque eu estava tão, digamos assim, metido dentro do meu problema, que para mim era o maior, o problema da Marinha... Eu tinha que resolver o problema político-militar, não era administrativo; era resolver as confusões que já tinha. E os diálogos que nós mantínhamos eram muito pequenos naquelas reuniões, no Conselho de Ministros. Cada um tratando dos seus problemazinhos etc., e os bate-papos entre os ministros eram muito pequenos. De modo que eu não tenho uma idéia assim... Agora, entre o Ulisses e o Montoro, eu tinha a impressão do Ulisses com mais vivência, com mais tarimba, digamos assim, com mais manha política, mas raposa do que o Montoro. Essa sensação eu tinha. Pela forma pela qual eles agiam. Embora a função do Montoro fosse de Trabalho, uma pasta que mexe, tem uma massa de manobra muito grande e pode ser aproveitada politicamente com muito rendimento, digamos assim. Mas eu achava que o Ulisses tinha uma apreensão maior dos problemas nacionais do que o Montoro. Essa a sensação que eu tinha na época.

I.F. - E durante esse período do primeiro gabinete parlamentarista, os contatos e as decisões maiores eram tomadas pelo presidente João Goulart ou pelo primeiro-ministro Tancredo Neves?

A.A. - Eram tomadas praticamente, aparentemente pelo menos, pelo ministro Tancredo Neves. Agora, depois tinha o segundo escalão, a segunda passagem, que era a filtragem com o presidente João Goulart. Eu conversava muito com o dr. Tancredo etc., acredito que os outros fizessem a mesma coisa. E o dr. Tancredo então, era, digamos assim, o colchão de amortecer a onda para o João Goulart concordar.

I.F. - Os despachos eram feitos com o ministro Tancredo Neves.

A.A. - Separadamente. Previamente se fazia com o dr. Tancredo; depois de aprovado pelo dr. Tancredo, ia para o João Goulart.

I.F. - Quer dizer que o senhor, como ministro, despachava com os dois.

A.A. - Com os dois. Eu despachava com os dois.

I.F. - E houve momentos em que as opiniões divergiram?

A.A. - Houve alguns momentos em que divergiram.

I.F. - Conta para a gente.

A.A. - Por exemplo, nomeação do Luís Clóvis. Dr. Tancredo pacificamente aceitou; quando eu cheguei para conversar com o João Goulart, ele ponderou por isso, por aquilo, como eu já disse, porque ele tinha tido aquela atuação lá no Sul etc. Eu tive então que contornar e consegui dobrar o dr. João Goulart para que ele assinasse o decreto. E por aí foi. E assim uma série de coisinhas, que eu tinha que contornar, mas tinha que ter o voto do presidente da República, sem o que ele não assinava. E precisava - era um regime parlamentarista -, precisava da assinatura dos dois, da concordância dos dois. E veja a dificuldade que era um de acordo e outro em desacordo, e por aí ia.

I.F. - Teve que ter muito cochicho, muita conversa nesse gabinete, hein?

A.A. - Ah, precisava, gastava muita saliva. [risos]

P.R. - Independente dos despachos específicos de cada ministro com o primeiro-ministro, o Conselho de Ministros se reunia duas vezes por semana.

A.A. - Ah, se reunia. Acho que era duas vezes por semana.

P.R. - As terças e sextas.

A.A. - É. Eu achava muito útil aquela reunião do Conselho de Ministros porque se debatia uma série de problemazinhos. Até acho que talvez no regime... Hoje é difícil reunir, são quarenta ministros... Não sei quantos ministros...

I.F. - O ministro Maximiano me disse que durante o tempo em que ele foi ministro do governo Figueiredo, o Ministério reuniu-se ao todo três vezes, para tirar fotografia.

A.A. - Só. É, pois é, uma coisa importante: posar para a história. [risos]

I.F. - Foram as únicas três vezes em que todo o Ministério se reuniu.

A.A. - Eu acho... É uma forma de reduzir esse conceito estanque dos ministérios. Cada um cuida de si, não há intercâmbio, não há um governo permeável entre os ministros. Acho uma necessidade essa reunião de ministros.

I.F. - É porque tem que trabalhar em conjunto, não é?

A.A. - É uma orquestra: tem um regente e cada um tem que se entender com seus pares para ver a hora em que tem que atacar daqui ou dali.

P.R. - Nessas reuniões do Conselho de Ministros quais eram os assuntos assim mais debatidos? Deveria ser o problema das greves operárias, que eram muito frequentes na época, não é? E também os problemas ligados à situação econômica do país?

A.A. - Cada um abordava, ou expunha, certos problemas que achava que tinham ramificações com outros ministros, para cada um dar a sua impressão etc. Era, digamos assim, de concordância de elementos, de aparar arestas de um ministério para o outro. Eu achava muito útil. Quando eu tive esse problema lá, numa sessão secreta em que eu expus o problema do... Todos os ministros podiam se manifestar. E sabiam qual era o meu ponto de vista: eu era favorável a que fosse pedida a saída do embaixador de Cuba.

I.F. - Agora, o ambiente na Marinha como um todo durante esse período, como é que estava?

A.A. - O ambiente, eu acho que estava muito bem. Eu, quando passei o Ministério, passei um Ministério perfeitamente tranqüilo. Pode ser que administrativamente tivesse falhas etc. - pelas quais eu respondo, porque o dr. João Goulart me deu completa autoridade. Tudo o que eu levava a ele, apesar das discussões, ele concordava; no fim ele concordava comigo. Quer dizer, eu sou o responsável. Mas eu não tenho idéia de... A não ser a prisão do meu colega Heck, a prisão do Cândido Aragão, essas duas. O resto, não tive nenhum problema disciplinar. Todos os almirantes tinham comissões, as suas comissões, eu os recebia e provia dos elementos... Porque os almirantes vêm ao ministro da Marinha para pedir meios para executar determinada tarefa etc. E eu conseguia de qualquer forma - eu me considerava o responsável, eu tinha que dar os meios, e isso eu conseguia obter. Na medida do possível, obter o máximo possível, graças ao meu amigo Válder Moreira Salles. Porque tudo é dinheiro, não é?

I.F. - É.

A.A. - [Inaudível] para fazer guerra, precisava de dinheiro, dinheiro e mais dinheiro. Mas eu conseguia os elementos que eu carecia para atender àquelas necessidades, àquelas solicitações. Há pouco tempo até um oficial, um almirante, estava me lembrando que ele foi pedir uma verba lá para exercer um serviço feito lá à diretoria dele. E ele veio, me expôs o problema etc., e me pediu uma determinada importância. E eu disse a ele: "Eu acho isso muito pouco, o que o senhor está me pedindo." E ele então me disse que estranhou, porque ele pensou que eu ia achar que era demais. E eu disse: "Não, eu acho que você com isso não faz, não. Essa verba é muito pequena para o que você está pedindo. Precisa de tanto; no máximo, tanto." E era: o meu orçamento é que era o verdadeiro. E eu dei os elementos que ele precisava. E assim numa série de coisas. Eu tive um problema, por exemplo, do *Minas Gerais*. O *Minas Gerais* estava com o convés precisando de uma série de reparos.

V.A. - Convés de vôo?

A.A. - Vôo, é. É aquela pista, a pista de...

P.R. - De pouso?

A.A. - De pouso. Aquilo tem uma técnica toda especial de impermeabilização, de preparo de superfície, porque tem um repique especial, uma série de coisas. E a engenharia me pediu os elementos. E um dia eu cobrei: "Mas que diabo, eu já dei os recursos, mas esse trabalho não sai. Se fosse por falta de recursos, eu era o responsável. Mas como é que está isso?" E eu cobrei o assunto porque eu tinha dado os elementos.

Eu dei os elementos todos que me pediram... Na ocasião em que eu fui ministro, eu tive os elementos para dar, para atender as solicitações que eram feitas. Porque o ministro é para dar recurso, não é? Não é para executar. Os outros é que executam. A função do ministro é, junto ao governo, obter recursos para que os seus elementos estejam capazes de atender às solicitações.

I.F. - Quer dizer que o senhor, no Ministério, tinha que conversar com o ministro Tancredo Neves, com o presidente João Goulart, com os seus pares, especialmente com o ministro da Fazenda...

A.A. - Ministro da Fazenda.

I.F. - E mais com a Câmara...

A.A. - Com a Câmara e com o Senado.

I.F. - E com o Senado, que tinham que liberar a verba.

A.A. - É. Eu chegava em Brasília, eu saltava do avião, já o meu chefe de gabinete me recebia com uma série de problemas. Eu dali ia para o Congresso. No Congresso, já o meu auxiliar que tinha trânsito no Congresso para conversar com todos os deputados, senadores, ele então já me trazia os elementos do Congresso com os quais eu tinha que conversar para obter os recursos daqui, para aparar arestas dali etc. Ele já me dava toda a cola daquele assunto, para eu conversar com...

I.F. - Esse era um assessor seu dentro do Congresso.

A.A. - Era.

I.F. - Quem era ele?

A.A. - Ênio Moura Vale. Esse oficial foi cassado não sei até hoje por que. Só se é porque era casado com uma parenta do João Goulart. [risos] Um oficial de grande valor, um oficial para qualquer marinha, um oficial de grande valor mesmo. Ele hoje está otimamente situado... Magoado, mas otimamente - pessoalmente, financeiramente - situado em São Paulo. Ele trabalhou no Rio Grande muito tempo e depois foi para São Paulo com fornecimento de autopeças para automóveis etc. Mora muito bem etc. Mas era o oficial que me dava os elementos no Congresso para eu dialogar com os deputados e senadores para defender uma série de assuntos. E dali saía, ia para casa e aí despachava. Despachava aqueles papéis todos que eu tinha para assinar até dez, onze horas da noite. Passava três dias assim, tinha despacho com o presidente da República, Congresso e despacho no Ministério, por aí ia. Essa era a minha vida lá em Brasília. Passava três dias, quatro dias. Pegava o avião... - vivia na ponte aérea. Pegava o avião, vinha para o Rio. Chegava aqui no Rio, o meu subchefe, que era o Hélio Leôncio Martins, me dizia: "Tem isso assim, tem esse problema, tem esse galho para ser quebrado, tem isso, tem aquilo..." Então eu já ia aparar as situações aqui no Rio, até ir embora outra vez para Brasília. Era voando toda semana.

I.F. - E o que o senhor achou de Brasília naquela ocasião?

A.A. - Eu não gostava daquilo, achava aquilo horroroso. [riso] Muito árido, muito seco, poeira pra burro... Não gostava daquilo, não.

I.F. - O senhor chegava lá, era só trabalho.

A.A. - Só trabalho.

I.F. - Não tinha mais nada. Porque Brasília agora mudou muito, não é?

A.A. - Ah, bom. Depois estive lá, uns três quatro anos depois, estava bem diferente, bem melhor. Porque eu peguei Brasília com dois anos de idade, era uma criança, a cidade. Tudo, não havia vegetação quase.

P.R. - E a Marinha Mercante trouxe muito problema para o senhor durante o tempo em que o senhor foi ministro?

A.A. - Não, problema não teve, porque a Marinha Mercante... É curioso, porque nós já tínhamos conseguido o Fundo da Marinha Mercante. Ela tinha certos recursos para executar aquele Programa de Metas do Juscelino. Então a gente encomendava aquilo que podia encomendar. E atender as solicitações de verbas para reparos nos navios das companhias de navegação. O problema mais sério era o problema mais sério era o problema, digamos assim, de operariado, de...

P.R. - Questões trabalhistas.

A.A. - Questões trabalhistas. Mas o problema de meio... com a possibilidade do país, nós tínhamos como atender de alguma forma as solicitações do...

P.R. - Dos armadores.

A.A. - Dos armadores. E [inaudível] as encomendas de navios estavam se processando, os estaleiros com as carreiras, com navios [inaudível] em construção. E atendimento, fiscalização daquele cronograma de construção, que tinha os fiscais lá para examinar. Porque os pagamentos eram feitos de acordo com o serviço prestado. Cada serviço prestado, então vinham as exposições, então o Fundo da Marinha Mercante supria a dotação que era necessária para eles pagarem o operariado, reposição de certos materiais e por aí ia. Até a prontificação dos navios. Funcionava muito bem, porque eu também peguei muito bem aquilo; não peguei rabo de foguete, não. Aquilo estava muito bem organizado e eu, graças a Deus, creio que consegui transmitir também como um relógio suíço: tudo funcionando, tudo com as suas dotações, com todos os elementos [inaudível]. Eu tinha, só para a administração da Comissão de Marinha Mercante, uma verba determinada com que eu podia admitir e comprar o que eu quisesse, o que eu achasse que devesse. Mas eu deixei... Quanto transmiti, por exemplo, no meu orçamento, a metade da dotação eu deixei vaga: não recolhi, não usei. Podia ter admitido, fazer empreguismo, essa coisa toda; não fiz, não. Entreguei a verba como utilizada só naquilo de que realmente a Comissão necessitava.

P.R. - O senhor não enfrentou, por exemplo, conflito de competência com o Ministério da Viação? Porque era uma questão assim um pouco complicada, não é?

A.A. - Não, não havia.

P.R. - Não havia, não? Porque...

A.A. - Não havia conflito de competência, ou pela minha incompetência, [riso] ou porque o ministro da Viação era meu colega e amigo Amaral Peixoto.

P.R. - Não, era o Virgílio Távora.

A.A. - Não, não. O Juarez Távora foi depois.

I.F. - Não, Virgílio Távora.

A.A. - O Virgílio Távora?

P.R. - Era ministro da Viação na época em que o senhor foi ministro.

A.A. - Não, no tempo em que eu fui da Marinha Mercante...

P.R. - Não: quando o senhor foi ministro. Porque a Marinha Mercante era subordinada ao Ministério da Marinha, verdade?

A.A. - A Marinha Mercante era subordinada ao Ministério da Viação.

P.R. - Era na época?

A.A. - Era.

P.R. - Não, mas quem nomeava o comandante da Marinha Mercante não era o Ministério da Marinha?

A.A. - Não, não.

P.R. - A Marinha não tinha jurisdição nenhuma sobre a Marinha Mercante?

A.A. - Não tinha jurisdição, teoricamente não tinha. Podia ter influência, mas a designação do presidente da Comissão era ato do Ministério da Viação. Agora, o ministro da Viação podia consultar o Ministério da Marinha se podia nomear o almirante fulano, o almirante sicrano, ou o capitão, o comandante fulano para exercer aquela função. Mas era ato de ministro da Viação. Tanto que quando eu fui nomeado para a Comissão de Marinha Mercante, - que eu já disse aqui... Eu cheguei numa tarde de autógrafos e encontrei o Ernâni Amaral: "Ih, eu estava procurando você, porque eu mandei fazer um decreto nomeando você para a Comissão de Marinha Mercante. Porque o Sílvio Mota pediu demissão e eu já mandei um decreto para o Juscelino assinar." Foi assim.

P.R. - O Ministro da Marinha não tinha nenhuma ingerência administrativa na Comissão de Marinha Mercante?

A.A. - Não, não tem, não. Não tinha e acho que não tem.

P.R. - Ah, não tinha e não tem?

A.A. - Não. Pode por consulta do ministro, por uma deferência especial do ministro dos Transportes, hoje. Mas não tinha, não.

P.R. - Mas não existe um representante do Ministério da Marinha na Comissão de Marinha Mercante?

A.A. - Na Comissão, como membro da Comissão, não tinha, não.

P.R. - Engraçado, eu pensei que tivesse.

A.A. - Tinha muita gente, elemento de Marinha, trabalhando lá no Ministério da Viação, mas completamente desligado da Marinha. Delegados da Marinha para isso, não tinha, não.

P.R. - Mas almirante, está havendo uma dúvida nessa questão: não foi no governo Castelo Branco que a Comissão de Marinha Mercante passou para o Ministério...

[FINAL DA FITA 27-B]

P.R. - ... que a Comissão de Marinha Mercante passou para o Ministério dos Transportes, que era o antigo Ministério da Viação, não foi isso?

A.A. - Não. Era do Ministério da Viação.

P.R. - Já era?

A.A. - Já era do Ministério da Viação. Eu assumi ligado completamente ao Ministério da Viação. Era Viação e Obras Públicas, depois foi desdobrado...

P.R. - Sim, Ministério dos Transportes, exatamente. Quer dizer que o Ministério da Marinha não tem nenhuma ingerência, por exemplo, na administração do Lóide?

A.A. - Não, não.

P.R. - Não tem?

A.A. - A administração do Lóide era ligada ao Ministério da Viação, e é ligada ainda. E o diretor do Lóide era um dos elementos da Comissão de Marinha Mercante.

P.R. - Porque isso me parece um pouco estranho, porque a aviação comercial depende do Ministério da Aeronáutica, e não...

A.A. - Ah, bom. Mas aí tem uma parte política do Ministério da Aeronáutica etc., que...

I.F. - Não abre mão disso de jeito nenhum, não é?

A.A. - Não abre mão de jeito nenhum porque politicamente não interessa a eles. Agora, eles têm uma coisa curiosa. No Ministério da Aeronáutica, a aeronáutica civil... É curioso isso. O avião e a pista estão sob a mesma direção. E eu reclamava disso lá na Comissão de Marinha Mercante: na parte de Marinha Mercante, o navio está desligado do porto; o porto é uma administração separada da SUNAMAM, da Comissão de Marinha Mercante. Quer dizer, onde o navio vai atracar, onde o navio vai descarregar, onde o navio vai receber, etc., é completamente diferente, separado da Marinha Mercante, quando devia ser parte de um conjunto, parte de um todo. Devia ser o navio e o cais de atracação. Porque quem vai utilizar o cais, quem vai..., essa coisa tem que estar intimamente ligada e não separada. Imagina as pistas de pouso etc., completamente separadas do avião... Então cada um manda numa coisa: uma manda no avião e o outro manda nas pistas de pouso. Não, quem vai pousar é o avião. O avião tem que estar intimamente ligado à excelência da pista de pouso, a uma série de elementos que o aeroporto tem que dar, não pode... Na Marinha Mercante, não: a parte portuária é separada do navio, que é o utilizador.

P.R. - Era a administração do porto hoje é a Portobrás.

A.A. - É a Portobrás, e são completamente separados. Eu acho que deviam estar juntos.

P.R. - Agora, existe uma subordinação hierárquica. Por exemplo, o oficial da Marinha Mercante é considerado oficial de reserva da Marinha de Guerra, não é isso?

A.A. - É, isso é um outro decreto que existe - a reserva naval; o pessoal da Marinha Mercante é considerado reserva.

P.R. - A Marinha pode convocar o oficial da Marinha Mercante num momento que ela julgar necessário?

A.A. - No momento em que as circunstâncias nacionais determinem isso. Não a Marinha chegar hoje, em tempo de paz, e convocar. Agora, por exemplo, a Escola de Marinha Mercante é ligada ao Ministério da Marinha. Por quê? Por influência do próprio ministro da Marinha, que era o almirante Guillobel. O oficial da Marinha Mercante era entregue ao diabo. Ninguém cuidava do oficial da Marinha Mercante, nem sei como é que se formava o oficial da Marinha Mercante. Ele se candidatava aqui, fazia um curso ali, depois tinha um exame não sei onde para tirar o diploma de capitão de longo curso, e por aí ia. De modo que esse pessoal era completamente solto para prender, para estudar, não prestava obediência a nenhuma orientação uniforme. E no tempo do almirante Guillobel, então, é que... Eu conversei muito com o almirante Guillobel e chamei atenção para a necessidade da Marinha chamar isso, porque ela estava no espaço, digamos assim. Podia ter alguma ligação talvez com o Ministério da Viação, que eu não sei. Mas esse pessoal, esse corpo de elementos estava no espaço. Então aí é que foi criada a Escola de Marinha Mercante, lá na avenida Brasil. Foi feita a Escola de Marinha Mercante, foi enquadrado o pessoal, foram dadas as condições decentes de estudo e de escola, com ensinamentos adequados. Inclusive uma parte visando a segurança naval etc., em que tem uma instrução militar e profissional de Marinha Mercante. Mas não havia, não. E hoje o oficial da Marinha Mercante tem outro padrão, tem outra condição que não tinha antigamente. Tinha os que se projetavam pelo interesse pessoal, por sua cultura pessoal, por seus conhecimentos, mas eram muito

largados, muito abandonados. O pessoal da Marinha Mercante era muito abandonado, era improvisado, o quadro. Mas foi no tempo do almirante Guillobel.

I.F. - Agora, durante o seu tempo no Ministério, o senhor acha que o seu trabalho, a sua preocupação, a sua ocupação, foi mais política ou administrativa?

A.A. - Eu não entendo muito de política. Mas eu acho que a política e a administração andam intimamente ligadas nessa parte. Agora, eu tive uma parte administrativa bem intensa, dentro dos elementos que eu podia dispor. Agora, a parte política, eu usei a que eu achava que precisava. Principalmente no regime parlamentarista, porque eu acho que aí a situação ainda é mais... É mais necessário fazer política do que no regime presidencialista. Mas no tempo em que eu era ministro, a parte política tinha uma ação muito grande, tinha um peso bem grande. Tanto tinha, que eu ia permanentemente ao Congresso para defender os elementos relativos à Marinha, defender as verbas, tudo isso. Mas foi bem política, mais do que - acredito mesmo presentemente - no regime presidencialista.

I.F. - Agora, questões de agitações locais, de insatisfação dentro da Marinha, o senhor não precisou enfrentar nenhuma crise?

A.A. - Eu só tive notícias, depois que eu deixei o Ministério, de que houve o problema na Marinha daquela insurreição... Quando eu já não era mais ministro é que eu tive notícia de um possível envolvimento de marinheiros no tempo em que eu era ministro, no tal Clube Humaitá, uma coisa qualquer assim. Mas foi a única coisa; o resto não tive problema nenhum.

I.F. - Não precisou ter intervenção direta nenhuma?

A.A. - Não, não tive intervenção direta nenhuma.

I.F. - Quer dizer, era mais em relação... Era política mais para conseguir verbas.

A.A. - Era para conseguir elementos para administrar a Marinha, conseguir verbas.

I.F. - E com quem o senhor achava mais fácil dialogar: com o primeiro-ministro Tancredo Neves, ou com o presidente João Goulart?

A.A. - Eu tinha mais necessidade de dialogar como o Tancredo Neves. Eu sei que eu tinha mais necessidade, porque ele controlava bem, ele estava bem a par de todos os ministérios, das ligações todas etc. E eu tinha que conversar mais com ele do que com o presidente João Goulart. Eu já levava mais para o presidente João Goulart os elementos quase como fatos consumados, dependendo só da transigência dele naquele fato. Quando ele estava meio irredutível, aí é que eu tinha que dialogar mais para convencê-lo e ele no fim cedia. Tive algumas dificuldades nesse setor, mas no fim ele se rendia. Por isso que eu digo que eu sou responsável, porque tudo o que eu pleiteei, ele me atendeu. Porque ele era a última instância, mas eu já ia levando o prato preparado etc., para ele assinar. As vezes ele discordava, então eu tinha que procurar convencê-lo e esgotar a minha argumentação, que felizmente, com o [inaudível] que Deus me deu...

I.F. - Porque toda a história do Jango está muito ligada ao PTB, aos sindicatos, a tudo isso. Ele tinha uma preocupação com a Marinha também, ou ele não ligava muito para esse Ministério? Tinha mais preocupação com o Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda...?

A.A. - Se ele tinha... A preocupação que ele tinha com o Ministério do Trabalho, eu não sei. Agora, com a Marinha, as preocupações dele eram mais assim de um interesse pessoal daqui ou dali. A não ser no problema da aviação embarcada, porque aí eu tive que explicar a ele como estava, como eu via o problema, como a Aeronáutica via, e submeter à decisão dele, por exemplo, na compra dos aviões T-28.

I.F. - Então conta para a gente esse problema aí. Porque isso vem rolando desde o tempo do Juscelino, não é?

A.A. - É, isso vem desde o tempo do Juscelino. Depois eu reuni alguns almirantes do Conselho do Almirantado etc., para equacionar esse problema da aviação embarcada, que tinha sido, digamos assim, não tinha sido resolvido por culpa da Marinha mesmo. E eu já queria tentar resolver o problema, porque já tinha chegado às minhas mãos...

V.A. - Por culpa da Marinha por quê?

A.A. - Porque a Marinha se omitiu, essa é que é a minha opinião. Porque nós tínhamos elementos para conseguir resolver o problema, para levar o problema - como eu achava que devia ser - por fato consumado. Agora, então, eu tenho que retroagir diante da sua pergunta. Porque eu servia no Estado-Maior e o navio aeródromo *Minas Gerais* estava em reconstrução lá na Holanda. E chegou a uma certa altura dos acontecimentos que o navio já estava operando, estava provando, experimentando os aviões, e fazendo o treinamento, fazendo o teste de pouso e de decolagem dos aviões. Nessa oportunidade, o comandante do navio que estava lá, que era o Hélio Leôncio Martins, mandou um expediente para o Estado-Maior dando conta dos exercícios etc. E nessa prestação de contas, nessa exposição, ele sugeria que o Ministério da Marinha adquirisse os aviões - não lembro a marca dos aviões -, determinados aviões com gancho para operarem no navio, para quando o navio viesse, vir com os aviões. E eu achei a idéia perfeitamente louvável. Nós tínhamos recursos para adquirir os aviões. Então os aviões, que eram considerados parte integrante do navio... Então o navio viria com os aviões. Já havia o desentendimento com a Aeronáutica. Mas o meu ponto de vista era o seguinte: uma que os aviões eram parte integrante. Então nós adquiriríamos os aviões lá e os aviões vinham compondo o navio aeródromo, como vinham todos os apetrechos necessários ao navio. Porque um navio aeródromo sem avião não tem uma parte dele, não é?

I.F. - É.

A.A. - E veio aquilo e eu estava acidentalmente na subchefia de organização, peguei aquele papel, aquele expediente e transmiti à apreciação do chefe de Estado-Maior, com meu parecer favorável a que fossem adquiridos os aviões para compor o navio lá. Bom, aí o chefe do gabinete do Estado-Maior, que era um oficial com brevê de aviador etc., ele chegou e não...

V.A. - Quem era?

A.A. - Era o comandante Leite - não me lembro o sobrenome dele. Também era Leite, tanto que chamavam de Leite Ninho e o outro de leite Jóia. [risos] Para diferenciar.

V.A. - Qual era o Jóia?

A.A. - Devia ser o chefe do Estado-Maior, o outro tinha que ficar humildemente como Ninho. [risos] Mas, então, qual não foi a minha surpresa quando eu, subchefe, manifestei o meu parecer para que fossem adquiridos com toda a brevidade etc. os aviões no navio aeródromo, vai para o chefe do Estado-Maior e o expediente do chefe do Estado-Maior é negativo. Baseado numa informação do chefe do gabinete de que não valia a pena adquirir aqueles aviões, porque havia uns aviões muito melhores assim, assim, marca tal, XPTO, não sei mais o quê. Ele quis mostrar a excelência de outros aviões que ele conhecia. Mas eu queria era levar para o fato consumado, era resolver o problema político, para o navio chegar com seus aviões, com seus pilotos já. Então não havia o problema que se criou depois. Quando eu vejo aquilo, eu vou para o chefe do Estado-Maior. Eu fui aborrecido e disse: "Almirante, mas, então, nós temos essa chance de adquirir o navio, de mandar o navio vir já com seus aviões na pista, voando, tudo isso. Nós vamos deixar para comprar esses aviões quando o navio chegar aqui? Nós não vamos comprar avião coisa nenhuma." - disse para ele. "Almirante, esse casco de navio vai ficar aí ao tempo sem ter avião. Eu não quero saber se o avião tal é melhor. Esse é o avião que nós podemos agora para resolver o problema como fato consumado." O chefe do Estado-Maior reconheceu, mas já tinha mandado expediente para o Ministério da Marinha. "Ah, você desculpe, não sei que... Essas coisas todas. E nós deixamos de trazer o navio com os aviões, que ficou sendo cognominado aqui de "Belo Antonio."

I.F. - "Belo Antonio."

A.A. - Porque não vinha avião. Quem foi comprar os aviões T-28 fui eu, quando fui ministro da Marinha. Por isso que eu digo: por culpa da Marinha. No tempo do Juscelino ainda, depois já do navio ter chegado aqui, o Renato Archer chegou no Ministério da Marinha com uma declaração do Juscelino para dizer ao ministro da Marinha que ele comprasse os aviões.

P.R. - Era o Matoso Maia?

A.A. - Era o Matoso Maia. O Matoso Maia foi e disse: "Ah, eu não compro não, só se ele der ordem por escrito." Ora, um ministro da Marinha tendo essa chance de mandar comprar os aviões! Um ministro da Marinha tem medo de comprar os aviões... Mesmo que ele perdesse o cargo, mas quer que o presidente da República dê ordem por escrito para ele comprar os aviões! O Renato chegou e disse ao Juscelino o que tinha se passado etc. O Juscelino riu e não disse nada. Imagino o juízo que ele fez do ministro dele. Mas a coisa é assim. Por isso que eu digo que a culpa é da Marinha. Porque nós podíamos ter tido o problema da aviação embarcada solucionado à sociedade, à sociedade. Então cheguei a esse ponto aí...

I.F. - Do seu ministério.

A.A. - Do meu ministério. Quando assumi o Ministério, eu estava com o problema da aviação embarcada, o dr. Tancredo tentou resolver, chamou o Clóvis Travassos para resolver o assunto etc. E o Clóvis Travassos concordava com tudo. Quando chegava no

Ministério da Aeronáutica depois, não dava parecer nenhum, não concordava com coisa nenhuma. E assim trocamos uma série de cartas, eu com o Clóvis Travassos sobre esse assunto...

V.A. - Ele concordava com o dr. Tancredo?

A.A. - Tancredo. E o dr. Tancredo dizia: "Olha, o Clóvis Travassos..." Eu dizia: "Não vai resolver, dr. Tancredo; o senhor não tenha dúvida que não vai resolver. "E no fim, não resolvem nada. Até que chegou a situação, eu reuni os almirantes e resolveram que eu compraria os aviões T-28 com gancho. E resolvi mandar comprar os T-28 na América; eram uns aviões norte-americanos, se não me engano. Aí, em despacho com dr. João Goulart, eu cheguei a ele e disse: "Olha, presidente, eu tenho um assunto a lhe informar. É o seguinte: o senhor faz o obséquio de ver essas cartas aqui." Mostrei as cartas, a troca de cartas minhas com o Clóvis Travassos, por alto, e digo: "Eu não consigo resolver esse problema com a Aeronáutica etc." Ele ainda disse: "É, está se vendo que a Aeronáutica não quer nada." E eu disse: "De modo que eu resolvi comprar os aviões na América do Norte. Porque esse problema precisa de solução, e eu me considero com autoridade para mandar comprar, porque eu tenho verba para adquirir os aviões. E acho que eu não tenho que dar satisfações à Aeronáutica e vou mandar comprar os aviões. E estou lhe dizendo isso porque eu não quero que amanhã, se houver alguma dificuldade etc., que o senhor diga: "Ah, mas o meu ministro foi comprar esses aviões e não me disse nada." De modo que eu, embora ache que tenho autoridade para comprar, estou lhe dizendo porque é um problema que tem uma partezinha política etc. e eu estou comunicando ao senhor." "Ah, não, fez muito bem, pode comprar." Depois ele me disse assim: "Mas vai der um bolo..." E eu disse: "Se der um bolo, até vai ser muito bom, porque eu vou dizer ao Clóvis Travassos uma coisas que eu preciso dizer. Mas o senhor pode ficar tranqüilo, porque quando houver o bolo, se houver, eu não vou dizer que comprei os aviões porque o senhor autorizou, porque o senhor deu ordem. Eu vou dizer: "Comprei os aviões porque eu tinha autoridade para comprar, está comprado e acho que fiz muito bem." Ele foi e me disse assim: "Muito obrigado." E assim eu dei ordem para comprar os aviões.

Os aviões foram comprados, e aí já surgiram depois outros problemas com a Aeronáutica lá. Porque eu estava no Ministério... Até o adido da Aeronáutica que estava lá em Washington - era um coronel Peralta - mandou um telegrama para o Clóvis dizendo que a Marinha ia adquirir os aviões. E o Travassos chegou e foi lá no Ministério. E me disse que tinha recebido aquele telegrama etc., que a Marinha tinha... E eu disse: "Olha, eu não tenho dinheiro para comprar os aviões nem mandei comprar coisa nenhuma." Eu disse, menti mesmo, porque o troço não era para abrir o jogo. Eu disse: "Não comprei avião nenhum, não tenho recursos, de modo que não está comprado avião nenhum." Ele também não disse nada, naturalmente viu que eu estava mentindo. Mas eu não queria confirmar, para ele dizer que o ministro tinha dito que ia comprar. Então ficou no regime das hipóteses. E os aviões foram comprados.

Mas aí o Rademaker, que era o diretor de aeronáutica da Marinha... Houve um problema qualquer que precisava o Ministério do Exterior autorizar lá em Washington, o embaixador - que eu não sei se ainda era o Roberto Campos -, autorizar o embaixador para dar licença para o material ser transferido para cá. Quer dizer, precisava licença do governo para não passar como contrabando. E aí o Rademaker... O San Tiago Dantas estava doente, o Renato Archer é que estava...

I.F. - Substituindo.

A.A. - Era o subsecretário, estava substituindo. E me telefona abafado: "Mas, almirante, imagina o senhor: o almirante Rademaker chega aqui e me diz que a Marinha precisava comprar uma série de sobressalentes para a diretoria de aeronáutica. Eu aviso lá o embaixador para embarcar... e agora estou sabendo... O embaixador está me dizendo que não é material para a aeronáutica, que são os aviões que estão sendo comprados." Eu disse que não tinha autorizado, que eu neguei a autorização. Eu chamo o Rademaker e o Rademaker: "Mas eu disse isso, mais não sei quê, estava com medo que eles berrassem." Mas, Rademaker, gorou tudo. Agora está a confusão feita." Aí não se conseguiu mais autoridade para embarcar os aviões. Os aviões já tinham sido encomendados, já estavam prontos para ser embarcados e ficaram lá. Ficaram lá sem embarcar, porque não tinha a licença. Eu sei que o tempo passou, eu deixei o Ministério, vou para Washington, chego lá e então soube de uma passagem que tinha acontecido. A Marinha tinha mandado um navio, um transporte de tropas para receber os aviões. Quando os aviões estavam para ser embarcados, o Peralta naturalmente denunciou à Alfândega, e a Alfândega foi lá e bloqueou o negócio no embarque como contrabando; foi uma confusão dos diabos e os aviões não embarcaram e foram apreendidos e não puderam embarcar. E as dificuldades do momento não sei como é que foram aplainadas. Mas os aviões não puderam embarcar. E eu cheguei lá, estava lá em Washington já como chefe da delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa, e aí eu... Os aviões encaixotados. Um belo dia eu resolvi vir ao Rio. Vim ao Rio, eu pedi para passar umas férias no Rio, vim por minha conta. Vim aqui, conversei com o Amaral. E então ficou resolvido o seguinte: que o governo aqui mandava a autorização lá para a embaixada para embarcar os aviões. O navio ia lá, recebia os aviões, e viriam para ficarem às ordens do presidente da República. Veja!

I.F. - Que complicação.

A.A. - A complicação. Para evitar os problemas com a Aeronáutica: viria para ser entregue aqui ao presidente da República. Aí voltei para os Estados Unidos. Voltei para os Estados Unidos, o navio veio... Então chamei o comandante - creio que era o comandante Abud... Eu não tinha nada com isso, eu era da Junta Interamericana de Defesa. Chamei o Abud e disse: "Olha, você vai levar esses aviões. Você faça isso: você pinta esses caixotes de cinzento..." "Porque os aviões tinham que vir na superestrutura do navio, porque eram uns caixotes enormes." "Pinta isso tudo de cinzento. Arruma um jeito de fazer a sua derrota, de chegar no Rio de madrugada."

V.A. - O que é derrota?

A.A. - O rumo, a trajetória de um navio...

V.A. - Eu conheço rota; agora derrota, eu só conheço derrota de guerra.[risos]

A.A. - Depois vou lhe contar uma história que não cabe aqui. Mas, então... "De forma que chegue de madrugada. Porque eu não sei como está esse pessoal da Aeronáutica; pode saber que o navio vai chegar, que vai trazer os aviões, e vai querer fazer uma reação, ou querer hostilizar o navio. Evitar os problemas e não criar problemas. Não entregue os aviões à presidência da República, nem coisa nenhuma, atraca no cais do Arsenal e está resolvido o assunto."

I.F. - Do Arsenal já vai para o "Belo Antônio."

A.A. - Levando para o fato consumado. E assim eu dei ordem. Agora, eu soube só que aconteceu o seguinte: o navio, não sei por ordem de quem aqui, o navio parece que ainda atracou lá no cais Pharoux, ao invés de atracar no Arsenal. Mas depois desatracou do cais Pharoux e foi para o Arsenal. E assim os aviões chegaram e foram desmontados e transportados para a base de São Pedro d'aldeia. Esse foi o problema da aviação...

I.F. - Agora tudo isso porque se a Marinha comprasse com as suas verbas, os pilotos automaticamente seriam da Marinha.

A.A. - Seriam da... A Marinha comprando com a verba, os pilotos eram da Marinha. Porque a Marinha já tinha até piloto.

I.F. - Exato. E a Aeronáutica não aceitava porque ela queria ficar com o comando dos aviões. E ela estava também se mexendo para comprar os aviões dela, ou não?

A.A. - Como?

I.F. - A Aeronáutica estava nessa mesma época tentando comprar, colocar aviões dela, comprar aviões próprios?

A.A. - Não, porque ela não tinha motivo para comprar, porque não estava resolvido o problema da aviação embarcada.

I.F. - Ela tinha que impedir que a Marinha comprasse.

A.A. - Ela queria impedir que a Marinha voasse. Tudo o que tinha asa fixa...

I.F. - Era da Aeronáutica.

A.A. - Era da Aeronáutica. Então o açucareiro, tinha asa fixa, era da Aeronáutica; a xícara...

I.F. - Agora, só o fato da Marinha comprar os aviões com verba própria já abriria um caminho grande para ela, para pilotar esses aviões.

A.A. - Já, porque os aviões já estavam aqui; nós tínhamos aviadores brevetados. Porque mesmo no tempo do almirante Heck, se não me engano, foram pilotos, oficiais nossos, tirar o brevê na América.

I.F. - Isso foi um problema. E continuou esse problema, não é?

A.A. - É, continuou. O que tem asa fixa é da Aeronáutica. O Castelo deu aquela solução do... deu o tambor mas tirou as banquetas.

I.F. - Exato.

A.A. - De modo que você tem que tocar com a mão. [risos]

I.F. - Agora outra coisa: a questão das relações do Brasil com os Estados Unidos durante esse período do primeiro ministério parlamentarista. Esteve meio quente, não esteve?

A.A. - Eu não sei bem. Eu sei que nesse período o presidente João Goulart foi aos Estados Unidos. Se surgiu...

I.F. - É, ele foi em abril de 62, não é?

A.A. - É, esteve lá nos Estados Unidos, parece que a recepção a ele foi a mais cordial possível, como não podia deixar de ser. Não sei se houve algum estremecimento. Quem devia saber bem disso devia ser o Roberto Campos, que estava lá na época. Quando eu fui aos Estados Unidos, o Roberto Campos ainda era o nosso embaixador lá. Mas não sei desses problemas...

I.F. - É, porque tinha sido...

A.A. - O que eu sei é que nessa época chegou um navio brasileiro levando uma reserva de ouro para os Estados Unidos para atender a uma questão de dívida nossa, que eu não sei como foi. Eu sei que puseram os lingotes de ouro, foram transportados num transporte de tropa nosso para os Estados Unidos para pagar uma certa dívida que nós tínhamos. E o mais curioso foi o seguinte, que eu soube: é que os americanos não confiaram na autenticidade dos lingotes. Então fundiram os lingotes outra vez para botar o carimbo deles para dizer que era ouro vivo mesmo.

[FINAL DA FITA 28-A]

I.F. - Nessa época do primeiro gabinete parlamentarista, teve uma viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos.

A.A. - É, aos Estados Unidos.

I.F. - E estava havendo aqui um problema sério em relação à encampação de empresas de energia elétrica... Inclusive o Brizola...

A.A. - O Brizola.

I.F. - ... tinha encampado, e parece que os americanos estavam meio irritados com essa situação.

A.A. - É possível, é possível. Acho que telefônica também, não é?

I.F. - Telefônica. Existia a que ele estava mexendo já, e quase sendo assinada, a questão da Eletrobrás, que traria prejuízo para as empresas americanas. Quer dizer, estava um relacionamento econômico bastante confuso. Tinha tido aquela questão da Aliança para o Progresso, onde o San Tiago Dantas esteve - na conferência, não é Plínio?

P.R. - É, Punta del Este.

I.F. - Em Punta del Este. estava havendo aquela questão já com Cuba. Quer dizer, uma questão de relações ligadas aos Estados unidos meio complicada. O senhor acompanhou isso?

A.A. - Não, não acompanhei, não. Infelizmente, não.

I.F. - Não sabia de nada.

A.A. - Não, não tive noção, idéia nenhuma, digamos, de um estremecimento, de um esfriamento de relacionamento do Brasil com os Estados Unidos naquela época. A notícia que eu tenho é essa, da ida, da visita dele lá aos Estados Unidos etc. Eu até disse a ele: "O senhor vai para os Estados Unidos, então, enquanto o senhor estiver ausente do Brasil, eu não trarei nenhum elemento, nenhum papel, nenhum documento que eu ache que precisa da sua autorização, de ouvi-lo atentamente para o senhor assinar. Eu não trarei para o seu substituto de forma alguma." E me limitei aos atos de rotina, e ele me agradeceu muito.

I.F. - E a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear? Que também foi nesse período, não foi Plínio?

P.R. - Foi.

I.F. - O controle das areias monazíticas, das jazidas...

A.A. - Sei. Também não participei, não.

I.F. - Também o senhor não participou, não. Porque aí parece que o Renato Archer teve bastante ligação com isso...

A.A. - É possível.

I.F. - O almirante Álvaro Alberto, não é?

A.A. - É.

P.R. - O almirante Álvaro Alberto já foi na fase do Getúlio, não é?

I.F. - Ah, é?

P.R. - É.

I.F. - Mas essa Comissão Nacional de Energia Nuclear é que dava o monopólio estatal para a pesquisa, para lavra de jazidas, para comércio de minério nuclear.

A.A. - É, isso eu acompanhei pelo jornal, por alto, sem...

I.F. - Não era um assunto que era comentado nas reuniões de ministério, nada disso.

A.A. - Não, não motivou muito o pessoal no Ministério, não - que eu sentisse, não.

I.F. - Quer dizer, que a sua atuação lá era mais mesmo ligada à Marinha.

A.A. - À Marinha.

I.F. - O resto dos problemas não chegava?

A.A. - Talvez o Renato nessa época tivesse...

I.F. - É, porque o Renato tinha muita ligação com o San Tiago.

A.A. - Com o Ministério do Exterior, tudo isso. O Renato... Não sei se o Renato já foi ouvido aqui.

I.F. - Já, há bastante tempo já.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

17ª Entrevista: 30.07.1986

I.F. - Ministro, na nossa última entrevista nós estávamos conversando sobre o seu período no Ministério do governo Jango e Tancredo Neves. E no dia 26 de junho todo o gabinete renuncia. O senhor nos disse que foi principalmente devido à necessidade de se desincompatibilizarem para se candidatar. Agora, isso não foi resolvido de um dia para o outro.

A.A. - Não, não foi. Não deve ter sido resolvido de um dia para o outro. Houve... Eles custaram a cogitar disso, mas quando chegou a um certo ponto, já se tornava premente. Aí houve a precipitação porque parece que a necessidade era justamente no mês em que nós renunciámos.

I.F. - Junho?

A.A. - Parece que era nesse mês mesmo que havia... Mas, como ninguém ventilou essa coisa, a coisa foi meio precipitada, foi meio à última hora. Não sei se foi coisa de 15 dias, vinte dias, mas foi assim em cima da hora. Porque aí chegaram à conclusão de que... Houve pensamento, creio eu, segundo eu ouvi, parece, do Amaral, que antes se cogitou de estabelecer uma alteração constitucional adaptando ao regime parlamentarista e tornando sem efeito essa exigência da desincompatibilidade. Mas ninguém mais cogitou, talvez pelos atropelos administrativos, tudo isso, não se cogitou. Quando foi determinada época, já ficava a coisa com aspecto não tão moral, parecia que estava sendo legislado em causa própria.

I.F. - Esses casuísmos que acontecem, não é?

A.A. - É casuísmo. Então decidiram que o gabinete renunciaria mesmo. Mas chegaram à conclusão que teria sido interessante abolir essa exigência. Mas teria que ter sido feito antes, não parecer que era em causa própria. Eu acho também que fizeram muito bem. Eu tenho horror a essas coisas que são feitas com a idéia de quem está com a massa de manobra se beneficia. Acho que isso deve ser feito para o que vem, não para o momento. E tem um caso muito interessante até, que eu, conversando com o Rademaker

quando ele era vice-presidente etc. Porque o que o presidente, o vice-presidente ganhavam era uma miséria em relação à remuneração normal das pessoas que chegam a um elevado escalão. Então o Médici resolveu que seria providenciado um aumento de remuneração do presidente da República. Mas eles fizeram questão de se excetuar: essa remuneração passou a ter vigor só depois que eles deixassem o governo. E assim foi feito. Eu também sou favorável a isso; essas coisas todas a gente... Quem está com a manobra, com a autoridade, não deve tomar providências pelas quais venha a se beneficiar.

I.F. - Agora, essa necessidade de sair do governo para se desincompatibilizar não atingia a todos os ministros.

A.A. - Não, havia ministros que não...

I.F. - Por que essa decisão de renúncia coletiva?

A.A. - Porque o gabinete foi escolhido na forma parlamentar. E então era mais razoável, mais natural, que o gabinete renunciasse pura e simplesmente. Pelo regime parlamentarista acho que um ministro pode renunciar e o gabinete não cai. Mas sendo a maioria, a maioria se retirando achava mais normal, mais natural, que houvesse a renúncia do gabinete, a renúncia coletiva.

I.F. - Quer dizer que então, para mim, fica bem clara a força do primeiro ministro Tancredo Neves.

A.A. - Ah, sim.

I.F. - Quer dizer, o Ministério estava diretamente ligado, como regime parlamentarista, ao primeiro-ministro.

A.A. - Ao primeiro-ministro.

I.F. - Eram pessoas de confiança do primeiro-ministro Tancredo Neves. Ele renunciando, automaticamente o Ministério inteiro...

A.A. - Inteiro renunciaria.

I.F. - Renunciaria. Quer dizer que mesmo que todo o Ministério tivesse possibilidade de continuar - vamos dizer que ninguém fosse se candidatar -, o fato do ministro Tancredo Neves ter que se descompatibilizar, o senhor acha que todo mundo renunciaria?

A.A. - Acredito que todos renunciariam solidários a ele, ao problema que ele tinha que enfrentar.

I.F. - Quer dizer que embora tenha sido...

A.A. - Eu acredito, porque embora fosse um governo de coalizão, que tivesse ministro da UDN etc., apesar de tudo isso, o governo funcionava muito harmônico. Havia, digamos, uma solidariedade muito grande, um espírito de coleguismo muito grande, de ajuda etc. De modo que eu acredito que mesmo nessa hipótese de só o primeiro-ministro

renunciar e os outros não estarem nas condições de se elegerem ou não pretenderem se reeleger, acredito que todos renunciariam.

I.F. - Quer dizer, o senhor se considerava muito mais ministro do Tancredo Neves do que ministro do João Goulart?

A.A. - Eu me considerava ministro do Tancredo Neves, porque o João Goulart praticamente aceitou o Ministério. Acho que na organização daquele gabinete, foi apresentado a ele um gabinete e ele aceitou. Não sei se houve alguma exceção. Não posso saber, porque eu não estava nos meandros daquela crise. Mas acredito que ele tivesse aceito, não tivesse feito objeção a qualquer que seja. Mas se houve, o dr. Tancredo naturalmente apresentou um outro nome etc. Como talvez em várias pastas houvesse a previsão de que se não pudesse ser esse, seria esse etc. Geralmente há essas clássicas listas tríplices, não sei se houve. Mas podia haver.

I.F. - Era então um Ministério harmônico, o senhor acha?

A.A. - Eu sentia uma completa harmonia.

I.F. - Então vamos colocar a posição contrária: se o primeiro-ministro Tancredo Neves não tivesse que se desincompatibilizar, se ele tivesse continuado, o senhor acha que o Ministério continuaria aquele mesmo, não estava tendo crises internas maiores...?

A.A. - Não, eu acho que alguns ministros que tinham cargo eletivo, como era a maioria, não queriam sacrificar a sua carreira pública...

I.F. - Sim, mas eu digo se não estivesse havendo eleições naquela época. O Ministério continuaria por mais algum tempo, não estava havendo crises que exigissem...?

A.A. - Não, não estava. Estava funcionando normalmente. Não havia um descontentamento de qualquer dos ministros com relação ao andamento do problema da administração nacional.

I.F. - Quer dizer que então a causa, vamos dizer assim, dessas mudanças bruscas que aconteceram depois, da ineficiência do parlamentarismo, tudo isso, veio mais por causa das eleições.

A.A. - Acredito que sim, por causa das eleições.

I.F. - Se não tivesse as eleições naquela época, poderia ter se estendido por mais tempo...

A.A. - Podia ter se estendido por mais tempo.

I.F. - Num ambiente mais calmo, mais tranquilo.

A.A. - Mais tranquilo. Embora eu acredite que não fosse do desejo do presidente da República a extensão do parlamentarismo. Mas a questão é que havia um compromisso, inclusive com as Forças Armadas, do regime ser parlamentarista. Então, de acordo com isso, o próprio presidente da República tinha que se condicionar a isso. Poderia

indiretamente procurar fazer com que o parlamentarismo se depreciasse. Mas havia aquele conceito. Então acredito que o parlamentarismo continuaria. Não havia crise dentro do Ministério; nem dentro do Ministério, nem uma crise de determinados elementos, digamos assim, com o próprio presidente da República.

I.F. - E o papel do Brizola? Porque ele foi muito contra o parlamentarismo durante a crise da renúncia.

A.A. - Foi.

I.F. - Ele era governador de um estado importante. Ele era cunhado do presidente da República.

A.A. - Foi cunhado do presidente.

I.F. - Ele ficou quieto, ele atuava...? O que o senhor acha do Brizola?

A.A. - Bom, não se sentia a ação dele; no gabinete parlamentarista não se sentia à ação do Brizola. Pode ser que na copa e cozinha do palácio o Brizola fosse um conselheiro ou um contestador junto ao João Goulart em algumas providências do gabinete. Mas aparentemente não se sentia a ação do Brizola. Nessa atuação o que eu... A idéia que eu tinha do Brizola era a de um governador de estado um tanto contestador. Tinha umas idéias meio arbitrárias, questão de força, questão de, digamos, de intervenção na companhia telefônica etc., sem prever as conseqüências que podiam advir. Uma série de medidas dele que ele tomava como governador de estado e que eu achava muito violentas. Ele não era um homem que tivesse, assim, a preocupação de contornar. Ele queria chegar direto a uma coisa. Porque a gente às vezes não pode ir direto, a gente tem que fazer uma série de diversões e por aí afora. Mas ele, não; ele era muito incisivo nas ações dele, o que normalmente não é político. Porque o político tem que transigir etc., negociar, para chegar a um determinado fim. É a idéia que eu tenho sem ser político. Mas pelos anos que eu já tenho de vida e pelo que eu tenho visto, o político é um homem sempre assim. O próprio presidente Vargas - é curioso -, que era um ditador, era um homem de conversa, era um homem de procurar diálogo. Uma ocasião, nós estávamos em São Paulo, o governador era o Ademar de Barros. E no carro vinha Ademar de Barros conversando...

I.F. - Era interventor na época.

A.A. - Ele era interventor. Então referendo-se a um cidadão que tinha um antagonismo completo com o Ademar de Barros, e ele se queixando, fazendo as piores ausências desse cidadão. E o presidente Vargas disse: "Mas vamos conquistar esse homem. Vamos chamá-lo para nós." A idéia dele era sempre não estabelecer arestas, e sim ajeitar as coisas, acomodar. Quando ele me chamou, dizendo que eu era o ajudante-de-ordens mais discreto dele, para ir a São Paulo chamar o ministro da Justiça para vir, porque tinha havido a crise com o chefe do gabinete do ministro da Justiça..., eu senti que aquilo ia dar uma derrocada de um elemento do Ministério. E ele me disse que era para manter a situação como estava, que era para não alterar a situação. Quando o ministro da Justiça não quis vir, então caiu o Lourival Fontes, chefe de polícia, e por aí foi... o ministro da Justiça. Mas ele era um elemento, embora fosse um ditador, de

passado político. Então ele procurava amoldar as coisas, conciliar etc., para aparar as arestas.

I.F. - E não era o caso do governador Brizola.

A.A. - Não era o caso do Brizola.

I.F. - Essas atitudes dele em relação à encampação, isso tudo, não interferiam no relacionamento Brasil - Estados Unidos?

A.A. - Eu tenho a impressão que indiretamente sim. Agora, não sei o que... Porque quando eu estava no Ministério, ele foi aos Estados Unidos, visitou os Estados Unidos...

I.F. - O presidente.

A.A. - O presidente, o João Goulart. Visitou os Estados Unidos e o México. Não sei se nos Estados Unidos ele conseguiu aparar esse problema do Rio Grande do Sul, dialogar lá. Não sei se houve alguma conversa do presidente americano com ele. Mas que deve ter desgostado, deve ter desgostado.

I.F. - E o perfil político do Jango? Ele era muito mais político do que o Brizola, então?

A.A. - Eu acho que era. Ele era mais conciliador. Ele dava volta para chegar a um determinado lugar. E eu senti, mesmo nos diálogos que eu mantinha com ele, embora em certas coisas eu discordasse, discordava francamente, ele não se tornava intransigente. E por isso mesmo eu me mantive no Ministério. Porque eu dizia: "Não trago problemas para Vossa Excelência. Eu estou trazendo soluções." E apresentava meus argumentos e ele aceitava. Tudo o que tem de errado na Marinha no tempo em que eu fui ministro, eu sou o responsável. Porque ele me atendia em tudo o que eu solicitava. Embora houvesse discordâncias, mas, no fim, ele seguia os meus argumentos. De modo que ele não teve a mínima interferência em qualquer ato do Ministério da Marinha, que se possa dizer "foi culpa do presidente da República". Não foi, não. A culpa do que tem de errado é minha; eu assumo a responsabilidade.

I.F. - Então, o Ministério renuncia todo ele, todo o gabinete, no dia 26 de junho de 62. E aí, o senhor foi para onde?

A.A. - Como?

I.F. - Quando o Ministério, o gabinete renuncia em 26 de junho de 62, o senhor sai do Ministério da Marinha...

A.A. - Ah, saio do Ministério.

I.F. - E vai para onde?

A.A. - E fiquei adido à Diretoria de Pessoal. Me apresentei e fiquei adido, até depois, então, ter nova comissão

I.F. - Ficou uns tempos sem comissão, então.

A.A. - Eu fiquei. Fiquei adido, esperando a designação para uma comissão.

I.F. - Aqui no Rio mesmo?

A.A. - Eu fiquei aqui no Rio. Agora, fui nomeado para o Conselho do Almirantado. Porque os ex-ministros eram membros do Conselho do Almirantado.

I.F. - Isso é que não ficou bem claro; nós estávamos conversando isso hoje. Esse Conselho do Almirantado - o senhor já explicou mas nós não entendemos bem - eram todos os almirantes?

A.A. - Não. Eram os almirantes, digamos assim, os almirantes de determinadas diretorias. Os almirantes que tinham sob as suas mãos determinadas diretorias que eu não me lembro quais eram. Estado-Maior, Diretoria de Pessoal, Secretaria Geral de Marinha... Esses almirantes é que faziam parte do conselho.

I.F. - Agora, tanto podia ser contra-almirante, como vice-almirante, como almirante-de-esquadra.

A.A. - Dependia da função.

I.F. - Dependia da função.

A.A. - Da função que ele exercesse.

I.F. - Então é um cargo rotativo. Se ele deixasse aquela função, deixava...

A.A. - Podia deixar de ser elemento do Conselho do Almirantado. Hoje está diferente. Hoje o Conselho do Almirantado é constituído pelos oficiais-generais, os almirantes-de-esquadra. Esses ocupam as várias diretorias, algumas das diretorias. Agora, o chefe do Estado-Maior tem uma posição muito especial. Porque o chefe do Estado-Maior, exercendo a função de chefe do Estado-Maior, ele tem a precedência sobre os demais. Mesmo que haja outros mais antigos do que ele. Como o ministro da Marinha também. A Marinha aceitava sempre essa situação: o ministro da Marinha, como eu fui como contra-almirante, ter precedência... O chefe do Estado-Maior é o chefe geral da Marinha.

I.F. - Quer dizer, o senhor foi para lá porque era ex-ministro.

A.A. - Ex-ministro.

I.F. - E aí tem um tempo, como é isso?

A.A. - Não. Era até a idade compulsória, até setenta anos.

I.F. - Ah, sei. Quer dizer, sendo ex-ministro entrava no Conselho do Almirantado e ficava até os setenta anos de idade.

V.A. - Agora, naquela reunião que o senhor nos contou nas entrevistas passadas, em que o almirante Rangel convocou o Conselho do Almirantado...

A.A. - Convocou todos os almirantes.

V.A. - Todos os almirantes. Não foi o Conselho do Almirantado?

A.A. - Não, porque eu não fazia parte do Conselho do Almirantado, por exemplo. Ele convidou os oficiais-generais. Agora vamos aos generais. [risos] Convidou os oficiais-generais.

I.F. - Era isso então que nós estávamos confundindo. Almirantado é uma coisa, o Conselho do Almirantado é outra coisa.

A.A. - O Exército criou agora o Alto Comando. E a Marinha sempre existiu nos moldes ingleses do almirantado, o Conselho do Almirantado.

I.F. - Então vamos ver: qual é o papel específico, a função específica desse Conselho do Almirantado? Nós estávamos fazendo uma certa confusão...

A.A. - É uma espécie de elemento de consulta do ministro.

I.F. - É uma assessoria direta do Ministério.

A.A. - Ele reúne o Conselho do Almirantado, quer dizer, são os almirantes do primeiro escalão do comando, para trocar idéias, para apresentar sugestões, dar satisfação do que ele está fazendo, de por que está fazendo, de como pretende fazer, todas essas coisas. É um elemento, digamos, de consulta e de transmissão, através dos elementos do Conselho do Almirantado aos escalões inferiores e por aí vai.

V.A. - O senhor disse que faziam parte determinados almirantes que tinham determinados comandos, diretorias. Agora, o senhor faz parte enquanto ex-ministro, não é?

A.A. - Eu fazia parte porque eu tinha sido ministro.

V.A. - E no caso dessas pessoas que tinham diretoria, se elas mudassem de posto, elas saíam do Almirantado?

A.A. - Poderiam sair do Conselho do Almirantado.

V.A. - Poderiam sair, mas...

A.A. - Então o substituto assumiria a posição de membro do Conselho...

V.A. - E isso acontecia?

A.A. - Podia ter acontecido. Não me lembro de casos em que tivesse acontecido.

V.A. - Porque no caso do senhor, o senhor ficou até então os setenta anos, não é isso?

A.A. - Eu não fiquei porque depois houve o seguinte... Porque depois, com a vinda do almirante Bosísio, quando ele assumiu o Ministério, ele extinguiu... Acho que erradamente, mas extinguiu essa medida dos ex-ministros fazerem parte do Conselho do Almirantado.

I.F. - Ficaram só, então, os chefes de diretoria.

A.A. - Ficaram só os chefes de diretoria. Então aí eu recebi uma comunicação do ministro da Marinha dizendo que eu tinha sido exonerado, ia ser exonerado...

I.F. - Foi destituído. [risos]

A.A. - Fui destituído.

I.F. - Agora, essas reuniões eram convocadas...

A.A. - Pelo ministro.

I.F. - Não tinha data certa; quando houvesse necessidade só.

A.A. - É não tinha data certa.

I.F. - E essas diretorias não estavam todas aqui. Essas diretorias...

A.A. - Na época, praticamente estavam. Porque inclusive o seguinte: até eu deixar o Ministério, o único que estava sediado mesmo em Brasília era o ministro da Marinha. Eu vivia na ponte aérea.

I.F. - Mas eu digo agora, com essa mudança - são os chefes de diretorias. O ministro está em Brasília, as diretorias não estão todas em Brasília.

A.A. - Aí, quem não está em Brasília, pega o avião e vai.

I.F. - Então tem que ser convocada com uma certa antecedência.

A.A. - E ele pode também - ele, como ministro -, fazer a reunião aqui. Então quem está sediado em Brasília vem.

I.F. - Pelo jeito, esse Conselho do Almirantado tem bastante força dentro da Marinha.

A.A. - Deve ter, não é? Depende do ministro querer dar força ou não.

I.F. - É, porque se ele não convocar...

A.A. - Se ele não convocar, não dá força.

I.F. - E eles não podem convocar o ministro para uma reunião deles? o Conselho do Almirantado independe do ministro.

A.A. - Bom, eu acho que poder, pode; tudo pode no Brasil. [risos] Agora, dever, não deve. Pode sugerir ao ministro que convoque o Conselho do Almirantado. Eu não sugeri ao ministro da Marinha que convocasse o Conselho do Almirantado; eu sugeri ao meu colega Heck que reunisse os almirantes todos, os oficiais-generais, para ouvir a opinião geral da Marinha. A opinião geral da Marinha no primeiro escalão.

I.F. - Mas então o senhor saiu do Ministério, ficou adido ao serviço pessoal...

V.A. - Quanto tempo o senhor ficou adido ao serviço pessoal?

A.A. - Eu fiquei adido... Eu saí em junho... julho, agosto... uns três meses, dois ou três meses. Aí eu fui nomeado para a delegação do Brasil... delegação da Marinha...

I.F. - O senhor ficou três meses no Conselho do Almirantado.

A.A. - Fiquei três meses no Conselho do Almirantado. Aí tive nova comissão, de delegado da Junta Interamericana de Defesa nos Estados Unidos.

I.F. - Como é que surgiu esse convite?

A.A. - Esse convite surgiu por iniciativa creio que do ministro da Marinha. Porque ele perguntou para onde eu queria ir. Eu digo: "Eu não tenho pretensões..."

I.F. - Era o Doyle Maia?

A.A. - Não, não. O Doyle Maia tinha sido subsecretário e ainda estava como subsecretário. Agora, o ministro da Marinha era o Pedro Paulo de Araújo Suzano.⁷

I.F. - Ah, o Pedro Paulo de Araújo Suzano.

A.A. - E ele me perguntou. E eu digo: "Eu fico em qualquer lugar. Eu já tenho o Conselho do Almirantado." "Não, mas isso é pouco para você. Você quer ir para os Estados Unidos?" - ele perguntou - "Eu queria nomear você para membro da Junta Interamericana de Defesa." Eu digo: "Vou." E aí é que eu fui para os Estados Unidos.

I.F. - Quer dizer, foi convite direto do...

A.A. - Convite direto do Suzano.

I.F. - E é um cargo de confiança também.

A.A. - Também. Eu acredito que fosse, digamos assim, uma idéia dele ou de gratidão, ou qualquer coisa assim. Porque eu é que o tinha promovido a almirante-de-esquadra. Porque quando o Suzano era vice-almirante, ele foi preterido na promoção a almirante-de-esquadra, porque o meu colega, que era o Sílvio Heck, não o tolerava. Tanto que exonerou o Suzano que comandava a Esquadra, abruptamente. Quando ele chegou no Rio, [inaudível] assumir o Ministério da Marinha, já tinha o decreto dispensando o

⁷ Por ocasião da renúncia do gabinete Tancredo Neves, Heitor Doyle Maia substituiu o entrevistado como ministro interino da Marinha de junho de 1962 até o mês seguinte, quando Pedro Paulo de Araújo Suzano assumiu a pasta.

Suzano do comando da Esquadra. Eu achei uma coisa muito chocante. Mas o meu colega Heck exonerou assim: de repente, e o Suzano ficou sem comissão. E quando se deu a vaga de almirante-de-esquadra, o Suzano foi preterido por um outro vice-almirante que era mais moderno do que ele. E durante a minha administração eu achava aquilo muito triste, porque o Suzano era um oficial para qualquer Marinha. Pela capacidade dele, pela cultura profissional, por tudo, era um oficial de um devotamento à Marinha exemplar. Eu tinha essa admiração. E eu não via com bons olhos ver aquele oficial-general ali sofrendo, amargando uma preterição, que ele nunca esperou na vida, e ficou como vice-almirante sem chegar a

almirante-de-esquadra. Então eu fiz dessas coisas que a gente... o jeitinho brasileiro. Eu convidei o colega - até da turma - dele, o Paraguaçu de Sá, que tinha sido promovido preterindo-o, e disse: "O Paraguaçu eu estou precisando solucionar um problema. Eu quero promover o almirante Suzano a almirante-de-esquadra, mas não tem a vaga. Eu não sei quando é que vai se dar essa vaga. E eu queria fazer o seguinte: eu queria arranjar uma situação no Ministério do Exterior, de botar você à disposição do Ministério do Exterior. Isso é coisa de um mês ou dois meses. Eu boto você à disposição do Ministério do Exterior, se você aceitar, dá-se a vaga e eu promovo o almirante Suzano a almirante-de-esquadra." Ele disse: "Pronto. Não tem problema, eu aceito essa situação." Então eu agi junto ao Ministério do Exterior, era o San Tiago Dantas, e o Paraguaçu foi para lá por dois meses. Aberta a vaga, eu promovi o Suzano a almirante-de-esquadra e o nomeei para a Secretaria Geral de Marinha. E depois o Paraguaçu voltou e veio para uma diretoria...

[FINAL DA FITA 28-B]

A.A. - ... e veio para uma diretoria [inaudível] geral da Marinha. E reintegrei o Paraguaçu no posto que ele tinha etc. E assim promovi o Suzano, porque eu tinha uma admiração muito grande por ele. O que eu lamentei é que ele não tivesse tido habilidade como ministro para conduzir a Marinha; aí é que ele se equivocou, cometeu vários erros etc. Mas ele como profissional, como elemento de Marinha para exercer qualquer função de Marinha, era um elemento conceituadíssimo na Marinha. De modo que eu não queria ver a Marinha perder aquele oficial que era um oficial que podia prestar grandes serviços na Marinha. Ele era homem para exercer qualquer função dentro do Ministério da Marinha.

V.A. - Quais foram os erros que ele cometeu enquanto ministro?

A.A. - Ele se deixou levar muito pelo aspecto, digamos assim... Normalmente a gente chama de "política," mas quando a política é malfeita, acho que já passa a ser "politicagem." Então ele começou a confraternizar muito com os chefes de sindicatos etc., e a Marinha passou a ser...

I.F. - As grandes crises nesse final do governo Jango estavam muito ligadas a isso, não é?

A.A. - E ele se deixou envolver por essa coisa toda. E a situação na Marinha esta de tal forma que, num determinado ponto, o próprio presidente, que era o João Goulart, parece que achou que o Suzano não estava em condições de continuar na pasta. E nessa época eu estava nos Estados Unidos. Aí eu fui sondado por elementos ligados ao João Goulart, que a situação estava se agravando etc., se eu aceitava voltar para o Ministério da

Marinha. Eu aí mandei dizer que eu não tinha meios de ser ministro da Marinha, eu já tinha sido ministro da Marinha. Agora, a situação que eu via, de lá dos Estados Unidos, era uma situação que era preciso uma criatura que soubesse fazer milagre. Agora, eu não sabia fazer milagre.

I.F. - Isso já no regime presidencialista.

A.A. - No regime... já devia ser presidencialista. Que eu não sabia fazer milagre e que por isso eu não via com bons olhos a minha nomeação.

I.F. - Quer dizer, o Jango pretendeu substituir o Suzano e colocar o senhor no lugar dele?

A.A. - Dizem isso - um amigo pessoal -, que passava pela cabeça dele. Não sei, porque foi coisa indireta. Mas eu disse que eu não desejava aceitar, que eu já tinha sido, não tinha medo se ser, mas em outras circunstâncias. Que a situação que se apresentava no Brasil era de um fazedor de milagres e que eu não sabia fazer milagre. E meses depois houve a crise, a deposição dele.

I.F. - Agora, o senhor estava lá nos Estados Unidos. O senhor foi para lá então mais ou menos no fim do ano.

A.A. - Fui em setembro, outubro, por aí.

I.F. - Quer dizer que então, o senhor não acompanhou a campanha do plebiscito.

A.A. - Não, não. O plebiscito, quando houve a campanha do plebiscito, eu já estava lá.

I.F. - E quais foram as repercussões da campanha do plebiscito lá?

A.A. - Pequenas, porque o problema de comunicações, de notícias que vêm do Brasil, são muito pequenas. Os jornais americanos noticiam pouquíssima coisa. O Brasil não é notícia lá. Então é uma leitura de um jornal que chega às mãos da gente publicado aqui. Mas a gente não tem esse jornal, como é o chamado o "jornal da praia." Essa convivência, de conversa aqui, conversa na avenida, nas esquinas... Não é como Brasília, que não tem esquina... Porque aqui tem esquina por todo lado. [risos] Então a gente ausculta muito mais as coisas. De modo que a gente tem outras... Convivência com uma série de colegas, tudo isso. E lá, não; nós estávamos completamente isolados, muito fechados.

I.F. - E as informações oficiais que chegavam lá?

A.A. - As informações que chegavam lá eram tranquilas. Porque o Ministério do Exterior recebe uns jornaizinhos dizendo que o Ministério do Exterior comunica oficialmente... Só pode dizer que está tudo... Explica tudo, fundamenta tudo, está tudo muito bem, não é? De modo que não merecia fé, eram uns informes de pouco valor.

V.A. - E como é que o senhor conseguia saber das notícias?

A.A. - De quê?

V.A. - Como o senhor lá conseguia saber das notícias daqui? Porque o senhor disse...

A.A. - Sabia mal, sabia mal.

V.A. - Porque o senhor disse agora que...

A.A. - Ah, mas pelo pouco que chegava lá e pela extrapolação que eu fazia, eu via que o negócio estava se degradingolando.

V.A. - O senhor disse agora que não quis assumir novamente o Ministério porque não poderia fazer milagres.

A.A. - Fazer milagres. Eu já estava...

V.A. - Então o senhor sabia o que estava acontecendo.

A.A. - Eu já estava vendo que o desenrolar dos acontecimentos, a quebra do compromisso com os militares da permanência do regime parlamentarista tinha se desvirtuado, já tinha passado a ser presidencialismo, a coisa já estava caminhando para o que os militares tinham medo e que chegou afinal.

I.F. - Agora, o senhor falou que chegavam lá os informes. Não chegavam informações, não?

A.A. - Não, que agente pudesse avaliar como informação, não chegava...

I.F. - Porque tem uma diferença entre informe e informação.

A.A. - É, pois é, a senhora é profissional nisso. [risos] Eu é que tinha que transformar, analisar aquilo, e transformar em informações para meu juízo pessoal. Até houve o seguinte: quando a crise eclodiu mesmo, eu fui almoçar em casa de um meu colega, que tinha sido meu chefe de gabinete e que era adido naval lá, e, em almoço, comentando o pouco que chegava, eu disse: "Eu não dou uma semana para cair esse governo." E ele caiu. Quer dizer, eu tinha o meu guia espiritual, ou lá o que seja, o meu anjo da guarda, que me dizia o que podia acontecer.

I.F. - E não havia uma troca de correspondência, não? Particular, contando as notícias, de amigos, de companheiros, colocando o senhor a par dos acontecimentos?

A.A. - Não tinha grande correspondência, não. Não tinha muita correspondência, não.

P.R. - Na época em que o senhor estava lá, foi uma época em que o governo brasileiro tinha vários atritos com o governo norte-americano. Por exemplo, o problema das relações com Cuba era um deles. O outro era o problema das concessionárias, que os americanos queriam uma solução, o governo brasileiro queria outra. O outro problema, por exemplo, era o movimento sindical aqui no Brasil. Quer dizer, havia acontecimentos aqui, na área do governo, que naturalmente não eram bem-aceitos lá...

A.A. - Lá na área americana.

P.R. - ... na área americana. E, por consequência, na área latino-americana, também representada na Junta Interamericana de Defesa, porque, de um modo geral, eu suponho que aqueles adidos todos, aqueles delegados latino-americanos todos que estivessem lá, de maneira geral, acompanhassem a política norte-americana.

A.A. - Deviam acompanhar dentro da esfera dos seus países. Mas a Junta Interamericana de Defesa estava completamente orientada no problema militar. Não se discutia política, digamos assim, nas reuniões da Junta, nos trabalhos da Junta. O que havia de preocupação era a uniformização dos elementos de defesa, fazer com que, na eventualidade de um conflito, em que as nações todas se associassem, fosse possível obter a troca de sobressalentes, de elementos etc. Uniformidade completa de material de segurança nacional. E os problemas que eles punham... todos procurando defender a América e policiar a América na iminência de um conflito extracontinental. Esse é que era o problema da Junta. Agora, na Organização dos Estados Americanos, de que a Junta fazia parte... Mas a Junta era escalão inferior, era o elemento para prestar auxílio para as decisões da Organização dos Estados Americanos. Lá é possível, mas o meu acesso era muito pequeno lá. Eu apenas era o assessor do nosso embaixador lá, e nossas palestras eram muito limitadas, eu tinha pouco tempo.

I.F. - O embaixador na época era o Roberto Campos?

A.A. - Não o nosso embaixador... O embaixador do Brasil era o Roberto Campos, um homem de grande habilidade etc. Agora, o nosso na OEA era o ...

P.R. - Era o Ilmar Pena Marinho?

A.A. - Era o Ilmar Pena Marinho, que aliás eu aprecio muito, gosto muito dele, etc. Até tem uma fotografia... Eu estou para trazer uma série de fotografias aqui, estou lhe devendo, não é?

I.F. - É.

A.A. - Mas eu não sei o que serve e o que não serve. Então eu juntei umas, que parecem que... Então vou trazer para a senhora selecionar, ver o que pode ser. Porque eu não sei qual é bem o objetivo dentro dessas fotografias...

I.F. - Tudo bem.

A.A. - Não tem sigilo nenhum, são todas ostensivas etc. Mas eu não sei o que pode servir.

I.F. - Não, o senhor traz, a gente seleciona.

A.A. - Pois é, a senhora seleciona. Porque eu fiquei com tanta dúvida, que tem um pacote grande. Hoje é a época dos pacotes. [risos]

I.F. - É, dos pacotes. O senhor traz o seu pacote, nós selecionamos...

A.A. - E a senhora desembrulha. [risos]

I.F. - Está ótimo! Mas o Ilmar estava lá então na OEA. E o embaixador do Brasil era o Roberto Campos.

A.A. - Era o Roberto Campos, que era um homem de grande valor também. Eu considero o Roberto... tenho uma apreciação muito grande, acho ele um professor. De modo que era um homem capaz de quebrar muito galho naquela conjuntura.

I.F. - Agora, há uma coisa também que me deixa assim meio sem entender bem: o Roberto Campos tinha uma linha política completamente diferente da linha política do presidente João Goulart.

A.A. - É, e ele às vezes demonstrava.

I.F. - E o senhor assistiu a isso, porque o senhor estava lá.

A.A. - Eu assisti, por exemplo, ele apertando o ministro do Exterior, que era o castro Araújo, acho que era...

P.R. - Araújo Castro.

A.A. - Araújo Castro. Eu faço uma confusão... Araújo Castro. Eu assisti a uma conversa dos dois e ele apertando o Araújo Castro. Naturalmente pelo que ele sentia nos Estados Unidos. E o Araújo Castro em dificuldade de descascar aquela batata. Mas ele, como embaixador, evidentemente ele tinha que ser fiel à sua função. E tinha, às vezes, que fazer do preto, branco; do branco, preto etc. Ao sabor das necessidades que o governo aqui mandava para ele.

I.F. - Porque tem duas coisas que até hoje não ficaram muito claras para mim. Uma é durante o segundo governo do presidente Vargas, o Ministério dele e a Assessoria Econômica dele.

A.A. - Do segundo?

I.F. - Do segundo governo. Isso não ficou muito claro para mim até hoje, não. Porque eram duas linhas completamente diferentes. E no governo do Jango exatamente isso: quer dizer, um comportamento aqui dentro, uma política aqui dentro de um tipo, e nós vemos, nos Estados Unidos, o Roberto Campos com uma linha de pensamento. Essa questão mesmo que o senhor comentou, que o senhor é contra o reatamento com Cuba. No Brasil havia relações com Cuba, naquele período. Quer dizer, eram uns problemas sérios de política internacional, e que eu vejo a política bastante dividida nisso. Havia umas certas distorções... Não fica muito claro como é que isso podia funcionar. Como é que o senhor pode me explicar isso?

A.A. - Ah, eu acho que funcionava como funciona muita coisa no Brasil. É, porque nós temos uma grande prática de anarquia. [risos] De modo que elas funcionavam, mas funcionavam *à la diable*, não é? No fim, no fim, Deus é brasileiro e resolve as coisas, no fim é quem resolve. Mas acho que funcionava mesmo precariamente. Era um funcionamento precário. Os desentendimentos se fazendo etc., e não se chegava a uma diretriz determinada.

I.F. - É, porque têm certos cargos, tipo embaixadas importantes, adidos militares, tudo isso, que são cargos de confiança do governo. Na minha cabeça teria que ter uma linha de pensamento e de atuação coerente com a linha do governo. E pelo que eu estou vendo, era um samba do crioulo doido aqui.

A.A. - Como?

I.F. - Pelo que estou entendendo, era um samba do crioulo doido: cada um tinha uma linha, não havia uma coerência.

A.A. - Não, podia ter um pensamento, mas tinha que ser fiel àquela orientação que vinha. Porque, como numa tropa, o comandante manda, muita gente pode pensar em termos diferentes, mas têm que realizar aquilo de acordo com a vontade do chefe, como se aquela fosse a vontade deles. Isso é que a gente aprende na vida militar.

I.F. - Mas num cargo de confiança... Eu até acredito que aconteça isso em postos tipo Marinha, Exército, Aeronáutica, que são carreira e a pessoa segue. Mas tem determinados cargos de confiança em que a pessoa só aceita aquele cargo se estiver coerente com o seu chefe. Então eu não entendo, por exemplo, como é que o Roberto Campos continuava como embaixador nos Estados Unidos no governo de João Goulart.

A.A. - Ah, bom. Isso só ele pode dizer, eu não sei.

I.F. - E como é que conseguiu conviver com esse tipo de política.

A.A. - Talvez no interesse de, embora ele discordasse do João Goulart, no interesse de solucionar os problemas nacionais e adoçar aquilo, mesmo que ele não tivesse remando - como nós dizemos -, remando certo com o João Goulart. Mas ele via na escala, a prioridade número um era o interesse nacional. E ele ali podia fazer muita coisa para acalmar as coisas, para apaziguar as coisas. Eu vejo com esse aspecto altruístico dele.

I.F. - É. Agora, esse cargo de delegado da Marinha era subordinado ao Ministério do Exterior? O seu cargo como delegado da Marinha era subordinado ao...

A.A. - A Junta Interamericana de Defesa... não era subordinada ao Ministério do Exterior. Era subordinada, era subordinada, era direto à Junta Interamericana de Defesa. Tinha ligações paralelas, mas eu, por exemplo, não tinha subordinação nenhuma ao embaixador, ao Roberto Campos. Eu era assessor do Ilmar Pena Marinho, que era da OEA. Porque a OEA tinha um embaixador e a Junta Interamericana era ligada à OEA, era um elemento acessório da OEA. Não sei se está...

I.F. - Está claro.

A.A. Está nitidamente separado. Agora, eu tive encontros com o embaixador, com o Roberto Campos etc., mas ele convidava - convite dele etc.

I.F. - É, porque Washington é uma cidade pequena, devia ter muito encontro, muito jantar, muita reunião...

A.A. - É, Washington é uma cidade de funcionários públicos etc. Quem descreve bem é o *Senhor Embaixador* do Érico Veríssimo; parece que ele esteve lá muito tempo. [risos]

V.A. - Essa Junta Interamericana de Defesa se reunia diariamente, como é que era?

A.A. - A Junta Interamericana tinha reuniões, se não me engano, semanais. Os elementos dos diversos países. Então havia reuniões semanais ou quinzenais etc. Agora, as delegações, essas que eram constituídas dos elementos naturais de cada país que tinha a sua sede, então esses tinham uma série de tarefas e executavam elas na parte restrita ao seu país, na sede da delegação brasileira da Junta Interamericana de Defesa. Havia uma série de problemazinhos para serem estudados, serem distribuídas as tarefas. Então isso era feito fora da sede da Junta Interamericana de Defesa; era feito dentro das sedes das delegações.

I.F. - Agora, o senhor era delegado da Marinha. Tinha também do Exército e da Aeronáutica?

A.A. - Tinha do Exército e da Aeronáutica. Havendo o seguinte: geralmente, por medida de economia, os chefes, os adidos militar, naval e aeronáutico acumulavam essa função. Mas podia ser separado. Por exemplo, quando eu fui para lá, eu era separado do adido naval.

I.F. - Ah, tinha o adido naval e tinha o delegado da Marinha.

A.A. - Na Marinha argentina, a mesma coisa: o almirante [vago]⁸ era o delegado da Marinha argentina e tinha o adido naval. O Chile, também. Tinha vários que tinham dois elementos, não acumulavam.

V.A. - Esse adido era adido à junta também?

P.R. - Não.

I.F. - Não, tinha o adido naval e tinha o delegado...

A.A. - Tinha dois oficiais.

V.A. - Os dois eram da Junta.

A.A. - Não, tinha dois oficiais: um oficial é adido naval, é o espião.

V.A. - Adido naval nos Estados Unidos.

A.A. - Nos Estados Unidos

V.A. - Ah, sim.

A.A. - E tinha um outro elemento, também residente em Washington, que era o delegado da Junta Interamericana de Defesa.

⁸ Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

I.F. - E quem era nessa época o adido naval do Brasil lá?

A.A. - O nosso adido naval era o Francisco Duque Guimarães, que tinha sido meu chefe de gabinete. Era mineiro.

I.F. - Ah, mineiro. [risos] Nunca viu o mar e acabou na Marinha.

A.A. - Muito ligado até - depois é que eu soube: ele conhecia o dr. Tancredo. Porque família lá de Minas, família tradicional de Minas, também. Então se dava muito até com o dr. Tancredo. Mas era o Francisco Duque Guimarães que era o nosso adido naval. E eu, numa espécie de testamento que a gente faz, eu já estava vendo que ia deixar o Ministério, então nomeei o Duque Guimarães para...

I.F. - Ah, ele foi nomeado pelo senhor antes.

A.A. - Eu nomeei, não, mas levei o nome e o presidente da República assinou o decreto nomeando ele adido naval. E eu fiquei sem chefe de gabinete. Então eu fiquei com o meu subchefe de gabinete acumulando a função, exercendo a função de chefe de gabinete, porque eu já estava vendo que nós íamos ter que renunciar mesmo. Uns três meses antes eu fiquei sem chefe de gabinete.

V.A. - O senhor foi adido militar do Brasil na OEA também?

A.A. - Na OEA, não. Eu era adjunto do nosso embaixador lá, era assessor dele. Eu era assessor do nosso embaixador na OEA, que era o Ilmar Pena Marinho.

V.A. - Então o senhor não era adido naval do Brasil na OEA.

A.A. - Não, lá não era adido; era assessor.

I.F. Agora, o senhor já falou que na Marinha tinha o senhor como delegado, e tinha esse Francisco Duque Guimarães, como adido naval. E no Exército e na Aeronáutica?

A.A. - No Exército acumulava: era o general Armando Noronha, ele acumulava a função. E o da Aeronáutica também acumulava.

I.F. - Quer dizer que tinha, então, essa penelinha toda de oficiais lá, e mais, por outro lado, a parte da embaixada...

A.A. - A parte da embaixada.

I.F. - ... do Brasil. Quer dizer, era um grupo grande de brasileiros, então, que moravam lá.

A.A. - Tinha.

I.F. - E o senhor gostou da temporada lá?

A.A. - Eu gostei. Eu gostei porque eu não conhecia, praticamente não conhecia os Estados Unidos. E eu gostei porque fiquei tendo uma idéia do potencial daquele país e

de como aquele povo vê as coisas de uma forma completamente diferente da nossa. Eles têm um sentido de emancipação, de autonomia, de reclamar os deveres do governo. E o governo se sente na obrigação de prestar esclarecimentos aos seus cidadãos. O cidadão americano é um indivíduo perfeitamente privilegiado e reconhecido pelos chefes do governo. O governo americano dá satisfação a uma porção de coisas. Há problemas curiosíssimos.

Eles tinham, por exemplo, o *silver dollar* - era a moeda de prata, que era um dólar, que era uma moeda assim e que estava em circulação. Mas chegou a um ponto, com a desvalorização do papel, que o *silver dollar* já estava caríssimo para existir como moeda corrente nos Estados Unidos. Então o que o governo americano fez? O governo americano resolveu acabar com aquele *silver dollar*. Então publicou durante uns dois meses antes que aquela moeda não ia mais ter valor corrente e que cada cidadão americano que quisesse uma moeda ia a tal lugar - tinha uma série de lugares -, em que ele trocava o dólar papel por um dólar de prata para que aquilo fosse distribuído pela população americana. Eles não pegaram aquilo, fundiram aquilo, fundiram e foram fazer outra coisa, não. Aquilo era natural que pertencesse..., era um lastro que pertencia à coletividade americana. Aliás eu trouxe uma porção de *silver dollar*; depois fui dando como lembrança etc. Eu trouxe umas cinqüenta moedas. Porque em Las Vegas corria o *silver dollar* francamente, jogava-se naquelas máquinas caça-níqueis, que a gente chama. Aquelas máquinas tinha umas que a gente jogava moeda de dólar. Tinha as de *cents* - 20 *cents*, 50 *cents* - e tinha a de dólar. Então o dólar circulava lá, o dólar de prata circulava.

I.F. - Diz que Las Vegas é um mundo à parte, não é?

A.A. - Las Vegas é uma coisa maravilhosa. Foi uma surpresa para mim, completamente diferente do que a gente imagina.

I.F. - Agora, me conte uma coisa: o senhor estava lá no assassinato do presidente Kennedy?

A.A. - Estava.

I.F. - Então conta para a gente como foi o impacto lá.

A.A. - O impacto foi imenso, foi imenso mesmo. Foi uma surpresa tremenda.

I.F. - O senhor chegou a conhecê-lo?

A.A. - Cheguei a conhecê-lo. Conhecia ele e conhecia o Lyndon Johnson. E o Lyndon Johnson até numa conferência, tivemos um contato, ele fez uma conferência como vice-presidente... Não me lembro mais qual foi o assunto. Ele fez uma preleção e depois nós fomos levados à presença dele para cumprimentar etc. E o Kennedy eu conheci pessoalmente também, vindo de várias cerimônias lá. Era uma figura eminentemente simpática, atraente, uma mocidade exuberante e um conhecimento grande dos problemas americanos. E peguei a crise, aquela crise de Cuba.

I.F. - Pois é, isso é que eu gostaria que o senhor nos contasse. O senhor acompanhou isso tudo.

A.A. - Ah, aquilo foi... Tem uma parte interessantíssima da mobilização americana. Por coincidência tinha chegado lá o nosso navio-escola, e o nosso navio-escola tinha sido programado...

I.F. - Estava atracado onde?

A.A. - Estava atracado em Filadélfia, se não me engano. E tinha ficado estabelecido que viria uma turma, a turma de guardas-marinhas, a Washington para várias solenidades. E então essa turma viria de avião para participar de uma série de homenagens etc. Visita ao túmulo do soldado desconhecido, aquelas coisas todas. Bom, quando houve a crise, não houve nem o avião que estava combinado para trazer a turma de guardas-marinhas, porque eles mobilizaram os Estados Unidos da noite para o dia.

I.F. - Mobilizaram os Estados Unidos.

A.A. - Mobilizaram os Estados Unidos, mobilizaram a América do Norte 100%. Porque nem o avião de transporte da Força Aérea americana pôde transportar a tropa para deixar os guardas-marinhas em Washington. Por aí a gente tem idéia do que foi aquela crise, de como os americanos se preparam para o que houvesse de pior: nem esse avião eles puderam dar. E houve aquela expectativa, aquela angústia em saber o que ia haver, se a Rússia ia impedir qualquer situação pior etc., se ia se colocar do lado de Cuba.

I.F. - E aí o senhor lá era delegado da Marinha na Junta Interamericana. Esse era um caso de defesa...

A.A. - Defesa do continente.

I.F. - Do continente. Então o senhor deve ter tido uma atuação grande nesse processo.

A.A. - Mas aí era uma coisa que, para solucionar, ia ser complicadíssimo. Porque era uma invasão de um país ligado à unidade do continente. Agora, o fato da Rússia intervir também já teria um desdobramento. Como a OEA ia resolver esse problema, não tenho idéia de qual seria a solução. Acredito que a solução..., com o potencial dos Estados Unidos, com o perigo comunista, com toda essa coisa, que a maior parte das nações americanas se solidarizasse com os Estados Unidos. Isso é o que eu acredito.

I.F. - E teve reuniões para discutir isso?

A.A. - Não, não houve nada. Aquilo foi uma parada completa, uma expectativa, uma perplexidade e depois teve o desfecho natural, e aí serenaram-se os ânimos.

I.F. - Mas foram uns dias difíceis, então.

A.A. - Foram dias difíceis.

I.F. - O senhor ficava de plantão?

A.A. - Difíceis. Ávidos por notícias, não é?

I.F. - De plantão lá, aguardando notícias a qualquer momento.

A.A. - Até que chegou depois aquela... O outro problema foi o assassinato do presidente. Eu, pessoalmente, acho que aquele Oswald não queria matar o presidente.

I.F. - O senhor acha que ele queria o quê?

A.A. - Eles... A gente às vezes não vê o óbvio. Eu acredito que os americanos nunca viram o óbvio. [risos] Porque aquele Oswald queria matar o ex-ministro da Marinha, que era o Conally, que era o governador do estado.

I.F. - Do estado, é.

A.A. - Ele queria matar o ministro dele que ia no carro, e acertou no Kennedy. Depois houve uma série de confusões, uma série de discussões, de hipóteses, e até hoje é tido e aceito como tendo sido a tentativa dele, que foi de sucesso, de matar realmente... que ele teve uma pontaria maravilhosa e acertou na cabeça do Kennedy. Mas aquilo ali é um problema muito interessante, que é um problema de movimento relativo, que nós resolvemos muito na nossa Marinha. Porque o problema de alvo de elementos móveis... Nós chamamos de movimento relativo. Então nós temos que atingir é um ponto determinado, mas temos que conjugar esses vetores todos para chegar ao ponto que nós queremos no ataque torpédico, no submarino para acertar um navio. Tudo isso, nós temos que resolver esse problema do movimento relativo. Nós temos que entrar com a velocidade de deslocamento do projétil, nós temos que entrar com a velocidade do alvo que vai ser atingido, tudo isso. Ele quis acertar no Conally, mas como o carro estava se movimentando, a duração do trajeto da bala... quando a bala chegou, o carro tinha se deslocado. Ele tinha apontado para o Conally, então apontou firme. Então o carro passou aqui. Quando a bala chegou, já estava na cabeça do Kennedy. Esse é meu ponto de vista pessoal, e até hoje não tive razão para pensar em sentido contrário. Acho que era um problema de movimento relativo. Ele teve boa pontaria, porque apesar de tudo ele acertou no carro, mas foi acertar na cabeça do Kennedy. E o Conally ia na frente. E o Conally foi atingido porque parece que deu dois tiros, então ele acertou, mas não matou. Porque aquele camarada havia sido fuzileiro naval e tinha tido um entreevero com o ministro; ele tinha discutido, tinha mandado uma carta e o ministro tinha respondido, uma coisa qualquer assim. Ele tinha tido um desentendimento...

[FINAL DA FITA 29-A]

A.A. - Ele tinha tido um desentendimento e uma queixa do ministro da Marinha - que era ministro da Marinha na ocasião. Então ele viu aquela ocasião e quis tirar a forra. Quis tirar a forra e então quis atirar no almirante e acabou acertando no...

I.F. - Mas por quê que ele não...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Mas essa hipótese nunca foi muito aventada, não é?

A.A. - Não...

I.F. - Deve ter tido interesses outros, então, para esconder isso.

A.A. - Não sei. Depois, como contrapartida para destruir esse meu argumento, há um argumento, que é aquele de por que aquele camarada quis matar o Oswald na delegacia e atirou. Isso é um outro aspecto da questão, que há muitas razões para isso: exibicionismo, demonstração de carinho pelo sentimentalismo latino etc. E o homem resolveu matar o Oswald. Mas a minha impressão é essa: que ele não queria matar o ... Então, como o negócio foi no Texas, lá naquela zona, então esse homem teria sido preparado por uma junta de revanche, porque o Kennedy protegia os homens de cor, os *coloured* etc. Então podia ser uma vingança daqueles grupos racistas. Mas eu vejo nesse aspecto: ele queria matar o Conally, que tinha sido ministro da Marinha, que era o homem com quem ele tinha uma questão direta.

I.F. - Agora é muito engraçado analisar os Estados Unidos. Porque é um país extremamente desenvolvido em todos os sentidos, é um país onde exercem a democracia...

A.A. - Realmente.

I.F. - Agora, existem umas coisas malucas lá...

A.A. - Existem.

I.F. - Tipo esses assassinatos. Porque é uma família marcada, a Kennedy, não é? Morreu o John Kennedy, o Robert Kennedy e o ... Como é o nome do outro que teve um atentado também?

A.A. - Foram três.

I.F. - Foram três. o outro é o ...

A.A. - O Robert Kennedy, o ...

P.R. - Esse que está lá agora, o Ted, é o que sofreu um atentado?

I.F. - Foram três: o John, o Robert e esse outro também sofreu um atentado, não é?

A.A. - Não, foram dois, não?

P.R. - Tem um mais velho do que o Kennedy, mas esse morreu na guerra.

I.F. - Morreu na guerra, é. Teve um cunhado que morreu na aviação. Mas enfim, dois assassinatos na família. A gente vê muito na história americana esses assassinatos. E essas organizações também malucas, tipo Ku...

A.A. - Ku Klux Klan.

I.F. - E uns grupos religiosos, uns negócios fanáticos. Quer dizer, é uma coisa que a gente não entende muito numa cultura adiantada como a americana.

A.A. - É, aquilo... E acho difícil de contornar aquilo. Principalmente no sul dos Estados Unidos - porque eu tive lá no sul dos Estados Unidos; só os séculos talvez consigam desfazer isso. Mas, por outro lado, tem um problema sério, que é o desenvolvimento do elemento de cor nos Estados Unidos, também está crescendo em potencial intelectual, tudo isso. Então aquele antagonismo no sul dos Estados Unidos, a tendência parece que é crescer. Eu fui... Quando eu tive esse problema da aviação em embarcada, que eu resolvi vir de férias aqui ao Brasil para ver se dava um jeito, eu resolvi pegar um navio de uma companhia americana que tinha, a *Delta Line*, no sul dos Estados Unidos. Porque eu aí aproveitava, conhecia New Orleans, essa coisa, que eu não conhecia. Então eu fiquei chocado. Eu acho gozado quando se fala aqui em racismo; esse pessoal precisa ver o que é racismo nos Estados Unidos. Eu parei num restaurante para almoçar uma coisa qualquer... O Kennedy até tinha feito um decreto, uma coisa qualquer, acabando com essa segregação, que ninguém podia vetar isso ou aquilo. Estava escrito lá: "Nós não temos nada que saber das declarações do decreto tal de coisa assim, assim, sobre segregação racial. Aqui não entra preto." Estava escrito lá que naquela loja, naquele restaurante, não entrava preto.

Eu fui pegar a minha passagem... Mas o gozado é com o preto americano. Eu fui pegar minha passagem lá no escritório da *Delta Line*, era no terceiro ou quarto andar. Cheguei lá, peguei a minha passagem para vir para o Brasil etc., e passei no corredor. No corredor tinha um toailete; no toailete estava escrito assim: "Expressamente proibida a entrada de pretos." Quer dizer, era só para brancos. O negócio de condução também: há lugar reservado para pretos. Eu, no navio... O navio ficou parado lá uns dois ou três dias porque houve uma greve de estivadores. Então eu tive mais tempo para andar ali por New Orleans. Mas viajava para o Brasil um pastor que era preto brasileiro e ele vinha para o Brasil. E eu então conversando com ele... A zona ali era antipreto, digamos assim, e eu perguntei a ele: "O senhor não encontra dificuldades aqui?" Ele disse: "Não, não encontro dificuldades. Eu não sou americano. Ainda ontem eu fui pegar um taxi, e o chofer não quis me abrir a porta do taxi e disse: 'Eu não sirvo a pretos.' E eu disse: 'Eu não sou preto, está aqui meu passaporte.' E mostrei o passaporte. Ele foi, pediu desculpas abriu a porta e me atendeu." Outra coisa: havia lá em Washington um *night-club* que se chamava *Show Boat*. E eu um dia estava passando por ali, mandei parar o carro para ver o que era, porque estava escrito "*Show Boat*" - o nome do *night-club* - e tinha em letras grandes "Bola Sete".

I.F. - Bola sete é a preta no jogo de sinuca.

A.A. - O Bola Sete era um tocador de violão que tocava muito bem violão aqui no Brasil, que eu conhecia aqui no Brasil. Eu gosto muito de música, de música popular, música clássica, eu gosto de tudo que é música. Eu gosto de tudo que é bom. [risos] Então eu vi "Bola Sete" e disse: "Está para mim; vou ver isso." No dia seguinte, eu fui ver o Bola Sete. Fui com um grupo etc., sentamos. Depois que ele acabou de tocar lá o violão dele maravilhosamente, então chamei, pedi para ele vir sentar conosco. Ele sentou, esteve conversando, contando as histórias dele, a vida dele lá nos Estados Unidos, como é que ele vivia, se ele estava bem lá. Ele disse: "Ah, estou. Estou há não sei quantos anos aqui, agora estou casado com uma americana." "E o negócio da cor, como é que você se arranja?" "Ah, o negócio da cor eu tenho... Eu não posso falar inglês correto. Eu tenho que falar inglês bem vagabundo, feito estrangeiro. E quando eu chego no palco, que eu vou representar, a primeira coisa que eu faço é falar inglês errado para verem logo que eu não sou americano. Porque eu não sendo americano, eu não tenho fronteiras aqui, não tenho problema." E ele então me disse que ele estava

ligado a essa companhia de hotéis Sheraton, que têm hotéis nos Estados Unidos todo. Então, durante o ano todo, ele tinha contrato de exibição em toda aquela rede de hotéis. Ia correndo de acordo com as estações e tocando. Tinha uma época em que ele entrava de férias, e, pelo contrato, ele ali era *free-lancer*. Então ele podia aceitar e tocar em qualquer lugar, que era o que ele estava fazendo em Washington. Mas para ver que o problema...

I.F. - É, porque Washington também era muito arraigado, não é? Inclusive o preto com muito horror ao branco.

A.A. - Agora, a situação lá piorou. Porque antigamente tinha uma área de pretos e a área de brancos. Mas os pretos usaram de um artifício, eles de vez em quando... Porque a rua em que tem um preto, o branco vai embora. Então vários pretos foram compondo, ofereciam um dinheirão

para um proprietário branco, numa rua de brancos. O americano não queria saber de história. Vendia aquilo por um preço, um preço muito acima do natural e saías e ia para outro lugar. Então o preto se colocava ali. Aí aquelas casas todas baixavam de preço. Então os outros pretos compravam, alugavam as casas ali para preto morar. Então foi tomando conta de ..., toda a parte que chamam de Washington DC está praticamente ocupada por pretos. E um rapaz, um oficial que foi meu ajudante-de-ordens, ele, em determinada ocasião - já não era mais meu ajudante-de-ordens -, tinha uma tarefa qualquer nos Estados Unidos e foi. Ele me contando: foi a Washington; chegou lá então hospedou-se num hotel em Washington mesmo. Ele não está sabendo do que está se passando. E aí telefonou para o adido naval nosso lá na embaixada. "Ah, eu cheguei assim, com essa tarefa, resolver isso." E o oficial, o adido pergunta: "Onde é que você está?" "Eu estou no hotel tal." "Ah, não saia do hotel. Não saia do hotel porque é um perigo. Isso aqui está cheio de pretos e há agressões etc. Você fica no hotel, eu vou reservar um hotel para você fora de Washington. E vou apanhar você aí no hotel para hospedar você num outro hotel." A coisa estava assim. Não sei se mudou, se piorou. Porque piorar acho que é impossível diante disso, mas não sei se melhorou agora.

I.F. - É um problema sério. Agora, nós temos aqui, mudando de assunto um pouquinho, uma informação: que o senhor foi delegado da Marinha na Junta Interamericana e que o senhor foi adido militar na delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. Essa informação é errada?

A.A. - Não, o engano está aí.

I.F. - É isso que Verena perguntou e que eu queria me certificar.

A.A. - Eu fui assessor...

V.A. - Do embaixador.

A.A. - Do embaixador na Organização dos Estados Americanos, do embaixador do Brasil.

V.A. - Era o senhor só o assessor, ou havia assessores das três armas?

A.A. - Não, fui só eu o assessor.

I.F. - Ainda era o Ilmar Pena Marinho?

A.A. - Era o Ilmar Pena Marinho.

V.A. - Como o senhor foi escolhido para ser assessor dele?

A.A. - Eu fui escolhido pelas circunstâncias: já fazer parte da Junta Interamericana...

I.F. - O senhor acumulou, então, esses dois cargos.

A.A. - Acumulei a função. E havia um problema também interessante. É que o assessor da Organização dos Estados Americanos tinha o passaporte diplomático. E se fosse da Junta Interamericana só, não tinha o passaporte diplomático.

I.F. - Sei, sei. Quer dizer que o senhor acumulou os dois cargos.

A.A. - Acumulei os dois cargos.

V.A. - E o que o senhor fazia enquanto assessor do Ilmar Pena Marinho?

A.A. - Eu conversava com ele, trocava idéias.

V.A. - Assim com uma frequência, como é que era?

A.A. - Não, esporádica. Almoçava em casa dele etc. E essa conversa sobre a situação lá, sobre os problemas da Junta Interamericana de Defesa, botando ele a par do que se passava lá etc.

I.F. - Agora, o senhor ficou até quando?

A.A. - Eu fiquei... Eu não me lembro exatamente quando eu voltei. Mas eu fiquei, lá em Washington, dois anos.

I.F. - Quer dizer, o senhor foi para lá em final de 62 então, e voltou em final de 64.

A.A. - 64. Exatamente.

I.F. - Então as grandes crises políticas do país, o senhor não acompanhou daqui, acompanhou de lá.

A.A. - Não, não só de informações.

I.F. - Agora, o senhor disse uma coisa aí...

A.A. - Quando eu cheguei aqui já o governo era do movimento de 64.

I.F. - Agora, o senhor disse uma coisa aqui que eu gravei: o senhor disse que o senhor estava lá como delegado da Marinha, que o Francisco Duque Guimarães, que era adido naval, era o "espião".

A.A. - É.

I.F. - Por que o senhor diz que isso é espião. Quando o senhor foi adido, o senhor não se considerava espião...

A.A. - Não, eu já disse aqui a ela; ela me perguntou o que fazia o adido. O adido é um espião oficial.

I.F. - Ah!

V.A. - E ele me explicou.

A.A. - E é. Eu disse a ela outro dia que foi preso e foi pedida a retirada nos Estados Unidos... Não sei se leu. Foi a retirado do adido da Aeronáutica da Rússia porque estava fazendo a espionagem e não fez direito.

I.F. - Mas esse "espião", o Francisco, passava as informações para o senhor, ou só os informes?

A.A. - Não, eu não tinha gente de informação lá. A minha "espionagem" era direta, porque nós não tínhamos infra-estrutura para isso. Acredito que os países com outros recursos tenham, mas nós somos muito pobres. Eu estava até com um programa, mas depois levei efeito: era amarrar os consulados, os chefes de serviço dos consulados aos adidos militares. Porque a gente fica dentro da capital e os cônsules ficam em várias cidades. Então haver um intercâmbio de informações, de conhecimentos, de observações. Esses cônsules seriam instruídos no serviço de informações para prestar as informações, os informes, aos adidos. Para os adidos mandarem para as pastas militares. Mas eu não cheguei a concretizar isso. Mas a minha idéia era essa: utilizar os cônsules - porque eles têm ligações com todos os meios das cidades. Então utilizava os cônsules - naturalmente que eles fizessem um cursozinho de informações para atender o objetivo etc - e nós, como adidos, íamos coletando aquilo tudo de diversos setores do país, de vários... Porque a informação não é só de Exército, nem de Marinha; a informação é de tudo, potencial nacional.

V.A. - E enquanto delegado o senhor não tinha funções de "espião" oficial?

A.A. - Como delegado?

V.A. - É.

A.A. - Não, não tinha essa função de mandar informações. Acidentalmente, podia. Como eu mandei informações quando era capitão dos portos: eu mandei informações do primeiro navio com os mísseis *terrier*. Porque o próprio comandante do navio me mostrou o navio todo. Me disse: "Olha, isso é secreto. Mas eu vou mostrar a você porque você é boa-praça, eu gostei muito de você". [risos] Então me mostrou e eu mandei até os desenhos de como era organizado, porque ninguém sabia na Marinha como era organizado.

I.F. - Isso quando foi?

A.A. - Quando eu era capitão dos portos em São Paulo.

I.F. - Em São Paulo. Isso o senhor não nos contou.

A.A. - Então estou contando agora. [risos]

I.F. - Como é que foi isso, hein?

A.A. - Isso foi o seguinte. Eu vou trazer fotografia até dele. Eu estava em Santos e o Estado-Maior me informou que ia chegar uma força-tarefa da Marinha americana trazendo os guardas-marinhas de Anápolis. Era constituída por um cruzador pesado, mais dois ou três contratorpedeiros etc. E que eu prestasse as homenagens, a acolhida lá, porque eles não passariam no Rio. E eu, por sorte... Porque eu tinha Santos nas mãos; eu dominava, tinha acesso a toda a sociedade de Santos e São Paulo, uma parte, tinha uma boa situação. De forma que quando chegaram em Santos, a sociedade santista recebeu-os de braços abertos. E só se via movimento de oficiais e guardas-marinhas com aquela meninada, aquelas moças tidas casaduras com eles, indo para festas aqui, festas ali etc. E a oficialidade ligada à sociedade mesmo de Santos. Então havia várias visitas aos cruzadores, ofereci recepção na Capitania dos Portos a eles, tudo isso. Então eles ficaram muito meus amigos, passaram lá dez dias e eu ia praticamente todos os dias lá ao *Camberra*, que era o navio capitania deles. E todas aquelas famílias lá, almoçando lá no navio. Era uma confraternização completa. E eles ficaram altamente reconhecidos. Eu tenho as fotografias dos navios com dedicatória deles a mim etc. E tinha cartas até de um dos comandantes do navio. De modo que quando chegou um belo dia, o comandante desse navio, que era o primeiro navio com os *terrier*, que era o *Camberra*, ele chegou, me disse: "Nolasco, eu quero mostrar o meu navio todo para você. Isso é secreto, mas eu vou mostrar a você."

I.F. - O senhor já gostou. Falou em secreto, já gostou. [riso]

A.A. - Então ele me levou para ver todo o funcionamento do navio, como funcionavam os *terriers*, que é um míssil de mar e ar. Tenho até fotografia do navio lançando, fazendo os lançamentos. Esse navio levou até o presidente, que era o presidente da República na época, quando o navio fez experiências, levou a bordo. Eu tenho a fotografia do comandante do navio, o Eisenhower a bordo do navio sendo despedido do navio, ele, o imediato etc. Ele era descendente de italiano, o nome do comandante é Carlo Mauro. Então ele me mostrou tudo que achava que era interessante mostrar de aspecto de poderio naval do... Cada míssil custava naquela época vinte mil dólares. Para ver como é difícil fazer uma guerra hoje.

I.F. - É. Aí o senhor olhou tudo...

A.A. - Olhei tudo. Então fiz o desenho, um plano, e mandei para o Estado-Maior. Como funcionava a praça de carregamento, aquilo ia dando giro, os mísseis iam sendo lançados, então chegava na posição de carregamento, parava aquilo, o míssil já tinha sido lançado, já vinha outro, já era enganchado no lançador, já estava pronto para ser disparado assim. Eles tinham três lançadores.

I.F. - Mas então voltando à sua temporada lá dos Estados Unidos. O senhor estava lá quando houve o plebiscito, e o senhor foi a favor ou foi contra?

A.A. - O plebiscito?

I.F. - O plebiscito de 63.

A.A. - Eu fui contra. Eu achava que ia ser desvirtuado todo... Porque havia um receio dos ministros militares de que houvesse um desmando do presidente da República. E que então ia acabar a situação se agravando e acabava o governo caindo outra vez, como caiu. Porque eu achava o seguinte: achava que o presidente da República... o vice-presidente era o substituto legal e tinha que assumir porque a Constituição mandava que assumisse. Depois, se o presidente da República não estivesse em condições, caberia em primeiro lugar ao Congresso decretar o *impeachment*. Quando chega aqui o Congresso nunca decreta o *impeachment* do chefe do governo. Então cai nas Forças Armadas como cai nesses países todos: na Argentina, no Chile, em todo lugar cai assim. Agora, estava vendo que ia haver a crise, acabava o presidente da República sendo deposto. Agora, acho que se não tivesse caído o parlamentarismo, o presidente João Goulart tinha emplacado os quatro anos. Só faltava um ano e pouco, não é? Um ano e tanto. Mais um ano ele agüentava tranqüilamente. Era um ano e tanto.

P.R. - Era um ano e tanto.

I.F. - Quer dizer que, na crise de 61, o senhor era a favor da posse do vice-presidente com parlamentarismo ou sem parlamentarismo.

A.A. - Era. Sem parlamentarismo... De qualquer jeito.

I.F. - Mesmo que fosse presidencialismo...

A.A. - Presidencialismo... Eu era... Se não servisse, se ele depois demonstrasse que não tinha condições, aí era o caso de haver um movimento do Congresso, ou coisa que o valha. Se o Congresso falhasse, então havia uma explicação para as Forças Armadas...

I.F. - Agora, já que escolheram o parlamentarismo, o senhor aí foi contra a volta...

A.A. - A volta do... Porque aí foi uma negação do compromisso assumido anteriormente. E eu achava que com o parlamentarismo a transferência do cargo ia ser tranqüila. Ele terminava o governo dele com o parlamentarismo... Porque podia cair o gabinete, vinha outro etc. Mas ele era uma espécie... Não era bem um presidente parlamentarista, mas ele tinha uma certa dificuldade de manobrar com o primeiro-ministro. Então a vontade do Presidente da República não era absoluta, como passou a ser, não é?

I.F. - Quer dizer que de lá, então, o senhor já estava apreensivo no momento em que houve... Mas estava mais apreensivo pelas atitudes tomadas pelo presidente João Goulart, ou pela reação dos militares aqui?

A.A. - Eu estava apreensivo com o que pudesse acontecer com o João Goulart, presidente... Ele não tinha grande capacidade de administração e estava muito ligado a essa organização toda sindical, e isso era nitidamente anticapitalista. Eu sou pelo regime capitalista. Então isso podia causar transtornos à administração. E depois, a outra razão:

é que íamos cair outra vez nos militares dando golpe e tomando conta do governo. E nós não estamos preparados para administrar o mundo civil. Nós estamos preparados para fazer guerra contra o inimigo. Então nós vamos nos adaptar num meio completamente estranho, porque nós, via de regra, estamos orientados para o nosso problema eminentemente militar. Então nós não sabemos nem nos cercar dos elementos civis. Então, quer dizer: vamos perder em autoridade, como perdemos com esse período todo aí de governo militar.

I.F. Quer dizer, o senhor sabia que o presidente João Goulart tinha sido engolido pelos militares, mas não tinha sido bem-aceito.

A.A. - Não tinha sido bem-aceito.

I.F. Sabia que, então, com o volta ao presidencialismo, acirravam-se...

A.A. - Acirravam-se os ânimos etc. E ia chegar a uma situação em que os militares poderiam intervir. E o próprio governo, o governo do João Goulart mesmo, foi se alterando no presidencialismo e acabou a crise com os militares.

I.F. - E nessa crise a Marinha teve um papel muito grande, não é?

A.A. - Na última crise?

I.F. - É.

A.A. - Teve, teve um papel grande e difícil, não é? Muito complicado. Porque nesse movimento houve uma cisão dentro da própria Marinha. Porque tinha uma parte que queria depor o..., e outra parte que se opunha em minoria. Mas justamente a parte que se opunha, ou que defendia a derrota do Jango, era a parte mais audível da Marinha, eram os elementos de mais proeminência etc., de mais valor militar, tudo isso. Os elementos positivamente mais conservadores. Porque nós somos eminentemente conservadores.

I.F. - É. Agora, quanto aos oficiais das três Forças que cercavam o presidente João Goulart. O que o senhor diz deles?

A.A. - Eu nem tenho idéia deles. Ah, bom, os oficiais que têm força... Oficiais de valor, oficiais de valor, mas com a tendência mais de política do que de militar. Porque quem tivesse tendência militar, eminentemente militar, não podia ter grande simpatia pelo movimento do poder nacional que estava sendo exercido. Porque era um movimento, a doutrina, enfim, a política adotada era uma política que era de derrubada do capitalismo, como ameaça de cair para o regime comunista. Porque o pior é o comunismo. Eu, por exemplo, sou um radical inimigo do comunismo; não tolero, tenho aversão ao comunismo. Aliás, eu, quando era ministro, disse isso, disse em entrevista. Disse que eu tinha aversão..., disse até: "Nós, militares, de um modo geral, nós temos aversão ao comunismo." Desde escola que a gente tem essa... Hoje não sei, porque a escola já passou há tantos anos, que eu não sei mais. Mas antigamente era eminentemente conservador.

I.F. - Isso é que é engraçado. A gente vê muito... Os militares, de uma maneira geral - lógico que têm exceções -, têm, como o senhor diz, aversão ao comunismo. Existia uma

certa, vamos dizer assim, formação, na escola, de ideologia; havia palestras, conversas, influências? Como é que era isso? Por que isso?

A.A. - Não, não sentia. Havia porque o seguinte: a idéia era que a formação militar cria um sentimento de pátria, de disciplina, de obediência, todos os preceitos são completamente apregoados pelo... O comunismo, a comunização, é transformar as nações, de um modo geral, em satélites da Rússia, e nós não queremos ser satélites de ninguém, não. De modo que até por espírito de conservação, nós queremos ter a nossa autodeterminação.

I.F. - Agora, esse é um problema que inclusive o comunismo russo está enfrentando. Porque os tchecos querem o comunismo deles, tchecos.

A.A. - Bom, agora a coisa está...

I.F. - Está mudando isso.

A.A. - Está mudando.

I.F. - A doutrina comunista é uma coisa e a submissão à Rússia é outra.

A.A. - A China.

I.F. - A China quer o comunismo chinês.

A.A. - Em contrapartida, a Rússia vai invadindo os lugares e vai comunizando à sua imagem, não é?

I.F. - Porque é interessante, a gente está vendo essas mudanças também, não é?

A.A. - Eu, por exemplo... Cuba. Cuba é um satélite hoje da Rússia. O dia em que Cuba quiser se autodeterminar e dizer que não dá mais mão à Rússia, ela vai lá e ocupa aquilo militarmente mesmo e o Fidel Castro vai embora, não é? Porque ela faz o movimento mesmo com os elementos naturais do país. A política da Rússia é essa: ela faz com os elementos naturais. Tem uma parte que é eminentemente de um comunismo russo, e ela vai dar força a esse elemento para derrubar um Fidel Castro que queira se insurgir, não é?

I.F. - Agora, durante o governo João Goulart, as Forças Armadas dividiram-se muito, não é?

A.A. - Houve. Pelo menos na Marinha houve uma certa divisão, realmente. Mas a maioria é conservadora, e uma parte menor, dissidente.

I.F. - E essa questão que houve também muito grave nesse período do Jango foi a força dos movimentos dos oficiais subalternos, não é?

A.A. - Como?

I.F. - A força que adquiriram durante o governo João Goulart, principalmente na Marinha, os oficiais subalternos. Teve a revolta dos sargentos, teve uma porção...

A.A. - É. E dentro, digamos assim, da doutrina russa histórica: começou pelo pessoal subalterno se insurgindo. Embora hoje eles tenham generais, almirantes etc., mas o movimento começou trabalhando esse pessoal. Eu mesmo, quando tenente etc., nós tivemos um movimento pró-comunista na Marinha, mas de pessoal subalterno, que nós tivemos que combater e demitir da Marinha, abrir inquérito, tudo isso. Até teve um inquérito de que o nosso colega Lúcio Meira fez parte - da direção de uma parte de um desses inquéritos.

[FINAL DA FITA 29-B]

A.A. - ... a direção de uma parte de um desses inquéritos. E creio que o Suzano também.

I.F. - Isso quando?

A.A. - No tempo em que eu era capitão-tenente, por aí. E o Suzano seria capitão-de-corveta, capitão-tenente muito mais antigo do que eu.

V.A. - O senhor tem hora hoje?

A.A. - Geralmente. Mas tenha a palavra, por favor.

V.A. - Eu queria voltar um pouco à Junta Interamericana de Defesa.

A.A. - Sei.

V.A. - Eu queria saber se o senhor levou daqui do Brasil algumas instruções, seja do ministro da Marinha, seja do próprio presidente João Goulart para a Junta Interamericana. Instruções de como o senhor deveria atuar, alguma coisa assim.

A.A. - Não, não. Como eu devia atuar era continuidade do meu substituto⁹ - ele é que iria me dar a orientação de como estavam se processando as coisas. Um dos pontos que sabia...

I.F. - Instruções do seu antecessor.

A.A. - Do meu antecessor, que, nessa época, acumulava - era o Francisco Duque Guimarães. Agora, uma coisa que nós tínhamos dificuldade, era um problema sério, era o problema da padronização dos elementos. Porque a padronização dos elementos de combate etc., preconizados na Junta Interamericana de Defesa por influência dos Estados Unidos, era uma padronização... Eles argumentavam que eles tinham elementos para fornecer tudo aquilo dentro do continente. Mas nós também ficávamos condicionados a ter de receber os reforços todos dos Estados Unidos. Nós começamos a perder um pouco da nossa liberdade. De modo que essa padronização tinha que ser feita de molde a que nós reduzíssemos ao mínimo a nossa dependência dos Estados Unidos. Podíamos precisar de certos elementos, mas não de uma forma, digamos assim,

⁹ O entrevistado está se referindo a seu antecessor.

absoluta, de elementos padronizados que não prejudicassem muito o nosso sentimento de autodeterminação.

V.A. - E o que foi feito nesse sentido?

A.A. - Isso era discutido etc., recomendado. Erra na base de recomendações ao nosso Ministério, do Brasil, de adquirir isso de forma, daquela. E o Ministério da Marinha, também o Ministério da Guerra - Ministério do Exército, hoje -, Ministério da Aeronáutica... de adquirir certas coisas sempre tendo em vista a padronização de acordo com o que os americanos poderiam nos fornecer.

V.A. - E agora outra coisa: o senhor disse que a Junta, mesmo, se reunia semanalmente ou quinzenalmente.

A.A. - Semanalmente ou quinzenalmente.

V.A. - E durante os outros períodos, o senhor se reunia com os outros delegados brasileiros.

A.A. - É, porque nós tínhamos a delegação e tinha vários oficiais da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, nomeados para fazerem parte da delegação brasileira e tomarem parte dos trabalhos da Junta Interamericana de Defesa, entendeu?

V.A. - Então nos outros dias o senhor se reunia com os delegados brasileiros, também.

A.A. - Brasileiros na nossa sede. Porque nós tínhamos um prédio que era ocupado pela delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa. Porque a Junta Interamericana de Defesa era o primeiro escalão, eram todos os países. E agora, cada país tinha a sua delegação particular.

V.A. - E esse prédio era desvinculado da embaixada, era uma coisa à parte.

A.A. - Era custeado pelos ministérios militares e desvinculado da embaixada e ligado à OEA. Porque nós éramos elementos ligados à Organização dos Estados Americanos, ao nosso embaixador. Não havia dependência, mas nós éramos elementos de cooperação.

V.A. - Eu queria saber o que se discutia nessas reuniões que o senhor tinha com os delegados brasileiros também.

A.A. - Os problemas...

V.A. - Os mesmos problemas.

A.A. - ... que eram trazidos da Junta Interamericana de Defesa para o setor eminentemente brasileiro desses problemas.

V.A. - O senhor podia dar um exemplo?

A.A. - Ah, que me ocorra assim, não. [riso] Um problema desses de padronização, por exemplo.

P.R. - Era padronização de armamento.

A.A. - De armamento, é.

V.A. - E quando houve a crise aqui em 64, entre os delegados...

A.A. - Comentava-se.

V.A. - Como é que foi o comentário?

A.A. - Lamentava-se etc., de acordo com o ponto de vista de cada um. Porque já era esperado; agora, não se sabia o desenrolar dos acontecimentos daí para diante, como é que se ia solucionar essa

coisa. Quando foi deposto o governo, caiu o presidente da República, assumiu interinamente o Mazzilli, que era o presidente da Câmara - que, aliás, já tinha prática de sucessão [risos] -, para depois ver quem é que ia assumir o governo, houve um período de expectativa. O primeiro movimento é de perplexidade; passada a perplexidade vem a expectativa para ver o que vai acontecer. Aí veio o general Castelo Branco, que assumiu.

V.A. - E o caso brasileiro foi discutido na Junta Interamericana de Defesa?

A.A. - Não, não. Não se tocava na política interna dos países, nenhuma nação tocava. Podia cochichar um com outro, conversar uma coisa ou outra. Mas isso, se partisse do próprio elemento natural do país. Porque eu, por exemplo, eu estava na Espanha, quando houve o movimento na Argentina e me dava muito com o adido naval argentino. E ele, coitado, estava numa prostração por causa da seqüência de movimentos aqui na América do Sul. "Mas, meu Deus, quando é que os nossos países vão parar de fazer essas revoluções, esses movimentos etc?" Ele, prostrado com o acontecimento que ele não esperava, não é?

V.A. - Quer dizer que os trabalhos prosseguiram normalmente...

A.A. - Prosseguiram normalmente.

V.A. - Tanto na Junta quanto na delegação brasileira.

A.A. - Na delegação brasileira. Os trabalhos continuavam normalmente. Vou lhes contar uma coisa muito curiosa, que scandalizou... Nós tínhamos a missão naval americana aqui e tinha um oficial da missão americana que era muito querido por todos nós, que era o comandante Brady. Era um grande engenheiro naval. Então, quando houve o movimento, não me recordo qual foi o movimento, foi da queda de... Não sei, houve um movimento de derrubada. Então ele ficou admirado, porque ele disse: "Mas houve uma revolução aqui no país?! Eu fiquei admirado, porque eu passei pela avenida, estava tudo normal. O gari estava varrendo a rua direitinho" - naquele tempo se varria a rua, sabe? - "O gari estava varrendo a rua, ninguém tomava conhecimento de coisa nenhuma." Ele ficou scandalizado por ver aquela calma diante de uma revolução. Revolução, para ele, devia ser um troço, um negócio complicadíssimo. Mas revolução

aqui geralmente é no primeiro escalão e estamos conversados; depois sai um decreto-lei... [risos]

I.F. - E está tudo resolvido.

A.A. - E está tudo resolvido.

I.F. - Agora me conte uma coisa: o senhor já estava casado quando estava em Washington, ou ainda continuava...?

A.A. - Não, eu era solteirão. Era mal-amado. Eu fui muito mal-amado até muita idade. [risos]

I.F. - Com todas as conversas do presidente Vargas o senhor insistia em continuar solteiro.

A.A. - Ah, eu fazia oposição a ele. [risos]

I.F. - Agora, devia ter muita moça interessada em andar pelo país, pelo mundo aí, com o senhor, não?

A.A. - O quê?

I.F. - Devia ter muita moça candidata.

A.A. - Ah, não sei. Seria uma pretensão minha dizer que tinha. [risos] Eu é que podia ser candidato.

I.F. - Porque realmente na geração... Hoje em dia, eu não sei, mas até a minha geração, realmente os oficiais faziam um sucesso muito grande, não é?

A.A. - Era.

I.F. - Tinham uma vida já garantida, andavam fardados, tinham toda uma posição. Principalmente quando iam assim para o interior, tudo isso, as moças casamenteiras estavam todas...

A.A. - É, porque mesmo a posição do Brasil... O Brasil por seu desenvolvimento muito menor, as áreas de emprego de algum valor eram muito mais limitadas do que hoje. Hoje, a oferta de emprego para quem tem uma certa instrução é muito grande, não é? E antigamente, não. De modo que as Forças Armadas... Quer dizer, o militar já saía com um provento garantido, embora tivesse que ir pra aqui, pra ali, pra acolá, mas tinha uma margem de ação, de...

P.R. - De segurança.

A.A. - De segurança, que levava as moças a acharem que era conveniente gostar de um elemento que pertencesse a uma Força Armada. Ou isso, ou diplomata, quando já era diplomata, também. Porque eram os lugares que tinham uma remuneração e um acesso perfeitamente regulado.

I.F. - É. Eu lembro - porque eu sou de cidade de interior. Eu me lembro quando chegava capitão, tudo isso, lá em Blumenau, era um sucesso. A moçada ficava toda encantada. e tinha realmente...

A.A. - Era o sangue novo, era sangue novo! [risos]

I.F. - A própria formação intelectual, carreira garantida...

A.A. - Tudo isso foi evoluindo. E o Brasil foi se desenvolvendo e as fontes de trabalho...

I.F. - E a própria vida do militar de andar para um lado e para o outro... O senhor deve ser uma exceção de se manter solteiro. Porque há uma necessidade de formar família, não é?

A.A. - Eu acho que dá, dá dificuldade...

I.F. - O senhor acha dificuldade? O senhor não acha uma necessidade de ter uma companheira, uma família que ande com ele?

A.A. - Bom, eu não sei. Na Marinha, eu acho pouco. Eu acho que no Exército há mais necessidade, porque eles vivem em terra. O da Aeronáutica, não sei, porque eles tem um processo de locomoção muito grande, muito pronto, que nós não temos, não é? No Exército tem que depender da Aeronáutica, ou tem que... E na Marinha, o navio, os movimentos de navio não carregam passageiros, não carregam ninguém. E a gente vive mesmo é no mar, não é? A gente pára nos pontos, fica etc. A vida do militar até um certo ponto é, praticamente navegando, viajando.

I.F. - Mas o que eu digo é isso: ele vai transferido para Recife, para Salvador, para o Rio, para Santos, para o Rio Grande, não sei quê... O fato de ter família acompanhando deve dar um apoio muito maior do que sozinho, não é?

A.A. - Às vezes, porque eu não sei. Porque eu não tive esse problema. Pode dar apoio e pode atrapalhar também, não é? Porque as dificuldades de um militar são muito grandes, de ordem pecuniária. E chega um comandante, uma coisa qualquer, freqüenta o primeiro escalão, para início de conversa. Nesses estados todos, é logo governador do estado, tudo isso. Então, as mulheres começam a ser solicitadas a comparecer a isso. Então vem o problema da apresentação, porque tem que ser o vestido assim, o vestido melhor. Porque tem que ir ao cabeleireiro não sei do quê, porque a dona fulana vai. Porque vai a autoridade eclesiástica - esse tem uma roupa só, mas... [risos] Mas judiciária etc. E por aí vai, não é? Esse negócio... eu falei em eclesiástica, me lembrei de uma anedota, mas não cabe aqui contar. Eu conto depois. [risos]

[INTERRUPÇÃO DE FITA]